

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 30 de Novembro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1148 • Director: Carlos Brito

# TROPAS PORTUGUESAS PARA A BÓSNIA

**PCP  
contra  
envio**

• Em nota da Comissão Política, o PCP manifestou-se contra o envio de um batalhão das Forças Armadas Portuguesas para a Bósnia. As políticas de Maastricht e o desenvolvimento económico e social, a reforma da Segurança Social e a aplicação do Rendimento Mínimo Garantido são outros dos temas abordados na apreciação da situação política e social

Pág. 4

## Da expectativa à realidade

■ Artigo de Francisco Lopes

Pág. 18

## Professores: Governo falta às promessas

Págs. 12 e 32

## Nova reforma para justiça fiscal

Págs. 19, 20 e 21

## Jerónimo de Sousa percorre o país

Em pouco mais de três semanas, a candidatura de Jerónimo de Sousa já esteve em 11 distritos do Continente. Estão previstos ainda mais de uma centena de actos públicos que levarão o candidato a todo



o país, incluindo as Regiões Autónomas. Na foto, um momento da iniciativa realizada em Lisboa, com a participação de Carlos Carvalhas

Págs. 5 a 8

## SAÚDE



## Uma 'paixão' esquecida

■ Henrique Custódio

Centrais



## Ambiguidade de quem?

O que se passa com a regionalização no seio do Governo PS?

As afirmações aparentemente contraditórias produzidas na passada semana pelo Primeiro-Ministro, de um lado, e pelo Ministro da Presidência e da Defesa, do outro, andam o mistério que o Programa do Governo já iniciava ao endossar a criação das Regiões Administrativas para decisão parlamentar, com o pretexto óbvio de que tem que ser feita por lei da Assembleia da República.

Na quarta-feira, António Vitorino surpreendia os que acreditam na fé regionalizadora da «nova maioria» ao declarar que «era preferível abandonar o projecto de regionalização do que continuar na ambiguidade em que este processo se tem movido».

Segundo a imprensa, o recém-designado porta-voz governamental, teria também declarado, na mesma ocasião, que «considera necessário obter o consenso de todos os partidos representados na Assembleia da República» para se promover «a criação das regiões administrativas».

Na sexta-feira, foi a vez de António Guterres aproveitar uma reunião de autarcas socialistas para reafirmar que «a regionalização é uma prioridade deste Governo», anunciar para breve a apresentação

na Assembleia de um projecto do PS e voltar a «desejar» a realização de eleições regionais «já em 1997», simultaneamente com as autárquicas.

O Primeiro-Ministro não esclareceu, no entanto, o significado da expressão «um consenso alargado», por si anteriormente usada, e se ela equivale ao «consenso de todos» de que falou Vitorino.

A exigência do «consenso de todos» é, evidentemente, uma boa maneira de bloquear e obstruir o processo de regionalização fingindo que se está empenhado na sua concretização.

Note-se que a direcção do PSD declarou guerra aberta ao processo e nenhum dos clãs que se opõem a Nogueira parece inclinado a sustentá-lo, por agora. Até mesmo Cavaco Silva, na sua máscara de candidato presidencial conciliador, não foi além do disparate anticonstitucional de admitir um referendo sobre aquilo que é um comando da Constituição - a criação das Regiões Administrativas.

A direcção do PP-CDS, pelo que tem afirmado, também não morre de amores por elas.

É claro que, à margem das posições das respectivas direcções, há nestes dois partidos muita gente, especialmente entre os autarcas, favorável à regionalização e até grandes entusiastas da sua realização.

O PCP, pelo seu lado, no prosseguimento de uma acção coerente e persistente pela causa da criação das Regiões Administrativas, já apresentou na Assembleia da República um projecto de calendário para a realização dos diferentes actos que permitam consumá-la a tempo de as primeiras eleições regionais se realizarem em 1997, simultaneamente com as autárquicas, para o que prevê a entrega de projectos de lei até ao próximo dia 15 de Dezembro.

Por tudo isto, pensando nas palavras do Ministro Vitorino, ocorre naturalmente perguntar: ambiguidade de quem? Só pode ser do PS.

Enquanto esteve na oposição, o PS desmultiplicou-se em promessas e juras sobre a regionalização, incluindo as da última campanha eleitoral.

Agora que é Governo e pode influenciar decisivamente as votações da Assembleia da República, o PS continua a fazer juras (de prioridade...), mas parece andar à procura de desculpas para amortizar o processo e atirar com as responsabilidades para outros.

Cabe ao PS provar que não é assim.

■ Carlos Brito

## Informática e política

Com crescente frequência surgem a público informações sobre problemas de segurança informática e as inquietações de técnicos e investigadores.

Em Portugal foram já citados casos de entrada «piratas» em redes escolares no sentido de alterar notas e currículos de alunos, bem como intromissões em sistemas bancários com vista à realização de movimentos em contas.

Igualmente as operadores de telecomunicações têm vindo a defrontar-se com problemas de utilização indevida das suas redes, com alegados prejuízos apreciáveis.

Do ponto de vista mais directamente político, igualmente despertou a atenção pública a polémica em torno do SIS e, nomeadamente, as «limpezas» de ficheiros informáticos realizados pelos seus responsáveis, que poderiam configurar o apagamento de dados ilegalmente recolhidos sobre a vida e a actividade de cidadãos e organizações.

Ainda no respeitante a problemas de cidadania e privacidade, merece reflexão o inevitável processo de controlo pessoal que o cada vez maior número de utilizações informáticas por parte do cidadão comum pode fornecer por cruzamento de dados. Mesmo sem a criação de um número de identificação único, a verdade é que, desde os arquivos de informação fiscal, às operações com terminais Multibanco ou cartões de crédito, passando pela utilização de sistemas como a Linha Verde das auto-estradas ou cartões empresariais de acesso e de ponto, o quotidiano de qualquer pessoa pode ser reconstituído através desta acumulação de dados que um número crescente de computadores vai armazenando.

A viragem política determinada pelos resultados eleitorais de 1 de Outubro veio trazer a esta questão mais um factor a ter severamente em conta.

A última década correspondeu a um desenvolvimento impetuoso da capacidade dos sistemas informáticos e à crescente generalização do seu uso, quer privado, quer público.

O próprio facto de, numa primeira fase do aparecimento dos computadores, a sua entrada no nosso país ter sido reduzida pelo próprio peso do atraso económico, acabou a gerar um processo inverso: sem o peso de investimentos anteriores ainda não amortizados que atrasassem o recurso a tecnologias mais avançadas, quer a administração pública, quer o tecido empresarial português fizeram nos últimos anos apreciáveis investimentos na informatização. Fenómeno ainda

reforçado por uma teia complexa de incidências sociais e culturais onde se cruzam os fundos comunitários e uma determinada visão do seu uso, as visões reductoras de *engineering* tornadas sinónimas de redução de postos de trabalho mediante o recurso à tecnologia, para além de algum novo-riquismo estimulado, evidentemente, por produtores e vendedores de equipamentos.

Quando hoje politicamente se fala no «conhecimento de *dossiers*» ou na «passagem de *dossiers*», aquilo de que se está a falar deixou, na esmagadora maioria dos casos, de ser o mais ou menos volumoso monte de papel manuscrito ou dactilografado devidamente acondicionado numa pasta para passar a ser um conjunto, igualmente volumoso, de dados introduzidos em computador.

Teoricamente, parece não haver grande diferença por mudar o suporte. Na prática, parece não ser assim.

A verdade é que esta década de informatização coincidiu com dez anos de governação PSD, o que significa que foi sob a égide de uma governação de direita que grande parte da informatização da administração pública foi realizada. E a questão é que as formas de informatizar são tão pouco neutras quanto o uso que se faz dos dados informatizados.

A título puramente exemplificativo, e numa demonstração quase por absurdo, refira-se a multiplicação de oportunos vírus que tem vindo a infestar redes informáticas de vários departamentos governamentais após a mudança de responsáveis políticos. Não se poderá falar de sonegação de dados mediante o apagamento de ficheiros (acto que seria passível de consideração jurídica pela sua similitude com tipificações aplicáveis a outros suportes documentais), mas um vírus antedatado realiza exactamente o mesmo papel e é quase impossível de despistar.

Em resumo, desde o rigor dos currículos académicos até à privacidade dos cidadãos passando pela eficácia da administração e pelo funcionamento das instituições democráticas, o aprofundamento da regulamentação e legislação informática e de segurança de dados impõe-se com urgência.

Será bom que não nos atrasemos.

■ Ruben de Carvalho

## Em discurso directo

A mudança de imagem que o ex-Primeiro-Ministro Cavaco Silva pretendeu apresentar, ao assumir-se como candidato à Presidência, é justificadamente um «facto político» a acompanhar, para melhor conhecer o seu desdobramento de personalidade e a sua verdadeira personalidade. Nada melhor para isso do que apreciar as suas próprias palavras.

Um dos traços salientes dos seus discursos está a ser a repetida insistência em ligar a abordagem dos mais importantes problemas do país e do funcionamento das instituições às qualidades pessoais que se atribui, para as funções que se propõe.

Vejamos em discurso directo, como isso se concretiza.

«Tenho criatividade, imaginação e provas dadas para ser o rosto de Portugal no mundo, (...) no qual Portugal tem de voltar a afirmar-se como na epopeia dos Descobrimentos» (Diário de Notícias 19/11/95). Neste mesmo dia, chamava também a atenção para «as minhas qualidades pes-

soais de serenidade, de conciliador» (idem).

Já anteriormente prometera: «Serei um conciliador» (DN - 01/11/95). Tão conciliador que, talvez para apagar uma recaída na sua velha imagem (quando pretendeu impor a Jerónimo de Sousa condições para participar em debates) garantiu: «Estou aberto a debates televisivos, desde que dêem igualdade de oportunidades a todos os candidatos» (Público - 06/11/95).

Como conciliador, promete até só fazer «campanha pela positiva», ficando obviamente outros mandatados para os ataques. O que traz à memória uma frase dita há tempos pelo agora candidato, noutra contexto e com sentido inverso. «Pensei: aquele homem diz o que eu penso» (Entrevista à SIC - 04/09/94, referida no DN - 06/09).

A curiosa preocupação, repetidamente expressa, pelo «rosto de Portugal» é outra marca dos discursos do

candidato - e serve como uma das cortinas para promover o esvaziamento do debate político.

Vejamos uma vez mais.

«Não acredito que os portugueses queiram uma cara anónima para os representar no mundo. Eu próprio é que não vou ser anónimo» (Público - 17/11/95).

Poucos dias antes fora já revelada uma justificação (de escala europeia) para tais preocupações. «Recebi incentivos de alguns dos meus colegas europeus: se tu não te candidatas, a imagem de Portugal pode surgir mais periférica» (Visão - 26/11/95).

Pensará o candidato que tais argumentos poderão fazer com que as pessoas olhem com outros olhos os cartazes gigantes onde a poupa do cabelo não cabe na onda, «em nome de Portugal»?

Está agora em lançamento um novo cartaz, no qual o candidato deseja «Boas Festas».

Pensarão os seus promotores que esses votos de Boas Festas podem apagar a fresca memória da «obra» deixada pelo ex-primeiro-ministro, justamente punida pelos votos de 1 de Outubro?

Dados recentes indicam que no último trimestre de governação do candidato a «rosto de Portugal», o número de desempregados continuou a crescer, à média de 111 por dia (Julho/Setembro de 1995, Instituto do Emprego e Formação Profissional).

Como acolherão as «Boas Festas» do ex-primeiro-ministro, por exemplo, os 503 900 desempregados (mais de meio milhão!) que, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, o candidato da «conciliação» e do «desenvolvimento» deixou, a 1 de Outubro, como herança da sua década de governação?

■ Aurélio Santos

## Um país ESQUECIDO

Se perguntarmos a algum amigo qual a cidade que se encontra sitiada há mais de três anos e onde já morreram para cima de 20.000 pessoas (tendo outras 100 mil ficado feridas) como resultado dos bombardeamentos sistemáticos perpetrados pelos sitiados, é quase certo que a resposta será Sarajevo. Mas estes números - publicados há mais de 8 meses pela revista norte-americana *Time* - são várias vezes superiores aos verificados em Sarajevo. E referem-se à capital de um país que chegou a dominar os noticiários nacionais e internacionais, mas que nos últimos anos praticamente desapareceu do mapa da «aldeia global virtual». Esses milhares de vítimas não têm rosto, nem nome, para nós.

A cidade é Cabul. A guerra do Afeganistão não terminou com a saída das tropas soviéticas, nem com a queda de Najibullah. Se alguma coisa mudou, foi tornar-se muito mais destruidora e mortífera para a população civil ao entrar em força nas grandes cidades. Mas na comunicação social foi remetida ao quase silêncio das pequenas notícias «de rotina».

Outros silêncios são dignos de nota, no que se refere ao Afeganistão. Mesmo numa remota aldeia de Portugal se conhecem hoje os Cartéis de Cali e de Medellín. E no entanto, o drama de milhares de famílias portuguesas - mesmo nessas remotas aldeias - chama-se heroína e não cocaína. A já referida revista *Time* escrevia em 27.2.95 que nos campos do Afeganistão se cultivam as papoilas que fornecem «40% da heroína do mundo ocidental».

Este número pode sugerir quem são os Pablos Escobar da heroína. É que em grande medida foi esse tráfico - no qual participaram também militares paquistaneses - que serviu para pagar parte das sofisticadas armas pesadas enviadas pelos EUA e que ainda hoje alimentam a mortífera guerra afegã. Também foi assim com os contras da Nicarágua. E também por isso, o silêncio convém.

É de há poucos dias a pequena notícia de que Cabul pode cair nas mãos de uma das forças em conflito no Afeganistão - os chamados *taliban*, de origem duvidosa (mas que tudo indica ter fonte no Paquistão) e que parecem agora colher a simpatia ocidental. Talvez seja de lembrar que não se trata dum jovial grupo de «estudantes» como são rotineiramente adjectivados na comunicação social. São uma força do mais retrógrado fundamentalismo religioso. Diz ainda a *Time*, referindo-se às zonas sob controlo dos *taliban*: «as raparigas foram obrigadas a abandonar as escolas e as mulheres proibidas de abandonar os lares sem a companhia de um homem. O xadrez foi proibido (...) e durante algum tempo também o futebol». Deles dá notícia também o *DN* do dia 27, ao noticiar mais um dos seus «feitos»: **Raide mortífero sobre Cabul:** trinta e nove civis, entre os quais 13 crianças, perderam a vida num bombardeamento aéreo pelas forças dos *taliban*. Ah! se fosse em Sarajevo, a NATO já estaria no ar retaliando.

Final, o mito dos «combatentes pela liberdade» em luta contra o «império do mal» nunca passou de um colossal embuste. O que motivou a gigantesca ingerência do imperialismo no Afeganistão não foi qualquer preocupação com o destino do povo afegão. Alcançados os objectivos dessa ingerência, pouco importa que o país se afunde numa devastadora guerra entre «combatentes da liberdade» que se disputam os espólios deixados em herança pelo imperialismo: os tráficos de armas e de drogas. Talvez até dê para ganhar mais uns cobres para vender ainda mais algumas armas... É assim a vitória das democracias liberais.

■ Jorge Cadima

## Nota da Comissão Política

# PCP contra o envio de tropas portuguesas para a Bósnia

O camarada Edgar Correia, em conferência de imprensa realizada anteontem, divulgou as conclusões da reunião da Comissão Política do PCP, que procedera à apreciação dos mais recentes desenvolvimentos da situação política e social. O envio de tropas para a Bósnia, as políticas de Maastricht e o desenvolvimento económico e social, a Reforma da Segurança Social e a aplicação do Rendimento Mínimo Garantido foram os pontos destacados na nota da Comissão Política que hoje publicamos na íntegra. No final, Edgar Correia anunciou a próxima reunião do Comité Central do Partido, convocada para os próximos dias 8 e 9 de Dezembro.

### Envio de tropas portuguesas para a Bósnia

O PCP manifesta-se contra o envio de um batalhão das Forças Armadas Portuguesas para a Bósnia.

Trata-se de uma operação de alto risco, de carácter especificamente militar e que faz parte de um processo de desenvolvimento incerto e perigoso, como é patente no facto contraditório de fazer parte do acordo de Dayton o levantamento do embargo da venda de armas à região.

Por outro lado é uma operação NATO, que assim assume funções de "pólicia da Europa", substituindo-se ao papel da ONU e da Organização de Segurança e Cooperação Europeia. Tal actualização situa-se fora da área de competências da NATO e conduz ao seu fortalecimento no interesse essencial dos EUA e da sua indústria militar.

O envio deste batalhão das Forças Armadas, para além dos encargos desproporcionados que faz pesar sobre o país, resultará ainda e objectivamente no enfraquecimento da participação em missões de carácter humanitário sob a égide da ONU em que Portugal tenha interesse em participar, bem como da realização de missões internas das Forças Armadas que lhe estão cometidas pela Constituição.

### As políticas de Maastricht e o desenvolvimento económico e social

A Comissão Política do PCP regista, com a maior apreensão e preocupação, a reiterada insistência do Governo do Partido Socialista em conceder a primeira prioridade das suas políticas à prossecução dos critérios de convergência nominal decorrentes do Tratado de Maastricht, visando a integração da moeda única em 1999. Ainda que essa prioridade absoluta imponha, como tem imposto, o sacrifício de tudo o mais, incluindo o crescimento económico, os níveis de emprego e de salários, os níveis e condições de vida das populações e a satisfação adequada das funções sociais que ao Estado incumbem.

Essa obsessão de integrar Portugal, custe o que custar, no "núcleo duro" da moeda única em 1999 - que durante os últimos anos do Governo do PSD foi a par com a política de privatizações e de concentração de capitais determinante para o agravamento dos problemas sentidos em múltiplos sectores produtivos da nossa economia - continuará a impor medidas que têm efeitos profundamente negativos na competitividade das produções nacionais e a dificultar a necessária recuperação dos ritmos de crescimento da actividade económica, do investimento produtivo, do emprego e dos salários.

É a esta luz, à luz da sujeição voluntária do Governo do PS às orientações e aos caminhos ditados pelo objectivo da moeda única, que devem ser encaradas as declarações do Primeiro-Ministro sobre os "tempos difíceis" que se avizinham ou as do Ministro das Finanças sobre o "rigor" orçamental que terá de ser imposto em 1996 e 1997.

A Comissão Política do PCP reitera que tais "dificuldades" económicas e sociais e a austeridade orçamental não são inevitáveis e muito menos são desejáveis para uma evolução económica e social na via do progresso.

O PCP reafirma que a prioridade essencial da política portuguesa deve ser dada ao crescimento económico, ao combate ao desemprego, à criação de emprego e ao reforço da satisfação das necessidades económicas e sociais dos portugueses, o que é

inconciliável com uma política de concentração da riqueza e com a prioridade à moeda única e aos critérios de convergência nominal.

O PCP chama ainda a atenção, por um lado, para o facto de que esses sacrifícios e austeridades anunciadas nem sequer garantem a integração da moeda única em 1999 - quer por impossibilidade absoluta da economia portuguesa quer por ser incerta a passagem a essa terceira fase da União Económica e Monetária - e, por outro lado e fundamentalmente, por

que as dificuldades e constrangimentos impostos à economia nacional não desapareçam nem seriam menores depois da passagem à moeda única, antes tenderiam a agravar-se as dificuldades competitivas e de modernização das estruturas produtivas nacionais.

Em relação à chamada política de rendimentos e preços, a Comissão Política do PCP considera que o Governo do PS não pode pretender que os trabalhadores continuem a suportar todas as dificuldades, em matéria remuneratória, fiscal e de emprego, em nome de uma pretensa "compatibilidade" das empresas que tem servido apenas para justificar uma distribuição cada vez mais desigual da riqueza.

O PCP considera um péssimo augúrio em relação às negociações que se vão iniciar em relação à Administração Pública, bem como às que vão decorrer no âmbito do Conselho Permanente de Concertação Social, o facto de o Ministro das Finanças ter apresentado uma previsão fantasista de taxa de inflação de 3%



para o próximo ano, que a CIP prontamente pretendeu transformar em referencial de negociação. E chama vivamente à atenção para as renovadas tentativas do grande patronato - com inquietantes sinais de concordância por parte do Governo do PS - de utilização de mecanismos da chamada flexibilização laboral para pôr em causa direitos e legítimos interesses dos trabalhadores.

### Reforma da Segurança Social

Importa que o Governo clarifique com urgência perante o país a sua política em relação à Segurança Social.

De facto, ao propósito enunciado pelo Governo, no seu programa, de "elaboração de um Livro Branco da Segurança Social" que "avaliar o sistema de Segurança Social e trace orientações para a sua reforma", e que o Primeiro-Ministro afirmou na AR que seria concretizado por um "comité independente de peritos", sucedem-se declarações de membros do Governo de sentido inteiramente distinto, que negam o direito à segurança social e configuram de facto uma reforma liquidadora do sistema público da Segurança Social consagrado na Constituição.

Referem-se, nomeadamente, as recentes declarações vindas

a público do Secretário de Estado da Segurança Social, em que este membro do Governo assumiu o propósito de que as contribuições para a Segurança Social "passem a incidir apenas sobre uma percentagem do salário, sendo que as pensões passarão a reportar-se à mesma percentagem do rendimento", de modo a canalizar a poupança para as seguradoras privadas. O anúncio de que outro passo a dar é o da redução das reformas, dos actuais 80 por cento da média dos melhores 10 dos últimos 15 anos para cerca de 60 por cento. E a insólita referência a orientações que o "Livro Branco" irá considerar, apesar de não estar sequer nomeada a comissão que deverá proceder à sua elaboração.

A Comissão Política do PCP considera que, a não serem publicamente desautorizadas as declarações do Secretário de Estado da Segurança Social, o Primeiro-Ministro deve uma explicação ao país sobre a política secreta que o Governo está a conduzir em relação à Segurança Social.

Além disso, em nome do rigor e da idoneidade que devem presidir à concretização do "Livro Branco" da Segurança Social, o PCP reclama que as diversas organizações sociais e os partidos políticos com representação parlamentar, sejam convidados a indicar representantes seus na comissão encarregada da sua elaboração.

O PCP sustenta ainda a necessidade de que o Governo passe a realizar uma política de administração aberta em relação ao sistema de Segurança Social. Que torne públicas, nomeadamente, as dívidas ao sistema, sejam da responsabilidade de empresas sejam do próprio Estado (que durante muitos anos não transferiu para o Orçamento da Segurança Social as verbas relativas ao regime não contributivo e fracamente contributivo, a que estava legalmente obrigado). E que forneça elementos em relação ao nível de avaliação contributiva e ao conjunto da gestão financeira do sistema.

O PCP assume o propósito fundamental de defender, reforçar e aperfeiçoar o sistema público de segurança social, uma realidade erguida pelas contribuições e sacrifícios de várias gerações de trabalhadores portugueses, que representa o seu mais importante património social e constitui o garante de um direito social fundamental.

### Aplicação do RMG - Rendimento Mínimo Garantido

Para uma força política como o PCP que foi a primeira a propor na Assembleia da República, na passada legislatura, a

criação de um sistema de Rendimento Mínimo Garantido no nosso país, a decisão do Governo avançar nesse sentido constitui uma medida de sinal positivo.

As declarações vindas a público por parte de membros do Governo no sentido de que, no próximo ano, o Rendimento Mínimo Garantido será apenas aplicado a título experimental e numa zona do país muito limitada, não correspondem porém nem à situação de profunda carência em que se encontram centenas de milhares de portugueses, nem à expectativa entretanto criada.

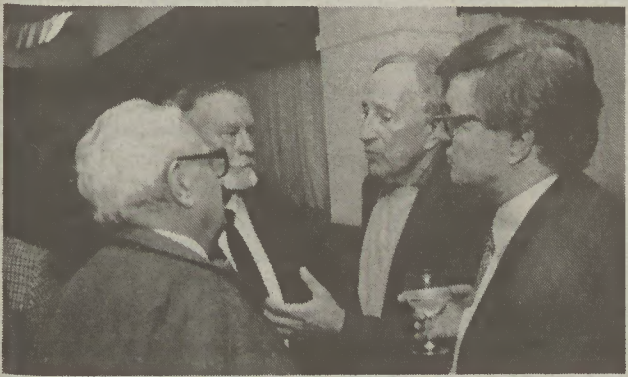
O PCP defende a necessidade de implementação mais rápida do sistema, de modo a que possam ser abrangidas pelo RMG no próximo ano todas as regiões onde estão detectadas situações muito graves de carência económica e social.

Em relação à execução do RMG, designadamente no que respeita à definição concreta, em cada local, de quem tem ou não direito ao rendimento mínimo garantido, o PCP considera também que o Governo não pode alienar responsabilidades no que respeita ao carácter público da direcção do sistema, por forma a assegurar que é um direito dos cidadãos que se trata, a garantir adequadas modalidades de fiscalização e de recurso e a evitar fenómenos de intermediação e o estabelecimento de dependências quaisquer que elas sejam.

# Mais de 350 pessoas no jantar-convívio de Lisboa Apoios com voz própria para bater a direita

Mais de 350 personalidades com intervenção em vários sectores da vida social no distrito de Lisboa participaram segunda-feira num jantar-convívio

promovido pela direcção regional do PCP, manifestando desta forma o seu apoio público à decisão do Partido de intervir com voz própria nas eleições



presidenciais e à candidatura de Jerónimo de Sousa.

A par de muitos membros da DORL e do Comité Central do PCP, estiveram presentes os camaradas Octávio Teixeira, Carlos Brito e Edgar Correia, membros da Comissão Política; os mandatários nacional e distrital da candidatura (Aurélio Santos e Helena Medina); os deputados António Filipe e Bernardino Soares; Daniel Branco, António Abreu, Rui Godinho, Rego Mendes, Lino Paulo e outros autarcas; dirigentes sindicais e membros de comissões de trabalhadores; Vasco Gonçalves, Durand Clemente, José Emílio, Silas Cerqueira, Moradas Ferreira, João Falcato, Glória Marreiros, Alfredo Flores, Ildelfonso Nóvoa, Margarida Mendo, José Sucena, Paulo Sucena, António Avelãs, Anabela Delgado, Helena Seródio, Arnaldo Pereira, João Arsénio Nunes, Frederico Carvalho, José Pessoa, Luís Ralha, Ivone Ralha, René Tapia, Artur Ramos, Helena Ramos, Mário Jacques, Henrique Espírito Santo, Morais e Castro, Modesto Navarro, Carlos Santos, Manuel Mendonça e várias outras figuras da política, da economia, do jornalismo, das artes, das letras e da ciência e investigação. Mário Castrom, Alice Vieira e João César Monteiro, que não puderam estar na iniciativa, expressaram também o seu apoio.

## Carlos Carvalhas critica «pedagogia da resignação»

Ao intervir no jantar-convívio de Lisboa, o secretário-geral do PCP começou por frisar que «a candidatura de Jerónimo de Sousa tem-se confirmado como uma candidatura com uma grande tenacidade, com uma grande coragem, com uma grande afirmação», «procura dar uma leitura do texto constitucional e, simultaneamente, mostrar que há outra política, capaz de dar corpo ao grande capital de esperança e mudança que se manifestou no dia 1 de Outubro».

Depois de lembrar que «um dos objectivos que definimos para as eleições legislativas foi derrotar a direita e a política de direita», Carlos Carvalhas notou que, «pela apresentação do Programa do Governo, a política que foi derrotada nas urnas não vai ser arredada também da prática». A propósito, chamou a atenção para dois traços que se notam no desenvolvimento da política do Partido Socialista.

«Por um lado, e começa já, é a pedagogia da resignação, do conformismo, e por isso assistiu-se à afirmação de que a herança é muito mais pesada do que aquela com que se contava, que vamos ter dois anos difíceis, mas que depois lá virá a luz ao fundo do túnel», postura que se destina, «no fundo a preparar o aperto do cinto e a procurar mostrar que só se poderá governar com dificuldades e sacrifícios, sempre para os mesmos,

para os trabalhadores e os pequenos e médios empresários».

Uma outra linha, «que também aparece com nitidez, é a do diálogo e do novo estilo, mais aberto, atendendo e ouvindo os outros, o que para nós é claramente positivo». Contudo, acrescentou Carlos Carvalhas, «também dizemos que a governação não se esgota no diálogo, é necessário dar concretização às esperanças, às reivindicações, às justas lutas dos trabalhadores. E afirmamos também que, se se continuar a seguir as políticas de Maastricht, se se continuar com uma política de caminho forçado para a moeda única, infelizmente o que vamos ter é desencanto, desesperança e mais dificuldades para milhares e milhares de famílias e para o país. E teremos então a direita a dizer que *esta é a política da esquerda, este é o socialismo no poder*. Não, não é, dizemos nós, desde já. Esta é a continuação da política da direita.»

Na sua breve intervenção, o secretário-geral do PCP voltou a definir a posição dos comunistas como «oposição de esquerda, mas não oposição sistemática» face ao governo do PS, sublinhando que, no actual contexto, «a candidatura de Jerónimo de Sousa, para além de consolidar a derrota da direita, tem também como objectivo mostrar que há uma alternativa, que há outro caminho».

PRESIDENCIAIS



## Jerónimo de Sousa



## Candidato comenta «nova» imagem de Cavaco

### Estragou as Boas Festas que vem agora desejar

«A teatral convicção e a máscara "dialogante" e "respeitadora do regime democrático" que o candidato Cavaco Silva procura, à pressa, afivelar - qual camaleão que muda de tom consoante as circunstâncias - constitui um ardid eleitoral para o qual importa chamar a atenção de todos os nossos cidadãos» - realçou Jerónimo de Sousa no jantar-convívio de segunda-feira.

Comentando os símbolos escolhidos pelo candidato da direita, considerou que a onda do primeiro cartaz de campanha de Cavaco «é bem adequada ao propósito de tentar "enrolar", uma vez mais, o eleitorado». Agora, «ao que consta, vem outro cartaz desejando Boas Festas aos portugueses», o que levou o candidato comunista a afirmar que «Cavaco Silva ficaria com as orelhas a arder, se ouvisse os inevitáveis comentários das centenas de milhares de desempregados, de jovens com vínculos precários e inseguros, dos que foram classificados de inúteis para produzir, forçados que foram à rescisão e pré-reforma e à emigração, dos pescadores, dos agricultores, pequenos e médios empresários e comerciantes sem linha de horizonte quanto ao futuro. Com as orelhas a arder pela ironia e amargura dos que, pelas dificuldades actuais da sua vida, não esqueceram o que foi a política executada pelo seu governo».

«Que não haja dúvidas», sublinhou Jerónimo de Sousa: «Se Cavaco Silva lograsse o seu objectivo - e nós estamos convictos que não o conseguirá e tudo faremos para que assim aconteça -, o País não demoraria a ver de volta o Cavaco Silva arrogante e autoritário. Nem demoraria a estar confrontado com pressões e manobras políticas de todo o tipo, e até com a tentativa dos partidos de direita recuperarem o poder perdido em 1 de Outubro. E sem dúvida que, em tal circunstância, acresceriam novas dificuldades no caminho, que é o nosso, de concretização da mudança, de luta por uma nova política, nacional e de esquerda, para Portugal».

### Com todos os direitos

O candidato comunista informou que «desde que, há pouco mais de três semanas, apresentei a minha candidatura ao País, iniciei também um intenso e apaixonante contacto com muitos portugueses, que me levou já a onze distritos do Continente», o que lhe tem permitido «observar e confirmar, de forma muito viva, os problemas e dificuldades com que os portugueses estão confrontados, as interrogações e as inquietações que

colocam e para as quais buscam resposta, e o pulsar vivo do País, a aspiração de mudança que do norte ao sul percorre Portugal». Na programação da pré-campanha e da campanha eleitoral está prevista a deslocação a todos os distritos do Continente (alguns deles mais do que uma vez) e também às Regiões Autónomas, para participar em mais de uma centena de actos públicos.

A partir do dia 24, quando foi entregue o processo no Tribunal Constitucional, «formalmente sou candidato à Presidência da República e detentor de direitos e prerrogativas constitucionais e legais», registou Jerónimo de Sousa, reafirmando que a candidatura «assumirá plenamente o seu exercício e considerará todos os direitos que elas comportam».

O candidato enumerou um conjunto de importantes questões, cuja abordagem política prosseguirá, no âmbito da campanha e pré-campanha, «a par do esclarecimento da posição em relação às outras candidaturas, com natural destaque para o alerta em relação aos perigos que a candidatura de Cavaco Silva representa e para a importância da mobilização democrática para a sua derrota»:

- «o lugar do Presidente da República nas instituições democráticas e o pleno exercício das suas atribuições constitucionais, designadamente enquanto garante da independência nacional, do regular funcionamento das instituições e do rigoroso respeito pela Constituição»;

- «a necessidade de que a grande vontade nacional de mudança que emergiu nas legislativas de 1 de Outubro não seja defraudada; e o esclarecimento de ameaças ao regime democrático decorrentes de projectos e propósitos de alteração do sistema político, de novas leis eleitorais, da revisão da Constituição, da aceleração das privatizações e do não cumprimento das obrigações sociais do Estado»;

- «e o problema da revisão do Tratado da União Europeia e as conferências intergovernamentais previstas para 1996, na perspectiva da nova política que o PCP propõe para Portugal».

«Aos ataques que me têm sido dirigidos por apoiantes da candidatura da direita - aqueles a quem a existência de uma voz própria do PCP nas eleições presidenciais compreensivelmente incomoda; - pretendo responder de uma forma serena, através da intensificação do esclarecimento e da mobilização política. Afirmar a nossa voz, contribuir para o debate das ideias, sublinhar a firme defesa da soberania e da independência nacional, vencer a direita e lutar pela mudança, são as linhas mestras que orientam a nossa intervenção e luta» - concluiu Jerónimo de Sousa.

PCP



## 5ª Assembleia no Funchal

### Aumentar a influência junto da população

Com a presença de cerca de 80 militantes, teve lugar, no passado dia 19, a 5ª Assembleia Extraordinária da Organização Concelhia do Funchal, que decorreu sob o lema «No Povo - A força do PCP».

A reunião, que teve como objectivos debater a ligação do Partido e o reforço da sua influência junto das populações, inseriu-se no trabalho que tem vindo a ser realizado pelos comunistas, no concelho do Funchal, em especial nas zonas altas, onde existem as maiores carências. A insuficiência das redes viárias, dos transportes públicos e do saneamento básico, juntam-se um número infinito de problemas vários que não têm merecido respostas eficazes quer da Câmara Municipal, quer do Governo Regional.

Nas duas dezenas de intervenções produzidas durante a Assembleia, foi abordado o trabalho do Partido na cidade, bem como se aprofundaram os temas relacionados com as eleições regionais do próximo ano.

No final da iniciativa, foi aprovado um projecto de resolução que privilegia o apoio ao protesto e luta organizada das populações, com realce para os processos desenvolvidos por grupos de moradores.

Neste sentido, a concelhia do Funchal decidiu criar núcleos ao nível das freguesias com funcionamento regular, que façam o levantamento dos problemas locais e decidam formas de intervenção e organização das populações.

Os comunistas querem ainda intensificar os contactos com os funchalenses, marcar presença nas assembleias municipais e de freguesia para melhor se inteirarem da deficiências de funcionamento e das dificuldades do Poder Local.

A Assembleia decidiu igualmente alargar e reforçar as Comissões de Reformados e de Mulheres, e marcou para Fevereiro próximo um Encontro de Jovens Trabalhadores.

No encerramento da reunião interveio Leonel Nunes, membro do Comité Central do Partido, que sublinhou a importância da subida eleitoral do PCP e da CDU, nas próximas eleições regionais, com o objectivo central de eleger um Grupo Parlamentar para a Assembleia Legislativa da Madeira.

## População de S. Jacinto receia fim dos estaleiros

A possível transferência dos Estaleiros para Aveiro está a preocupar a população de S. Jacinto e de freguesias dos concelhos da Murtosa, Ovar e Estarreja (situadas no mesmo lado da ria), onde residem 80 dos 130 trabalhadores da empresa.

Em declarações a um jornal diário, o presidente do conselho de administração negou que aquela mudança estivesse planeada, mas admitiu a transferência da sede dos Estaleiros para Aveiro, no sentido de «concentrar serviços administrativos».

Contudo, a população permanece preocupada porque continuam a circular rumores sobre o desmantelamento dos estaleiros de S. Jacinto e a sua integração nas instalações da Navalria, em Aveiro, durante o próximo ano. A confirmarem-se, esta freguesia (pertencente ao concelho de Aveiro) perderá a sua única indústria, «com consequências graves no emprego, transportes, comércio, afectando as condições de vida, já difíceis de toda a população», afirma em comunicado o organismo do Sector Metalúrgico da Concelhia de Aveiro do PCP.

A nota afirma que os trabalhadores vão estar atentos, uma vez que não querem voltar a ser enganados, e recorda que ainda recentemente «uma parte deles foi coagida a perdoar milhares de contos em salários que lhe eram devidos. Mesmo assim, ainda não receberam metade do subsídio de férias deste ano».

«Aos trabalhadores que não se dispuseram a abdicar dos seus salários em atraso, a administração deve ainda metade do subsídio de férias de 1994, 60 por cento do 13º mês do mesmo ano e o mês de Março de 1995», revela o organismo do PCP.

Acresce que, nas declarações acima referidas a um jornal diário, o presidente do Conselho de Administração garante que a empresa tem um futuro promissor, está a trabalhar a 100 por cento e que possui uma boa carteira de encomendas.

O fim-de-semana, Jerónimo de Sousa passou-o por terras beirãs, onde participou em várias sessões de apresentação da sua candidatura.

No sábado, começou na Guarda com um encontro com a comunicação social. O candidato voltaria ainda a este distrito, no domingo, para um convívio-magusto promovido no centro de trabalho de Seia. Em ambas iniciativas, esteve presente o mandatário distrital, João Alberto Garcia de Abreu, membro do Comité Central do PCP.

Questionado pelos jornalistas sobre as gravuras de Foz Côa e sobre o 25 de Novembro, Jerónimo de Sousa pronunciou-se pela salvaguarda das gravuras, defendendo, por outro lado, que a suspensão das obras devem ser acompanhadas de medidas adequadas que tenham em conta os direitos dos trabalhadores e das populações.

Na fria e chuvosa tarde de sábado, o candidato deslocou-se à Covilhã, para uma sessão na Assembleia Municipal, em que estiveram perto de centena e meia de pessoas.

Na mesa estavam o deputado António Filipe, Armando Morais, Luís Garra e o mandatá-

## Jerónimo de Sousa nas Beiras Lutar pela mudança

rio distrital, Vítor Manuel Reis Silva, que presidiu. Depois da declaração, seguiu-se um período de debate onde vários presentes colocaram perguntas e deram opiniões sobre a necessidade de derrotar Cavaco Silva, sobre as vantagens e desvantagens da candidatura comunista ir até às urnas, sobre questões sociais, entre outras.

A iniciativa, que decorreu de forma animada, com o diálogo a instalar-se entre os próprios participantes, terminou com um Porto de Honra que foi pretexto para continuar o convívio entre militante e simpatizantes comunistas.

À noite, Jerónimo de Sousa estaria ainda num encontro, realizado no Auditório da Escola Superior de Educação de Castelo Branco. Também aqui, estiveram na mesa António Filipe, Armando Morais e Victor Reis Silva, bem como Carlos Vale e João Fazendas.

Na sessão estavam mais de meia centena de pessoas, que depois do candidato apresentar a sua declaração, colocaram várias questões, nomeadamente sobre as responsabilidades políticas passadas de Cavaco Silva. Em resposta, Jerónimo de Sousa afirmou que Cavaco anda a

fazer-se passar por Nossa Senhora de Fátima, tal a candura da imagem que pretende passar, assim como varejar azeitona, ou afirmar que participou na guerra em África. Tudo feito e pensado para conseguir enganar o eleitorado fazendo esquecer as suas responsabilidades políticas. «Devemos ajudar Cavaco Silva a reformar-se da política e a voltar para o ensino», afirmou.

No dia seguinte, o candidato presidencial viajou até Viseu para fazer aí a apresentação da sua candidatura. O encontro decorreu num restaurante da cidade, tendo do candidato aproveitado para abordar em particular as questões da agricultura. Segundo afirmou, «após a adesão de Portugal à Comunidade Europeia e a reforma da PAC (...) o valor da produção agrícola portuguesa diminuiu em 10%, tendo os rendimentos dos agricultores diminuído em 20 pontos percentuais, afectando em particular a agricultura familiar».

«Agravou-se a situação de endividamento dos agricultores: os juros pagos excederam em cerca de 50 milhões de contos os subsídios recebidos. Desapareceram 18% das explorações

agrícolas e diminuiu a população activa neste sector. Cresceram grandes manchas monoculturais da floresta industrial. Acentuou-se o declínio do mundo rural, com a desertificação do interior e o envelhecimento da respectiva população».

Atribuindo grandes culpas a Cavaco Silva, Jerónimo de Sousa recordou: «A reforma da PAC foi concluída pelo Governo de Cavaco Silva, durante a presidência portuguesa da UE, com o apoio do PS e do CDS/PP. E que os documentos preliminares das reformas da Organização Comum dos Mercados dos hortofrutícolas e do vinho foram igualmente apoiados pelo PSD, pelo PS e pelo PP no Parlamento Europeu».

Quanto a nós, não temos duas caras: uma em Portugal e outra na Europa. Tanto em Portugal como no Parlamento Europeu, os comunistas portugueses, actuam sempre em defesa dos interesses de Portugal e do povo português e por isso, com a tranquilidade de quem honra sempre os seus compromissos, podemos olhar de frente os portugueses, porque sabemos ser dignos da sua confiança» (...).

## Guarda

### Aproveitar recursos promover as regiões

Na deslocação que efectuou no passado fim-de-semana a várias cidades das Beiras (ver peça em cima), Jerónimo de Sousa participou em diversas iniciativas, onde procurou esclarecer sobre os principais objectivos e princípios que regem a sua candidatura. Os extractos que se seguem pertencem à intervenção proferida na Guarda e abordam com particular atenção os problemas do desenvolvimento regional.

(...)

Ao apresentar na Guarda a minha candidatura à Presidência da República, queria ainda dar nota de um conjunto de reflexões sobre o desenvolvimento regional, problema que deveria merecer a melhor atenção dos órgãos de soberania, e neste caso, no quadro das suas competências, do próximo Presidente da República.

A política prosseguida nos últimos anos, que, é conveniente recordar, foi estrondosamente vencida nas urnas e pela qual foi principal responsável o Primeiro-Ministro derrotado e actual candidato da direita à Presidência da República, agravou acentuadamente as assimetrias regionais e a desertificação.

Tais factos resultaram da falência da pequena indústria transformadora, do definhamen-

to das indústrias extractivas e do estiolamento da agricultura, levadas ao cadafalso pelas políticas de convergência nominal de Maastricht.

E, para tornar ainda mais dramática a situação, foi prosseguida uma política de desinvestimento nos serviços prestados pelo Estado às populações, encerradas ou limitadas as redes de transportes locais e tudo sacrificado às vias rápidas que ligam os consumidores do litoral aos centros de produção europeus.

A desertificação económica e humana do interior criou um círculo vicioso de atraso nessas zonas e significou também deterioração da qualidade de vida nas áreas metropolitanas do litoral, sujeitas à pressão demográfica das populações expulsas do interior.

Neste quadro, o problema do desenvolvimento regional assume o carácter de um autêntico problema nacional, com cuja resolução teriam a ganhar os cidadãos em geral.

Assim deve ser encarado, o que implica a devida ponderação, elaboração e execução de políticas integradas e sectoriais e a necessária atribuição de meios orçamentais em condições de dar resposta à situação.

A base essencial para o desenvolvimento regional deve assentar no aproveitamento dos recursos endógenos naturais e humanos das regiões e, no nosso entender, deveriam ser considerados incentivos financeiros e fiscais especiais aos investimentos que promovam o respectivo aproveitamento integrado.

Por outro lado, seria indispensável avançar rapidamente, com apoio e intervenção institucional das forças locais, no processo de instituição concreta das regiões administrativas.

Seria depois necessário investir integralmente num conjunto de direcções: desconcentração dos serviços públicos, implantação regional de redes adequadas de infra-estruturas, inserção das empresas regionais

nos sistemas de investigação e desenvolvimento tecnológico, construção de equipamentos de ensino e formação profissional e de instalações de cultura, desporto e cuidados de saúde, defesa do património natural, e edificado, salvaguarda da genuinidade da cultura popular e apoio à fixação dos jovens e ao seu empenhamento no combate pelo desenvolvimento.

A minha candidatura dá hoje mais um passo no combate político em que estamos empenhados para derrotar o candidato da direita nas eleições presidenciais.

Assumindo-se como a candidatura do PCP, é naturalmente portadora do património, experiência, potencial de intervenção e transformação, abertura às novas realidades, ao diálogo e cooperação entre democratas que os comunistas protagonizam nesta sociedade.

Preocupa-nos hoje, nestas eleições, vencer a direita e lutar pela mudança.

No horizonte o desígnio de defender sempre os interesses dos trabalhadores e do povo e tornar melhor a sua vida, aprofundar a democracia e edificar um futuro melhor para Portugal.

## Na Faculdade de Direito de Lisboa Europa deve ser referendada

Sexta-feira da semana passada, Jerónimo de Sousa proferiu uma conferência na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em que, referindo-se à importância e extensão dos poderes do Presidente da República, considerou que a revisão do tratado da União Europeia não deve passar ao lado do debate em torno das eleições presidenciais. Dessa intervenção publicamos de seguida os extractos mais significativos.

(...)

A experiência de Portugal durante a última década, com os governos chefiados pelo anunciado candidato Cavaco Silva - digo anunciado, na medida em que a sua candidatura presidencial não se encontra ainda formalizada - mostrou bem como a consagração constitucional da

separação e da interdependência dos vários órgãos de soberania pôde ser contrariada pela tentativa de concentração do poder no primeiro-ministro e no governo, pelo esvaziamento relativo da actividade e intervenção da Assembleia da República e pela contestação da actividade dos órgãos de fiscaliza-

ção e controlo do poder executivo.

Como sabem, a forma como foi exercido o Poder por parte da maioria absoluta monopartidária que durante oito anos serviu de suporte institucional aos Governos de Cavaco Silva, concentrando poderes no Executivo e em particular no Primeiro-Ministro, subalternizando o papel da Assembleia da República e tornando em larga medida inoperantes os poderes do Presidente da República, levou a que alguns juristas de renome chegassem a considerar, creio que com alguma razão, que o regime político português se havia transforma-

do num presidencialismo de Primeiro-Ministro.

Do mesmo modo, a experiência da última década mostrou também como uma ampla consagração constitucional dos direitos, liberdades e garantias não foi suficiente para impedir uma prática política que animou discriminações e a repressão nas empresas e na sociedade, promoveu o favoritismo e o fomento de clientelas e foi responsável pelo alastramento público e notório de fenómenos de corrupção.

Nesta perspectiva, entendo que se reveste de particular importância a efectiva capacidade do Presidente da República para intervir no sentido do respeito pela interdependência entre órgãos de soberania e do efectivo funcionamento dos controlos democráticos recíprocos no exercício dos seus poderes.(...)

Esta faculdade, de garantia da Constituição, cuja importância tem vindo a ser revelada ao longo da nossa experiência constitucional, decorre não apenas do juramento de posse vertido na Constituição, em que o Presidente da República jura defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição, mas também da prevalência da Constituição na ordem jurídica, que vincula o

Presidente da República a não colaborar na formação de actos do Estado que sejam contrários à Lei Fundamental.(...)

A função de representação da República de que o Presidente da República é investido, implica, não apenas a presença em cerimónias que envolvam a representação do Estado, ou em instâncias internacionais onde estejam em causa grandes interesses nacionais, a reserva de convites a chefes de Estado para visitar Portugal, a nomeação de embaixadores portugueses no estrangeiro e a acreditação de embaixadores estrangeiros em Portugal, mas também o direito a ser informado previamente sobre iniciativas do Governo no plano externo (o que é obviamente válido para as negociações no âmbito da União Europeia), o direito de se opor a actos do Governo que impliquem com a representação externa (como seja por exemplo o corte de relações diplomáticas com algum Estado), o poder de declarar a guerra e fazer a paz e ainda, que nenhuma Convenção ou Acordo Internacional pode vincular o Estado Português sem a intervenção formal do Presidente da República, pelo que, não deve nenhum Governo comprometer-se no plano internacional sem

ter o prévio assentimento do Presidente da República.

Se chamo particularmente a atenção para a relevância dos poderes presidenciais no plano da política externa, é também para lembrar que, estando já em curso um processo de revisão do Tratado da União Europeia, é fundamental que esta questão não passe ao lado do debate em torno das eleições presidenciais. Daí que, pela minha parte, tenha afirmado já a importância que a minha candidatura confere ao valor da soberania nacional e que Portugal não deve vincular-se a qualquer Tratado de Revisão do Tratado da União Europeia sem que seja dada ao povo português a possibilidade de se pronunciar em referendo sobre essa vinculação.

Esta é uma proposta que a minha candidatura assume, com a consciência de que esta possibilidade implica a revisão da disposição constitucional sobre o âmbito do referendo, que aliás, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português acaba de propor que seja feita através da abertura imediata de um processo de revisão extraordinária da Constituição, que não prejudique um eventual processo de revisão ordinária.

(...)



## Com ORT's no Barreiro

# Derrotar a arrogância e o autoritarismo

Com mais de uma centena de pessoas presentes, Jerónimo de Sousa participou, na passada semana, num encontro com as ORT's, realizado na Biblioteca Municipal do Barreiro.

A sessão foi dirigida por Luís Patrício, membro da DORS do PCP, e coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul e Ilhas. Para além do candidato à Presidência da República, tomaram a palavra Rui Paixão, do CC do PCP e coordenador da USS, e vários trabalhadores da Siderurgia Nacional, Renault e Torralta, que insistiram na denúncia das responsabilidades do Governo de Cavaco Silva na gravosa situação em que se encontram estas e outras empresas do distrito de Setúbal. Um interveniente não deixou de questionar a ausência de resposta do ministro Daniel Bessa a um pedido de audiência feito pelas ORT's da Renault.

Jerónimo de Sousa recordou as responsabilidades de Cavaco Silva, que acusou de ser o protagonista da maior ofensiva contra os direitos laborais, afirmando:

(...) Queremos também, e fundamentalmente, com esta minha candidatura, dar uma contribuição para a derrota do candidato da direita, do candidato Cavaco Silva, que durante dez anos protagonizou e deu rosto à maior ofensiva até hoje desencadeada depois do 25 de Abril contra os

direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

Foi Cavaco Silva que serviu de suporte político, ideológico e legislativo à reconstituição das grandes fortunas, à entrega ao grande capital do melhor património público empresarial e à destruição, desmembramento e desmantelamento de sectores importantíssimos da nossa indústria.

Foi Cavaco Silva que marcou um estilo arrogante e uma conduta autoritária, insensível às injustiças, combatendo o trabalho com direitos, o direito a um salário e a um horário condignos, subscrevendo as nefastas alterações à lei da greve, à lei dos despedimentos, particularmente no que se refere aos despedimentos colectivos, incentivando os procedimentos do grande capital em relação às rescisões e pré-reformas forçadas, à desvalorização e bloqueio da contratação colectiva, promovendo a vigilância e repressão das lutas dos trabalhadores, dos estudantes, dos agricultores, dos utentes da ponte 25 de Abril, mistificando e escondendo o nível do desemprego e da precarização.

Nas eleições legislativas de 1 de Outubro, o povo português, os trabalhadores, derrotaram esta política e quem a protagonizou.

Assumindo mal a derrota, Cavaco Silva procura agora ganhar pela via das presidenciais o que perdeu nas legislativas, tentando contrariar o sentimento de mudança e as esperanças de uma nova política, tão claramente manifestadas em 1 de Outubro. Procur, afinal, reabrir o ciclo de 10 anos de governação que tão negativamente marcou o nosso país.(...)



## Candidatura entregue no TC

Jerónimo de Sousa fez a entrega, quinta-feira da passada semana, no Tribunal Constitucional, da sua candidatura à Presidência da República, cumprindo deste modo os preceitos legais, em vigor.

A candidatura de Jerónimo de Sousa foi apresentada por 10.650 cidadãos que fizeram prova da sua qualidade de eleitores.

Na ocasião foram também divulgados os seguintes representantes da candidatura nos Distritos do Continente e nas Regiões Autónomas:

Aveiro - Artur Ramísio;  
Beja - Manuel Camacho;  
Braga - José Antunes;  
Bragança - José Brinquete;  
Castelo Branco - Vítor

Silva; Coimbra - Alberto Vilaça; Évora - António Foito; Faro - José Freitas; Guarda - João Abreu; Leiria - Saul Fragata; Lisboa - Helena Medina; Portalegre - Casimiro Menezes; Porto - Jorge Sarabando; Santarém - Francisco Lancinha; Setúbal - José Manuel Maia; Viana do Castelo - João José Vieira; Vila Real -

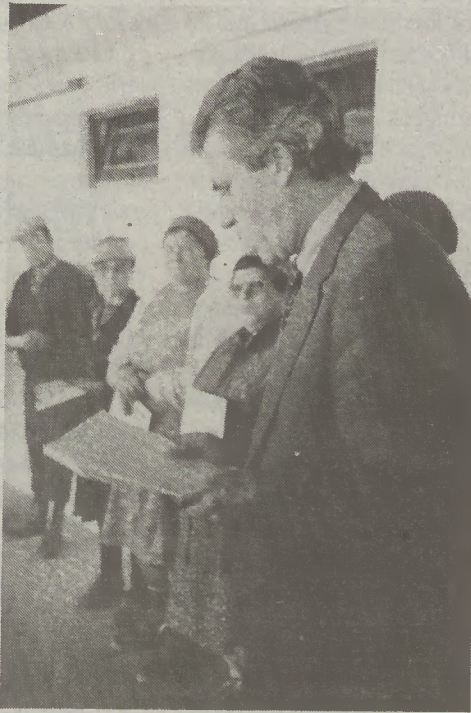
António Fernando Mendes; Viseu - José Afonso Teles; R. A. Açores - Aníbal Pires; R. A. Madeira - Rui Nepomuceno.

Como o «Avante!» já tinha noticiado anteriormente, o mandatário nacional da candidatura é o camarada Aurélio Santos, membro do Comité Central e da Comissão de Controlo e Quadros, do PCP.



## Com agricultores de Santarém Cavaco é responsável pela ruína da agricultura

O candidato comunista à Presidência da República esteve no distrito de Santarém, quinta-feira da passada semana, para participar em reuniões sobre questões da agricultura com a direcção da Federação dos Agricultores e com dirigentes e trabalhadores da Cooperativa Mouchão do Inglês. Na Federação dos Agricultores, Jerónimo de Sousa ouviu uma exposição sobre os graves problemas da agricultura no distrito, de que sobressaíram profundas preocupações sobre a possível redução da quota da produção do tomate. No encontro realizado na Cooperativa Mouchão do Inglês, estiveram presentes a quase totalidade dos seus dirigentes, bem como um representante da Cooperativa Agro-Alpiarça. Também aí foram abordadas as dificuldades sentidas desde a produção à comercialização de produtos agrícolas; os custos de produção e a falta de culturas alternativas rentáveis. Segundo afirmaram dirigentes cooperativos, a concretizar-se a redução da quota de tomate, só no Mouchão do Inglês a produção baixaria cerca de cinco hectares. No final da reunião, o candidato fez uma declaração sobre os problemas da agricultura portuguesa de que transcrevemos alguns extractos.



(...)Quando, em Junho de 1992 a Presidência Portuguesa da União Europeia liderou a reforma da PAC, que prejudicou seriamente a agricultura nacional, foi então afirmado pelo Governo de Cavaco Silva que Portugal iria ter oportunidade de ver apoiadas as suas produções agrícolas quando se avançasse para a reforma dos produtos mediterrânicos, designadamente o vinho, as frutas e legumes, o azeite.

Mas nada disto está a acontecer.

A proposta de reforma da Organização Comum de Mercados dos vinhos favorece a vitivinicultura dos países e regiões setentrionais da Europa ao privilegiar o vinho feito industrialmente com adição de açúcar de beterraba ao mesmo tempo que pretende obrigar Portugal a arrancar parte da vinha e a queimar parte do vinho (feito de uva).

A proposta, agora em debate, de reforma da Organização Comum dos Mercados das frutas e legumes, prejudica igualmente, e de forma muito mais grave, os interesses nacionais.

As frutas e legumes frescos são indiscutivelmente dos subsectores da produção agrícola onde Portugal tem mais vantagens comparativas, onde Portugal deve apostar, tanto mais que a União Europeia é deficitária designadamente no que se refere aos frutos frescos e aos citrinos.

Contudo, e apesar de, como afirma a própria Direcção Geral da Agricultura da União Europeia, o «sector ser altamente deficitário», a Comissão Europeia propõe-se desincentivar a produção diminuindo o preço pago à produção e transferir para os Estados membros e as organizações de produtores uma parte dos encargos com a gestão dos mercados.

Mas onde a proposta assume particular gravidade é no sector do tomate para a indústria.

A Comissão pretende instituir um sistema de ajudas à produção para os próximos cinco anos na base da média da produção das campanhas de 1991/92, 92/93, 93/94 e 94/95. Ora, tendo em conta que foram anos de seca a média de produção em Portugal neste período é de cerca de 630.000 toneladas.

Como a quota atribuída a Portugal é de cerca de 830 mil toneladas, na base da qual se estruturou a produção de tomate e a indústria de concentrado, a proposta da Comissão significa uma redução de

cerca de 200 mil toneladas da quota atribuída a Portugal.

A concretizar-se, esta proposta significaria o desaparecimento de cerca de 25% (3500 hectares) da área de regadio dedicada à produção de tomate em Portugal e de uma parte significativa das fábricas de transformação de tomate com a liquidação de centenas de explorações agrícolas e produtores de tomate e o desemprego para muitos trabalhadores da indústria de concentrado.

A proposta da Comissão para um sector, das frutas e legumes frescos, em que não há excedentes estruturais, tem duas razões: economias orçamentais à custa dos produtores de tomate e sobretudo a aplicação das conclusões do GATT (cujo texto foi aprovado pelo PS, PSD e CDS/PP) e dos acordos com países terceiros, designadamente com Marrocos. Mas representa também a defesa dos interesses dos grandes grupos de distribuição e centrais de compras.

Escandalosamente, enquanto na reforma da PAC, que servia sobretudo as grandes produções do Centro e Norte da Europa, os princípios defendidos assentavam num sistema de apoios ao rendimento dos agricultores e financiamento das respectivas políticas pagas pelo orçamento comunitário agora, que se trata de produções dos países e regiões da orla mediterrânica da Europa e típicas das explorações familiares, quer-se obrigar os produtores e os Estados-membros a co-financiar parte dos encargos não estando previstos quaisquer apoios ao rendimento.

A proposta é grave para os interesses de agricultores portugueses. Mas tão grave como a proposta é o silêncio e a falta de iniciativa em defesa do País que pautou a actuação do Governo de Cavaco Silva. Enquanto outros países, como a Espanha, elaboraram estudos, pareceres, dossiers e apresentaram propostas que vieram a influenciar desde o princípio as posições da Comissão Europeia, o Governo de Cavaco Silva ficou-se pelo silêncio e abdicou mais uma vez da defesa dos interesses nacionais (...)

Por isto mesmo é de fundamental importância que aquele que - enquanto Primeiro-ministro - foi o primeiro responsável pela política de abdicção dos interesses nacionais que está a conduzir a agricultura portuguesa à ruína, seja derrotado nas eleições presidenciais.

## Grupo monopolista desmantela Lacticínios Loreto

O Grupo Lacto-Ibérica está a desmantelar a «Lacticínios Loreto», transferindo importantes sectores produtivos para a Lacto-Açoriana, situada na Ribeira Grande e que pertence também ao Grupo. Uma outra parte é transferida para as instalações da Lacticínios Covada, actualmente em processo de fusão com a Loreto. As secções de fabrico, como a torre de secagem e de soro são pura e simplesmente eliminadas.

Prevê-se assim que toda a área de produção de queijo da Loreto seja desactivada já entre os meses de Janeiro e Março do próximo ano.

Segundo indica uma nota da Organização dos Trabalhadores Comunistas da Ilha de S. Miguel, esta «reorganização industrial dos lacticínios» está a ser levada a cabo com o apoio do Governo Regional e beneficia de dinheiros públicos.

### PCP pede esclarecimentos

A este propósito, o deputado comunista na ALR, Paulo Valadão, já apresentou um requerimento ao Governo Regional pedindo esclarecimentos não apenas sobre que tipo de incentivos económicos e financeiros foram concedidos às empresas dos Grupo Lácteo-Ibérica, como sobre qual a redução global de postos de trabalho que está prevista. Recorde-se que Paulo Valadão já tinha entregue um requerimento sobre a mesma matéria em 28 de Março passado, o qual não obteve até ao momento nenhuma resposta.

Entretanto, as consequências sociais são já visíveis e atingem centenas de pessoas. Cerca de 50 trabalhadores viram os seus contratos rescindidos no início do ano pelo Grupo comprador da Loreto, que depressa passou a visar os postos de trabalho efectivos. Até Junho passado, pela vida da chamada «rescisão por acordo mútuo» foram eliminados mais de 40 empregos; e a reforma antecipada foi o meio de libertarem mais cerca de uma dezena de trabalhadores. Ou seja, dos 200 trabalhadores que ainda recentemente laboravam na empresa restam pouco mais de 25, já que os outros foram compulsivamente transferidos para a lacticínios Covada e Lacto-Açoriana.

No caso da Lacto-Açoriana, os trabalhadores no seu conjunto foram obrigados a sujeitar-se a regimes e tarefas diferentes das suas qualificações profissionais. O sistema de turnos introduzido abrangeu ilegalmente várias mulheres e o sistema disciplinar tornou-se intimidatório e persecutório.

Os comunistas denunciam que são conhecidas «situações de castigos de vários dias de suspensão por simples engano na colocação de rótulos; limitações estritas à satisfação de necessidades fisio-

lógicas e ameaças frequentes de processos disciplinares». Tudo isto, dizem, «para encontrar motivos para despedimentos que de outra forma a empresa está impedida de fazer».

Acresce que a Lacto-Açoriana está a averbar prejuízos na ordem dos 80 mil contos, em consequência da transferência apressada da produção do queijo tipo ilha, que era especialidade da Loreto. Este facto, segundo o PCP, é revelador de que «para além da melhoria da qualidade e rentabilidade, outros interesses inconfessados presidem a esta intitulada reorganização industrial».

Os cerca de 25 trabalhadores que ficaram na Loreto vivem numa situação de angústia, já que aguardam a todo o momento o encerramento definitivo da empresa, estando a ser forçados psicologicamente a «negociar» a sua saída, ou nalguns casos a sua transferência compulsiva para a Lacto-Açoriana.

A Organização dos Trabalhadores Comunistas da Ilha de S. Miguel considera que «esta reestruturação pode estar ferida de ilegalidade, nomeadamente, no que respeita à legislação laboral, e, sobretudo, se se confirmar que está a ser financiada por dinheiros públicos».



## Gafanha da Nazaré Dois anos sem obra

A Comissão de Freguesia da Gafanha da Nazaré do PCP acusa a Junta PS de inactividade, afirmando que o declínio da autarquia nestes dois anos é notório, se comparado com o anterior mandato, que contava com dois eleitos da CDU.

Mesmo o facto da CM de Aveiro ser de presidência PS em nada contribuiu para que a Freguesia passasse a ser olhada de outro modo, refere os comunistas constatando que «em dois anos de mandato, não há qualquer obra lançada na freguesia pela Câmara Municipal».

«O saneamento básico continua por fazer, o que é incompreensível numa terra onde se verifica um tão grande crescimento urbanístico», prossegue o comunicado do PCP, que aponta ainda outras graves insuficiências nas áreas da habitação social, vias de comunicação, equipamentos sociais e segurança pública.

A comissão analisou ainda a

crise económica e social, resultante em grande parte da forte quebra da actividade pesqueira (sobretudo a pesca longínqua e local), que constituía o principal motor da economia local, a que estavam ligadas as secas, as fábricas de redes e de conservas, a construção e reparação naval, entre outras.

## Plano de Actividades de Coimbra

Reunida no passado dia 22, a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP considerou que o planeamento anual do Plano de Actividades da Câmara

Municipal para o próximo ano é insatisfatório e democraticamente incontrolável, propondo obras, equipamentos e investimentos que devem ser co-financiados pelo Governo. Os participantes na reunião elegeram como prioridades para este plano o saneamento básico, o ensino pré-escolar, os transportes públicos, vias de comunicação, estacionamento e trânsito pedonal, equipamento desportivo e cultural e zonas verdes.



## Com presença de Carlos Carvalhas Poder Local discutido em Évora

Uma reunião concelhia de quadros subordinada ao tema «O Poder Local e as tarefas imediatas do Partido» realizou-se no Sábado passado num hotel de Évora. Contando com a participação de Carlos Carvalhas, a reunião debateu temas como a Lei das Finanças Locais e as atribuições de competências para o Poder Local.

Autarcas e dirigentes comunistas concluíram ser necessário garantir que todas as transferências de compe-

«para continuar no essencial, com a política de concentração de riqueza».

«Não tardam em dizer



Carlos Carvalhas falou em Évora da crise no Alentejo

tências para as autarquias sejam acompanhadas dos respectivos meios financeiros.

Também sublinhada durante esta reunião foi a necessidade de reforço dos poderes dos órgãos deliberativos municipais e a dignificação do papel das freguesias.

Entre as reivindicações saídas desta reunião contam-se a do cumprimento da Lei das Finanças Locais e a de que o novo Governo redefina o quadro de delimitações das atribuições e competências entre a Administração Central e Local.

### Nova política?

No final do Encontro de Évora, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, fez uma intervenção onde começou por analisar as indicações dadas pelas primeiras medidas governamentais. A questão colocada por Carvalhas era esta: «estamos perante uma nova política?», chegando a uma resposta negativa.

Carvalhas disse que, «já se começa a ouvir a cantilena da moderação salarial, dos sacrifícios, dos dois anos difíceis que temos pela frente, da herança recebida», o que em seu entender se trata de «preparar o terreno para apertar o cinto e pedir sacrifícios» aos mesmos de sempre, nomeadamente, «trabalhadores, agricultores e pequenos e médios empresários», ou seja, segundo o secretário-geral do Partido

desemprego e do trabalho precário», sublinhou Carlos Carvalhas.

### Emergência para o Alentejo

Referindo-se depois à crise por que passa o Alentejo, Carvalhas referiu-se às recentes chuvas «insuficientes» e ao facto de muitos trabalhadores que acabam agora os programas ocupacionais irem ficar sem trabalho, pois boa parte da azeitona entretanto caiu.

Durante as eleições o Partido Socialista prometeu um «plano de emergência para o Alentejo» e Carvalhas questionou: «Onde está ele? Onde estão as medidas?

Que passos é que foram dados?»

O secretário-geral do PCP denunciou a actual situação: «o que vemos é mais uma vez o Alqueva a marcar passo e o

desemprego e a emigração a aumentarem».

E, de Évora, Carvalhas lançou um desafio ao Governo para «concretizar sem demora esse famoso plano de emergência, pois não é com «palavras» «e com diálogo» que os trabalhadores e as trabalhadoras encontram trabalho e recursos para as suas famílias».

«A governação não se esgota no estilo e no diálogo. São precisas medidas e factos concretos», concluiu.

### Oposição

Noutro passo da sua intervenção, Carvalhas explicou as razões por que na Assembleia da República o PCP se

definiu como oposição de esquerda não oposição sistémica: «porque a política que vem a ser seguida no essencial, é a política que foi executada pelo PSD. E face ao descontentamento e ao desencanto que vai surgir, a direita não tenderá a dizer que o que temos é o resultado da esquerda no poder, o resultado de uma política socialista».

## Saldo positivo para autarquia de Portel

Os participantes do Encontro de Quadros do PCP do Concelho de Portel, que se realizou na passada semana, consideraram muito positivo o trabalho dos eleitos comunistas e dos seus aliados na autarquia efectuado nos dois anos de mandato já decorridos, apontando como exemplos as obras de reforço do abastecimento de água às populações a partir da barragem do Alvito.

«As infra-estruturas básicas para o desenvolvimento económico e social que dependem do Poder Local são hoje uma realidade. É necessário que o Poder Central tome consciência da situação dramática que se vive no Alentejo e promova o desenvolvimento regional criador de riqueza e que garanta o pleno emprego e a estabilidade social», lê-se numa nota à imprensa.

Os comunistas defendem que o Plano e Orçamento de Estado para 1996 contemple o

reforço orçamental para o prosseguimento das obras do Plano do Alqueva e o cumprimento integral da lei das Finanças Locais com a clara definição das atribuições e competências entre as Administrações Central e Local.

A implantação do plano de emergência para o Alentejo, prometida durante a campanha eleitoral pelo actual primeiro-ministro, é imperiosa. É igualmente urgente o alargamento do prazo dos programas ocupacionais, devendo estes trabalhadores ser equiparados aos trabalhadores por conta de outrem na plenitude das suas regalias sociais.

No Encontro foi manifestado empenhamento e mobilização em trono da candidatura à Presidência da República de Jerónimo de Sousa, no sentido de garantir a derrota de Cavaco Silva.

## NACIONAL

## CNA em Espanha contra acordo Euromediterrânico

Uma delegação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) esteve no princípio da semana em Barcelona para participar em duas iniciativas abertas, promovidas pela principal organização agrícola espanhola, a COAG, realizadas paralelamente à Conferência Euromediterrânica onde estiveram os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia e de mais 12 países da orla do Mediterrâneo. A CNA participou num seminário organizado pela COAG intitulado «O Futuro da PAC no Mediterrâneo. Que lugar para os agricultores» e, na terça-feira, numa manifestação de protesto contra as propostas oficiais em discussão na Conferência Interministerial.

Para a CNA, as culturas mediterrânicas portuguesas correm riscos acrescidos, caso venham a ser aplicadas as propostas discutidas na Conferência Euromediterrânica. Aquela estrutura «contesta vivamente» as propostas oficiais em discussão. «Ao prever a criação de uma zona de comércio livre, que incide nomeadamente sobre o sector agrícola», diz a CNA, «o projecto do Acordo Euromediterrânico que está a ser negociado em Barcelona obedece

sobretudo aos interesses dos grandes produtores agrícolas».

Aquela estrutura considera que a série de propostas para a criação daquela zona de comércio livre põe «em risco acrescido as culturas mediterrânicas portuguesas, nomeadamente as frutas e legumes frescos, que representam 25 por cento da produção agrícola e 44 por cento da produção vegetal nacional».

Para a CNA, «o conteúdo principal daquelas propostas vem na sequência dos acordos do Gatt que levaram à criação da Organização Mundial de Comércio (OMC), obedecendo aos interesses dos países grandes produtores agrícolas», nomeadamente «os Estados Unidos e as grandes multinacionais da agro-indústria».

Os responsáveis da CNA

sublinham que «o que está em causa não é a solidariedade e cooperação, no respeito pelos legítimos interesses das partes, ou seja a UE e os países do Norte de África, com quem estamos solidários».

«Do que verdadeiramente se trata é da subordinação e discriminação, por parte da Comissão Europeia, dos interesses dos agricultores dos países do Sul

face aos interesses dos países ricos e das agriculturas mais desenvolvidas do centro e norte da UE», acrescentam.

O que a CNA pretende é que o Acordo Euromediterrânico não venha a contribuir para «engrossar os lucros das multinacionais da agro-alimentação à custa dos trabalhadores agrícolas dos países do Sul da Europa e do Norte de África».

## Câmara do Montijo apoia alunos carenciados

A Câmara Municipal do Montijo decidiu atribuir aos alunos socioeconomicamente carenciados subsídios para livros e material escolar e subsídios de alimentação.

Para as escolas do primeiro Ciclo do Ensino Básico (CEB) com cantinas serão atribuídos subsídios de alimentação no valor de 5.500 contos por aluno, para o período de Setembro de 1995 a Junho de 1996. O Ensino Básico nº 7 e nº 4 e o Ensino

Básico Mediatizado (EBM) do Afonsoeiro irão receber 40 escudos diários por cada carenciado, o que ronda os 130 contos, além de refeições diárias gratuitas para estes estudantes.

Os alunos do EBM e do CEB integrados no escalão A pela sua capacitação terão subsídios no valor de 4 mil escudos para material escolar, bem como os estudantes do escalão B que têm direito a subsídios de 2 mil escudos.

### Carreiras fluviais

Visando um melhor ajustamento das necessidades das populações com os horários dos barcos que fazem a ligação entre Lisboa e o Montijo, a Câmara Municipal do Montijo vai solicitar à Transtejo a criação de uma nova carreira às 23h 30 ou, em alternativa, que a última carreira seja adiada para essa hora. Esta decisão surge depois de ter sido entregue na Câmara uma petição

dirigida à administração daquela empresa.

Prosseguindo as suas actividades socioculturais e depois da exposição da pintura de solidariedade, com Luís Miguel (baleado aquando dos acontecimentos da Ponte 25 de Abril, no ano passado), a Câmara do Montijo irá realizar em Dezembro uma exposição de artesanato, promovida pela Associação Caminho de Bem Fazer.

# Com propostas materializadas em projectos de lei PCP quer reforço das freguesias e abolição de portagens

**Alterar o regime jurídico dos inquéritos parlamentares, instituir em certos casos e condições o regime de permanência a membros das juntas de freguesia, e abolir as portagens na CREL, em Ermesinde e na Ponte 25 de Abril, constituem três objectivos do Grupo Parlamentar do PCP já materializados em projectos de lei por si entregues na Mesa da Assembleia da República.**

Apresentado publicamente em conferência de imprensa realizada faz hoje oito dias, este segundo pacote de iniciativas legislativas (recorde-se que o

primeiro foi divulgado logo no início da Legislatura) contempla ainda outros diplomas com a chancela comunista dirigidos, concretamente, para o fortaleci-

mento das freguesias através do reforço dos seus meios financeiros, para o apoio e tratamento de toxicodependentes, e para a difusão televisiva nas Regiões Autónomas.

Coincidindo esta apresentação de seis projectos de lei com a tomada de posse das Comissões Parlamentares, quiseram os deputados comunistas com este seu gesto significar - como explicou aos jornalistas Octávio Teixeira, líder da formação comunista, que estava acompanhado por João Amaral, Vice-Presidente da AR - o seu propósito de verem as Comissões Permanentes entrarem desde já em actividade, o que impõe, naturalmente, a existência de iniciativas legislativas que por si possam ser apreciadas e relatadas "com o objectivo de que o próprio plenário da Assembleia da República entre em «velocidade de cruzeiro» no debate e votação dessas mesmas iniciativas".

Nesse sentido vai, por exemplo, o projecto de lei que altera o regime jurídico dos inquéritos parlamentares. Trata-se, para a formação comunista, de remover bloqueamentos anteriormente impostos pelo PSD, como sejam o controlo pela opinião pública dos inquéritos (assegurando que as respectivas audiências sejam públicas), assim como a garantia de que a recusa de documentos ou de depoimento só se poderá ter por justificada nos mesmos termos que perante um tribunal. Nos seus objectivos, o diploma aponta ainda para a revogação do regime proibitivo de realização de inquéritos quando correm processos-crime (dado que o objecto pode ser diferenciado), preconizando-se, simultaneamente, a revogação do prazo impositivo de 180 dias para a realização do inquérito, prazo este que, na opinião do PCP, "impedia a averiguação cuidada e a profundidade da matéria".

Quanto ao projecto de lei que garante a membros de Juntas de Freguesia, em certos casos e condições, o exercício do mandato em regime de permanência, com vista ao reforço dos meios de actuação dos órgãos de freguesia - diploma já apresentado pela bancada comunista na anterior Legislatura -, tem-se em vista permitir uma "maior dedicação e disponibilidade dos autarcas das Juntas de Freguesia".

Como lembrou Octávio Teixeira, tem-se argumentado contra esta situação afirmando o valor do trabalho voluntário prestado fora das horas de actividade profissional. Ora, se é inegável e importantíssimo o valor desse esforço, por maioria de razão, do ponto de vista do PCP, deve ser permitido que em determinadas condições "aqueles que quiserem dar mais esfor-

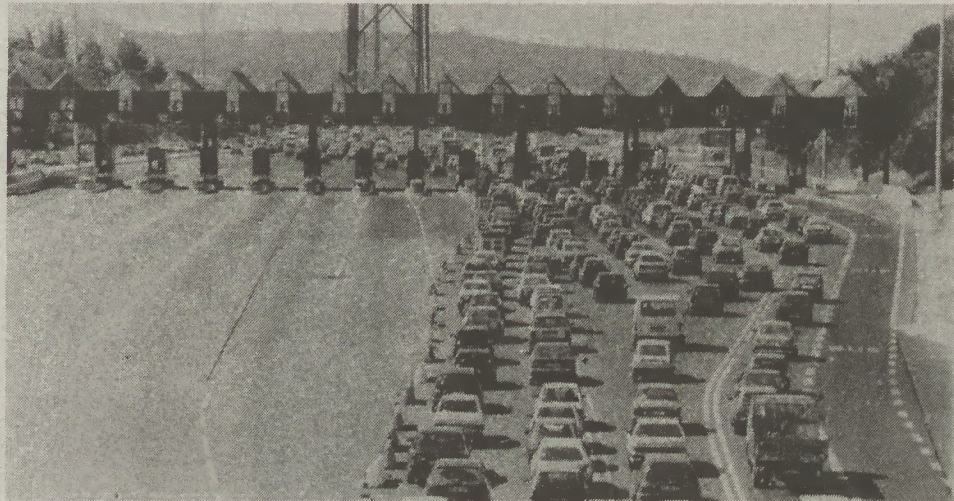
ço, entregando-se totalmente às funções respectivas, o possam fazer".

Ainda no entender do líder parlamentar comunista, "não se pode compreender que essas freguesias possam ter vários funcionários e não possam ter em regime de permanência pre-

feito contra nenhuma das estruturas democráticas do Estado", antes é feito, bem pelo contrário, "a favor da descentralização e democratização das estruturas do Estado e da vida política, é feito a favor dos interesses populares e do direito de participação das populações".

Madeira, eis, por seu turno, o desiderato de outra das iniciativas legislativas agora entregues na Mesa do Parlamento.

Para o PCP, "afigura-se de todo inaceitável" a situação actual nas Regiões Autónomas - com o serviço de radiotelevisão circunscrito à programação



cisamente o eleito, e, por isso mesmo, o responsável perante a população".

Contribuir para a dignificação e reforço das freguesias, essencialmente na área das suas competências e meios financeiros, constitui, por outro lado, o objectivo de outro dos diplomas agora apresentados. Nos pressupostos da sua iniciativa, o Grupo comunista parte do princípio de que "esse reforço e fortalecimento das freguesias" tem em vista o "reforço e fortalecimento de todo o edifício do Poder Local". Por outras palavras, como foi sublinhado no decorrer da conferência de imprensa, "assim como o Poder Local ganhará com a criação das Regiões Administrativas, assim como será robustecido com o aprofundamento das garantias da autonomia financeira e técnica dos Municípios, assim sairá reforçado com a dignificação e fortalecimento das Freguesias".

Esclarecida pelos deputados comunistas foi ainda a ideia de que este processo de fortalecimento das Freguesias "não é

Ao criar uma rede de serviços públicos para o tratamento e a reinserção de toxicodependentes - objecto de um outro projecto de lei - o Grupo Parlamentar do PCP pretende colmatar as manifestas insuficiências existentes neste domínio, comprováveis no facto de existirem apenas 50 camas de internamento em serviços públicos vocacionadas para acudir à situação de dezenas de milhares de toxicodependentes.

No âmbito desta rede de serviços públicos destinada à desintoxicação física dos toxicodependentes e à sua reabilitação social e profissional, o diploma prevê, entre outros aspectos, a ampliação das consultas, a criação de mais unidades de internamento de curta duração e o tratamento em comunidades terapêuticas ou em ambulatório.

Utilizar todas as possibilidades técnicas de cobertura televisiva já existentes para alargar de forma mais adequada a difusão televisiva nas Regiões Autónomas dos Açores e da

das delegações regionais da RTP, quando no Continente a grande maioria das pessoas tem acesso aos quatro canais existentes -, pelo que considera que o quadro legal regulador deve contemplar "para além do direito das Regiões Autónomas disporem de serviço público nacional de televisão, a possibilidade de acesso em pé de igualdade com o restante território nacional aos operadores privados de televisão".

No que se refere às portagens, e concretamente à proposta de eliminação das mesmas na CREL (em Lisboa), em Ermesinde (no Porto) e na Ponte 25 de Abril (em Setúbal), a posição dos parlamentares comunistas parte da premissa de que a questão das portagens nos troços de utilização urbana nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto requerem uma "ponderação global", visando isentar dos pagamento de portagens os cidadãos que diariamente as utilizam no seu movimento pendular residência-emprego.

## Propinas em debate

O Parlamento apreciou ontem a lei das propinas, com o debate centrado nas propostas preconizadas em dois diplomas: um, sob a forma de projecto de lei, da autoria do PCP, o outro, consubstanciado em proposta de lei do Governo. Enquanto para o Executivo, correspondendo a uma das primeiras medidas por si anunciadas, a questão reside na suspensão da Lei que regula as Propinas, já para o Grupo comunista - e é esse o sentido fundamental do seu projecto - a resolução do problema passa pela revogação pura e simples das leis que estabelecem normas relativas ao sistema de propinas.

Entre as matérias que a Comissão de Ética deverá em princípio analisar de novo conta-se a questão relacionada com a obrigatoriedade, ou não, de os deputados advogados terem de inscrever a sua lista de clientes no Registo de Interesses.

O Presidente da Assembleia da República, recorde-se, elaborou um despacho na sequência de um requerimento no qual se interrogava se, sendo advogado, teria de declarar a sua lista de clientes, o que violaria o dever de sigilo profissional. Almeida Santos concluiu, apesar de frisar que estava a pronunciar-se officiosamente, que os advogados estariam dispensados de fazê-lo.

## Orçamento suplementar

Agendada na última conferência de líderes parlamentares, estava prevista para terça-feira, numa reunião da Comissão de Economia, Finanças e Plano, a presença do Ministro das Finanças, Sousa Franco, para apresentação do Orçamento Suplementar para 1995.

O Orçamento, de acordo com o calendário já definido, subirá depois a plenário, para discussão e votação na generalidade, no próximo dia 6 de Dezembro.

## Comissão de Ética

No Parlamento tomou posse, na passada semana, a Comissão de Ética, tendo na ocasião sido agendada a sua primeira reunião para segunda-feira última. António Filipe foi o deputado indicado pelo Grupo Parlamentar do PCP, fazendo igualmente parte da Comissão Mário Videira Lopes (PS - indigitado presidente), Correia de Jesus (PSD) e Paulo Portas (CDS/PP).

## Evitar o despedimento a prazo

António Lobo Xavier demitiu-se faz hoje oito dias do cargo de vice-presidente do Partido Popular (PP), mantendo-se, contudo, como deputado à Assembleia da República.

Pese embora o seu acordo com a "estratégia fundamental do partido", de acordo com declarações públicas, Lobo Xavier justificou a sua saída por motivos de "brio e dignidade próprios" face a "desconfianças" de dirigentes do PP em relação à sua pessoa.

Para o ex-chefe da bancada dos populares em causa estão, concretamente, alguns aspectos quanto "ao futuro do partido" e ao facto de o seu líder, Manuel Monteiro, considerar que membros da direcção do partido não podem ser deputados. Para Lobo Xavier, segundo declarações à Lusa, esta posição de Monteiro "era como que um despedimento a prazo".

## Inquéritos parlamentares hoje, em debate

# Remover bloqueamentos

O regime jurídico dos inquéritos parlamentares preenche a sessão plenária de hoje na Assembleia da República. Em debate estarão dois projectos de lei, da autoria do PS e do PCP, propondo este último um conjunto de alterações destinadas a remover alguns bloqueamentos anteriormente impostos pelo PSD.

Em causa, para a bancada comunista, está sobretudo o controlo pela opinião pública dos inquéritos, assegurando que as respectivas audiências sejam públicas, do mesmo modo que pretendem garantir que a recusa de documentos ou de depoimentos só se poderá ter por justificada

nos mesmos termos que perante um tribunal. De acordo com o articulado do seu projecto hoje em debate, cujo conteúdo foi dado a conhecer publicamente em conferência de imprensa que tratamos noutra edição, o PCP propõe ainda a revogação do regime proibitivo de realização de inquéritos quando correm processos-crime, uma vez que o objecto pode ser diferenciado, defendendo, simultaneamente, a revogação do prazo impositivo de 180 dias para a realização do inquérito, prazo que, no entender dos deputados comunistas, impedia a averiguação cuidada e a profundidade da matéria.

## Preocupado com hesitações do PS sobre o Alqueva

# PCP pede esclarecimentos e exige o avanço da obra

O Grupo Parlamentar do PCP solicitou a presença do Ministro do Planeamento, João Cravinho, na Comissão Parlamentar de Poder Local e Administração do Território com vista a "clarificar a situação" da Barragem do Alqueva, face a dúvidas recentemente vindas a lume quanto ao seu financiamento.

Este pedido da bancada comunista, entregue no final da semana transacta, surge na sequência de uma declaração política proferida em plenário pelo deputado Lino de Carvalho sobre o Alqueva e de uma visita por si efectuada, em que também participou a deputado Rodeia Machado, eleito por Beja, às obras da barragem no Alentejo.

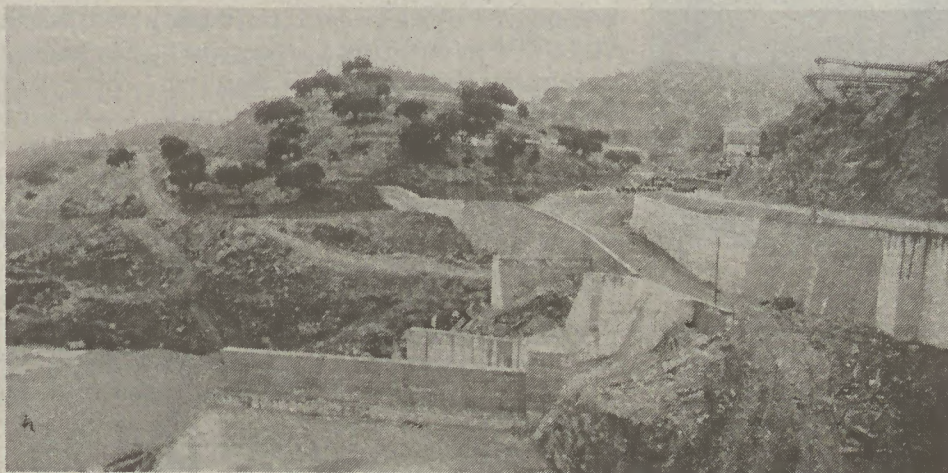
Entretanto, após a visita, nenhuma das preocupações e interrogações se desvaneceu - na sequência aliás das afirmações da bancada do PS produzidas no decorrer do próprio debate parlamentar -, antes se confirmando, como esclareceu Lino de Carvalho em declarações ao "Avante!", as inquietações anteriormente manifestadas sobre o projecto, designadamente sobre o "estado real" em que o PSD o deixou e sobre as "verdadeiras intenções do PS em relação ao futuro do Alqueva".

"Sabendo-se que o PS nunca foi um grande entusiasta do projecto - as palavras são de Lino de Carvalho - receia-se que as dificuldades que eventualmente estejam a surgir, quer quanto ao financiamento comunitário quer quanto à alegada não garantia de disponibilidade de água, funcionem como pretexto para que o Governo venha a tomar decisões que condicionem ou contrariem o avanço da barragem do Alqueva".

Face à importância do projecto e ao que ele representa para a região e para o país, ainda segundo as afirmações do deputado comunista ao nosso jornal, o PCP não aceita que o "Alqueva seja palco para confrontos de protagonismo entre o PS e o PSD".

É que, como lembrou Lino de Carvalho na sua declaração política, está em causa "um projecto de gerações", necessário não apenas como reserva estratégica de água para o abastecimento das populações e como parte integrante do Plano de Rega do Alentejo, mas também como unidade com elevadas capacidades de produção energética, de abastecimento de água ao Algarve, de valorização turística e de valias na área agro-industrial e piscícola.

"O empreendimento de fins múltiplos de Alqueva permitirá criar milhares de postos de trabalho desde a fase de construção e é condição necessária para sustentar o processo de des-



povoamento e desertificação do Alentejo", sublinhou ainda o deputado do PCP, que não deixou de exigir, por todas estas razões, que o Governo do PS "em vez de lançar dúvidas sobre a obra, negocie e assegure o seu financiamento e a sua realização".

Desmontados por Lino de Carvalho foram ainda todos os "falsos argumentos" aduzidos por quem está animado pelo intuito de impedir a obra, nomeadamente o de que não haveria água disponível e de que a

alternativa seriam as pequenas e médias barragens. "Há água suficiente para o Empreendimento", frisou, lembrando as conclusões a este respeito do estudo de impacte ambiental e as opiniões de conceituados especialistas, como o engenheiro Faria Ferreira, quando afirmam que as aflúncias médias futuras ao sistema do Alqueva são de cerca de 2475 hm<sup>3</sup>/ano, enquanto as necessidades identificadas para o Empreendimento se situam na ordem dos 1680 hm<sup>3</sup>/ano.

Infundamentados, do seu ponto de vista, são ainda os argumentos invocados no que se refere aos impactes ambientais negativos ("por que é que não se questionou a propósito - nos impactes ambientais positivos, como a garantia de água, a redução da perda de solo, os efeitos benéficos a nível climático ou a diminuição de risco de desertificação física?"), bem como quanto a uma alegada incompatibilidade com a Política Agrícola Comum (PAC), ou quanto ao custo da obra e ao preço da água.

## A barragem e as gravuras do Côa

# Aberta a porta do diálogo e da tolerância

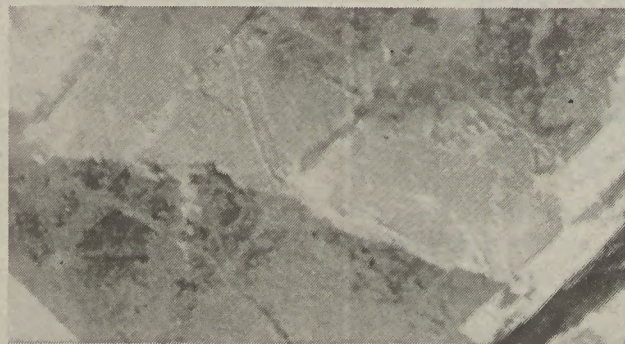
Foi com duras críticas ao que considerou ser a "insensibilidade cultural" do anterior governo, traduzida na "completa indiferença pelo património mais raro do País" e pela "patética tentativa de, por vários meios, apagar, ocultar e sepultar esse património", que o ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, respondeu a um PSD apostado em contestar a decisão do Executivo de suspender as obras da barragem do rio Côa, de modo a preservar as gravuras rupestres encontradas no local.

Foi no debate de urgência realizado no final da semana transacta, a pedido do PSD, com o essencial dos argumentos em confronto a estabelecerem uma clara fronteira entre quem acha que "a não realização do aproveitamento hidráulico de Foz Côa tem graves implicações" (posição defendida por Pedro Pinto, do PSD) e quem, diferentemente, pensa que a descoberta das gravuras deveria ter sido encarada como "uma justificada ocasião de festa" e nunca, como fez o anterior Governo, como um pesadelo.

E aqui é que reside porventura o aspecto central da questão, ou, como lhe chamou o deputado comunista Ruben de Carvalho, "o problema", o qual, do seu ponto de vista, não residirá na

barragem, nem nas gravuras, mas sim no facto de o "Estado responsável pela gestão dos nossos problemas colectivos, como o são as nossas barragens e como o são as gravuras que os nossos antepassados nos deixaram", esse Estado ter sido durante dez anos gerido por um governo, frisou, "que jamais compreendeu que a democracia é, sobretudo, o sistema que permite que um país e um povo recolham o máximo contributo de todos quantos o constituem".

O grande problema, ainda no entender de Ruben de Carvalho, é que "imperou na forma de encarar a dicotomia colocada ao País no Vale do Côa o princípio de um Governo que nunca tinha dúvidas e raramente se enganava", do mesmo modo que não



podem deixar de lhe ser assacadas responsabilidades pelo facto de ter introduzido na resolução do problema "os princípios de autoritarismo, secretismo, quase autismo de um poder que adquiriu ao longo de dez anos uma arrogância que gerou a incapacidade de gerir democraticamente uma democracia".

Recusando qualquer visão reduzida que coloque a questão na dicotomia entre as gravuras e a barragem, o deputado comunista não estabeleceu diferenças entre os técnicos que desenvolveram o projecto da barragem e os arqueólogos defensores das gravuras no que se refere à atitude e aos objectivos de qualquer das partes no sentido de servir o povo, "o seu bem-estar, as condições de vida, a construção de um quotidiano melhor que nos mereça e que nós mereçamos".

## Estatuto da Oposição

A Assembleia da República aprovou o diploma que introduz alterações ao Estatuto da Oposição, com os votos favoráveis do PS (autor do projecto de lei), do PCP e de "Os Verdes" e os votos contra do PSD, baixando este agora à Comissão Parlamentar para debate na especialidade.

Ao reapresentarem esta proposta, logo em início de Legislatura, para os socialistas estava em causa acima de tudo a afirmação das diferenças de postura face à anterior maioria laranja, ou seja, como assinalou o deputado Alberto Martins, mostrar que o PS, hoje no Poder, não abdica dos princípios por si defendidos quando era oposição.

Interpretando-o como uma "base de trabalho" susceptível de vir a ser melhorado em sede de especialidade, o diploma foi encarado pela bancada comunista como uma iniciativa "oportuna" e "necessária em face das alterações introduzidas por duas revisões constitucionais", segundo as palavras de Luís Sá.

O deputado comunista não deixou, todavia, de tecer várias considerações críticas quanto a alguns aspectos do articulado do projecto, fazendo notar que o sentido de voto final da sua bancada dependerá da forma como entretanto decorrer o debate na especialidade.

Por si realçada foi concretamente a ideia de que "não basta legislar", uma vez que, observou, "nem o relativamente magro estatuto de Oposição que tem estado em vigor - que classificara momentos antes de "velho" e claramente desajustado - tem sido cumprido em alguns pontos fundamentais".

Noutro plano, referindo-se já concretamente às alterações e medidas preconizadas no diploma, Luís Sá reconheceu a existência de "várias de sentido positivo", sem deixar de chamar a atenção para a presença simultânea de "insuficiências" e de propostas que suscitam "interrogações".

De entre as várias que recenseou, destaque para a questão do poder de superintendência e controlo da comunicação social directa ou indirectamente pertencentes ao Estado, a consulta aos partidos da oposição nas regiões autónomas em questões de âmbito nacional e não apenas no que se refere à região, o alargamento do direito de participação legislativa em matérias relevantes.

conhecimentos de um património cultural de todos nós", e, do outro, aqueles que, com igual paixão, defendem "um instrumento de desenvolvimento e de acção colectiva".

O esclarecimento de tão "estranho" - assim lhe chamou - acontecimento foi ainda Ruben de Carvalho a fazê-lo ao assinalar que se "é natural que haja diferenças" e que se "confrontem pontos de vista, pensados, sentidos e defendidos com semelhante empenho e semelhante honestidade intelectual", já "não é natural" nem pode "ser aceite" que "os instrumentos de regulação da nossa vida colectiva, ou seja, as instituições políticas do povo que somos e do País que somos não tenham sido capazes de cumprir o papel que delas se exige: evitar que as diferenças de opinião na sociedade sejam factores de ruptura, mas se tornem antes factores de progresso".

Daí que, do ponto de vista de Ruben de Carvalho, graças ao empenho do povo, da comunidade científica e da juventude, Foz Côa tenha entrado "numa nova fase", o mesmo é dizer, observou, que "em Foz Côa abriu-se a porta do diálogo, da tolerância, do debate e do estudo".

# Juventude na CGTP por um futuro melhor



A idade média dos 463 delegados à conferência foi de 32 anos

Uma maior participação dos jovens, a todos os níveis, no movimento sindical unitário é indispensável e corresponde aos interesses da juventude trabalhadora, na luta pela resolução dos seus problemas específicos, e dos sindicatos, na batalha por uma maior influência nas empresas e na sociedade e pelos direitos e interesses de todos os trabalhadores. Esta é a ideia que sobressai da Conferência Sindical sobre a juventude trabalhadora, realizada no passado sábado, em Lisboa, pela CGTP, e que contou com a participação de 463 delegados; destes, 285 tinham 30 anos ou menos, e 178 passavam aquela faixa etária, o que produziu uma média de 32 anos para todos os participantes na conferência.

Como «objectivos centrais e imediatos» das propostas reivindicativas da CGTP, explanadas na resolução «Por um futuro melhor para a juventude», a Proclamação da conferência destaca: o fim da norma, imposta pelos governos de Cavaco Silva, que condena os jovens à procura do primeiro emprego a serem contratados a prazo; o termo de todas as formas de discriminação dos jovens no emprego, garantindo que a trabalho igual tem de corresponder salário igual e acabando com a redução do salário mínimo nacional para os trabalhadores entre os 18 e os 25 anos; e a redução do horário de trabalho, com a entrada imediata em vigor da semana máxima de 40 horas (e 35 horas no caso dos menores de 18 anos).

A conferência - que contou com intervenções, entre outros, de Américo Nunes, na abertura, e de Rogério Silva e Manuel Carvalho da Silva, no encerramento - decidiu lançar uma campanha de sindicalização e outra contra o trabalho ilegal e clandestino.

## É indefensável, mas mantém-se...

**Fenprof denuncia continuação da prova de candidatura ao 8º escalão**

A Federação Nacional dos Professores criticou sexta-feira a manutenção da prova de candidatura ao 8º escalão até à revisão do Estatuto da Carreira Docente. A Fenprof, que foi naquele dia recebida pelo ministro da Educação, considera que a posição governamental contraria a opinião dos professores, as expectativas criadas no discurso eleitoral «e, sobretudo, o tom categórico da nota informativa de 31 de Outubro».

Num comunicado de imprensa divulgado após a reunião com Marçal Grilo, a federação lembra que o Ministério da Educação tinha considerado anteriormente *não ser defensável* aquela prova. Só que a única alteração anunciada pelo ME foi considerar equivalentes a exame os estágios realizados entre 1973/74 e 1979/80, «matéria em que os tribunais por várias vezes já tinha dado razão» à Fenprof.

A nota do Secretariado Nacional da Fenprof refere ainda que a equipa ministerial anunciou a resolução de algumas questões pontuais, nomeadamente:

- a reposição da legalidade na estrutura horária dos docentes do ensino especial;
- a garantia do pagamento sem atrasos dos vencimentos dos educadores e professores do 1º ciclo contratados;

— a revogação do despacho 38, ou seja, a área geográfica para a frequência de acções de formação contínua volta a coincidir com a área do centro de associação a que a escola pertence.

O ME assumiu ainda o princípio de negociar com os sindicatos todas as propostas relativas à expansão da Educação Pré-Escolar.

Quanto ao Ensino Superior, o Ministério «aceitou como primeiro passo para a revalorização da carreira docente que o Orçamento de Estado para 1996 deve contemplar verbas para esse fim».

A Fenprof informa ainda que, «reafirmando os princípios gerais de abertura ao diálogo e à negociação, e definindo como objectivos a valorização da profissão docente e da imagem social dos professores, responsabilidade que disse querer partilhar com os sindicatos, o ME marcou para 13 de Dezembro nova reunião, sobre questões do Ensino Superior, e para 20 de Dezembro, sobre questões relacionadas com os outros graus de ensino.

Também dia 24, mas de tarde, foram recebidos no ME dirigentes da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que expuseram ao responsável governamental os problemas dos **trabalhadores não docentes**, tanto dos serviços centrais do Ministério, como dos estabelecimentos de ensino Básico, Secundário e Superior.

## Apenas se concretizou o desemprego Mineiros do Pejão ainda sem compensações

Cinco anos depois de o Governo PSD/Cavaco Silva ter anunciado a decisão de encerrar as minas do Pejão, estão por concretizar todas as medidas então prometidas e reafirmadas depois das duras lutas mineiras do final de 1994 e início de 95.

Em conferência de imprensa dada na semana passada em Pedorido, freguesia de Castelo

de Paiva onde se situam as minas encerradas e onde residem muitos mais de 400 mineiros que ficaram sem trabalho, foi chamada a atenção para o facto de que o regime especial de reformas abrangeu apenas meia centena de trabalhadores; os restantes ficaram dependentes do subsídio de desemprego, que cessará em Março.

Apesar das promessas e compromissos dos responsáveis governamentais, a variante à EN 222 não foi construída, a zona industrial de Lavagueiras não foi criada, as novas possibilidades de emprego não surgiram e os mineiros não tiveram qualquer reconversão profissional - este é o balanço feito pelo presidente da Junta de Freguesia e

pelos representantes dos trabalhadores da mina.

O autarca, ele próprio mineiro de profissão, declarou perante os jornalistas esperar que o novo Governo avance com a concretização das medidas de compensação e actue, em tempo oportuno, de forma a evitar o drástico agravamento, em Março, da dramática situação que hoje atinge mais de milhar e meio de pessoas. É nesse sentido que Manuel Rodrigues e os restantes membros do executivo autárquico (de maioria CDU), tal como as estruturas sindicais e demais representantes dos trabalhadores, estão a dirigir-se a diversos organismos oficiais.

Na conferência de imprensa de dia 22, apresentada como «um alerta» ao Governo de António Guterres, foram lembrados os cortes de estrada, o bloqueio da mina e a vinda a Lisboa, nos primeiros meses deste ano, para reafirmar que os mineiros despedidos e a população não estão dispostos a assistir passivamente à ruína e desertificação da sua região.



## CALÇADO EM GREVE NO DIA 15

Por um contrato justo e pelas 40 horas semanais, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles marcou uma greve para 15 de Dezembro, no sector do calçado, malas, componentes e luvas.

Esta decisão, tomada em plenário em S. João da Madeira, surge depois de dois meses de reuniões em que nada foi negociado. «A associação patronal, a APICCAPS, numa atitude arrogante e ilegal, vem recusando negociar qualquer matéria, incluindo os novos salários que deveriam entrar em vigor no mês de Outubro», explica a Fesete numa nota à imprensa.

No plenário, os sindicalistas decidiram solicitar ao Ministério do Emprego a marcação da conciliação das negociações e a sua intervenção no impasse a que se chegou; vão ainda pedir entrevistas a todos os grupos parlamentares, com o objectivo de denunciar o comportamento do patronato e exigir a rápida discussão e aprovação da semana de 40 horas.

## SALÁRIOS BAIXOS

Os salários mínimos sectoriais devem aumentar 5500 escudos, defende a Fesete, que aprovou dia 24, em plenário, uma carta reivindicativa que também exige ajustamentos, em percentagem idêntica àquele aumento do salário mínimo, para as restantes remunerações. A carta, que será enviada ao primeiro-ministro e ministros, defende também a isenção de IRS nos salários ilíquidos até 75 mil escudos.

A federação exige a redução do horário de trabalho semanal para 40 horas e a criação efectiva de novos postos de trabalho, principalmente no Vale do Ave, Grande Porto, corda da Serra da Estrela, Castanheira de Pera e Mira d'Aire.

A estabilidade dos actuais postos de trabalho, o controlo eficaz pela Inspeção-Geral do Trabalho na contratação de novos trabalhadores, medidas de combate ao trabalho infantil, o alargamento para o dobro do período de concessão do subsídio de desemprego, e a atribuição de um subsídio de 50 por cento da renda de casa nos casos de desemprego são outras reivindicações da Fesete.

A federação exige ainda cinco semanas de férias, maior respeito pelas normas de higiene, segurança e medicina no trabalho, maior eficácia no funcionamento dos Tribunais de Trabalho, o direito à formação e qualificação profissional e uma reestruturação e modernização dos sectores têxtil, vestuário e calçado. A lista de 27 reivindicações termina com um pedido de audiência ao primeiro-ministro.

## PAREM A ABB!

O encerramento da Sermague, com o despedimento colectivo de todos os trabalhadores, é o exemplo mais recente da política de destruição do aparelho produtivo que a multinacional ABB continua a levar a cabo na metalomecânica pesada, denunciou na semana passada a Federação dos Metalúrgicos. As comissões sindicais, intersindiais e de trabalhadores das empresas que fazem parte do grupo ABB, reunidas na semana passada na sede da federação, alertaram para o facto de situações idênticas poderem ocorrer noutros locais de trabalho.

Na reunião foi decidido interceder junto do Governo e demais órgãos de soberania «para que travem o passo destruidor da multinacional»; da ABB, os representantes dos trabalhadores exigem «que acabe com os despedimentos e apresente propostas concretas de modernização e viabilização das empresas, bem como as respostas às reivindicações sociais já apresentadas pelos trabalhadores», para o que estão a preparar «diversas acções para os primeiros dias de Dezembro».

Também o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa protestou contra a anunciada intenção da ABB de encerrar a Sermague, acusando a multinacional de ter tomado conta da metalomecânica pesada portuguesa «para arruinar e desviar para fora do País o importante mercado, nacional e internacional, que estas empresas detinham». O sindicato adianta que, com os ORTs da empresa, solicitou já audiências aos ministros da Economia e da Qualificação e Emprego, «para que possa haver uma intervenção atempada do Governo no sentido de salvar a empresa e os postos de trabalho e impedir que a situação se repita noutras empresas do grupo».

## Governo PS face a Maastricht No essencial, tudo na mesma

A política do Governo PS face à reforma do Tratado de Maastricht, em 1996, é "no essencial" idêntica à prosseguida pelo executivo de Cavaco Silva, afirmou a semana passada, em Bruxelas, o secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, em declarações à imprensa, deixando claro que "as diferenças não são significativas". Uma postura preocupante, numa altura em que o número de desempregados na União Europeia ascende já a 18 milhões, ou seja, cerca de 11 por cento da população activa.

Num encontro com jornalistas portugueses, à margem do conselho de ministros do mercado interno da UE, em Bruxelas, Seixas da Costa antecipou alguns dos princípios do "longo debate público" sobre a reforma do Tratado da União que o Governo projecta abrir no final do ano corrente ou no princípio do próximo ano, "imediatamente antes ou depois do Conselho Europeu de Madrid", agendado para 15 e 16 de Dezembro. Se a abertura ao debate representa uma mudança significativa na postura do executivo, o mesmo não se poderá dizer em relação à política a seguir, que nas palavras do próprio secretário de Estado não apresenta "diferenças significativas" da defendida pelo seu antecessor.

Segundo a Lusa, o responsável português afirmou que Portugal apresentará "propostas defensivas e ofensivas", o que traduziu por posições pouco abertas à mudança no plano institucional, por forma a manter o equilíbrio actual resultante dos compromissos de Maastricht, mas mais ambiciosas no respeitante às "políticas sociais, económicas, da cidadania europeia e dos valores democráticos e de emprego".

Pretende-se, por outro lado, não abrir mão do alegado peso institucional dos pequenos países dentro União - em termos de representatividade nas instituições e linguísticas e quanto ao poder de decisão traduzido nos sistemas de votos - sem contudo se inviabilizar as "reformas necessárias" ao alargamento da União.

Salientando que o Governo "quer uma discussão muito clara", se possível paralela aos trabalhos

da CIG, "sobre os efeitos práticos do alargamento nos países aderentes e nos estados-membros da UE", Seixas da Costa destacou como principais as questões: "Como financiar o alargamento? Mantém-se o acervo comunitário? Instauram-se períodos de transição ou derrogações?"

Na ocasião, o secretário de Estado referiu ainda que Portugal se associou aos estados-membros, liderados pela Suécia, adeptos da introdução no Tratado da União de um capítulo ou um protocolo específico dedicado ao emprego, afirmando a propósito que "o avanço qualitativo da União Económica e Monetária terá que ter uma vertente económica e social dando dimensão europeia ao emprego".

Seixas da Costa não explicou como é que tal pretensão se conjuga com o reforço das exigências de participação na moeda única europeia após o arranque do processo em 1999, limitando-se a "esperar que a próxima cimeira de líderes europeus não ponha em

causa os esforços empreendidos, por vezes com sacrifício, pelos países menos prósperos à luz da marcha para a UEM".

### Um panorama negro

A declaração de intenções do Governo PS não augura nada de bom.

À hora do encerramento da nossa edição decorria em Bruxelas a sessão do Parlamento Europeu dedicada ao debate do relatório anual da Comissão Europeia sobre o emprego na Europa, relativo ao ano de 1995. O documento, que constitui uma análise dos resultados do trabalho desenvolvido na União Europeia respeitante ao combate ao desemprego, apresenta um diagnóstico deveras preocupante.

Entre 1991 e 1994 perderam-se seis milhões de empregos, de que resultou um total de 18 milhões de desempregados (quase 11 por cento da população activa). O nível do emprego desceu abaixo dos 60 por cento

e o desemprego de longa duração atinge actualmente 48 por cento dos desempregados.

Os dados agora divulgados vêm confirmar a ideia da incapacidade de se encontrar uma solução para o problema dentro da linha dos pressupostos políticos em conformidade com os quais se persiste actuar e cujo prosseguimento só levará a mais desemprego e a uma maior divisão entre os Estados-membros.

Da ordem de trabalhos desta sessão, a que voltaremos em próxima edição, constava ainda a proposta de regulamento do Conselho relativa aos auxílios à construção naval, que prevê a proibição das ajudas ao investimento produtivo, funcionamento e exportação no sector. A intervenção dos eurodeputados do PCP foi no sentido de contrariar esta proposta, pois o seu conteúdo, em vez de apoiar a capacidade produtiva, é antes do mais vocacionado para colmatar os custos sociais dos encerramentos previstos.

## Conferência de Barcelona Um símbolo... de quê?

A I Conferência Euro-Mediterrânea, que terça-feira terminou com a "aprovação sem reservas" da Declaração de Barcelona pelos 27 países partici-

pantes (os 15 comunitários e os 12 da bacia sul do Mediterrâneo, excepto a Líbia), numa sessão à porta-fechada, foi definida pelo vice-presidente da Comissão Europeia, Manuel Marin, como um "símbolo

de uma nova era". Desconhece-se, no fecho desta edição, o texto da Declaração, cuja negociação se arrastou devido, entre outras coisas, à definição de "terrorismo", termo em que se pretendia incluir os que lutam pela libertação dos seus territórios. Desconhece-se, igualmente, que "nova era" é esta, quais os seus custos e, sobretudo, quem pagará as facturas.

De imediato, o que se salienta são as belas palavras de Manuel Marin, para quem "Barcelona é o início de um novo processo, o início de um diálogo, que se desenvolverá nos âmbitos político, económico, social, cultural e humano, com objectivos ambiciosos e concretos".

Apostada na "instauração de um pacto de estabilidade, na harmonização das normas que permitem aos produtos circular livremente ou na preservação do património e meio ambiente mediterrânicos", a União Europeia aprovou já uma verba de 4.685 milhões de ECUS, a aplicar durante cinco anos em projectos de ajuda ao desenvolvimento dos países da bacia sul do Mediterrâneo, que serão completados com uma quantia similar do Banco Europeu.

A criação da zona livre de comércio será o outro pilar deste projecto que afirma pretender impulsionar a paz, a estabilidade e a segurança da zona, assim como o diálogo, a tolerância de culturas e religiões, de que o desenvolvimento económico deverá ser uma das bases. Fica por saber, em termos práticos, o que isso representa.



## Portugal mais longe do "grupo da frente"

As primeiras previsões económicas da Comissão Europeia para o ano "decisivo" de 1997 indicam que Portugal, Áustria, Itália e Grécia são os países da União Europeia que terão de fazer "os esforços mais importantes" para cumprir um dos critérios fundamentais da futura moeda única europeia, ou seja, a redução dos défices orçamentais para o equivalente a 3 por cento dos PIB (Produto Interno Bruto) nacionais.

O cenário macroeconómico para 1997 - ano de referência para a decisão sobre o grupo de Estados-membros que poderá

participar na moeda única a partir de 1999 -, foi elaborado pelo executivo comunitário, com base na hipótese de "políticas económicas inalteradas", constituindo "uma extrapolação das tendências esperadas para 1996", refere a agência Lusa, citando um comunicado da instituição.

De acordo com as previsões de Bruxelas, em 1997, o défice público português descerá para apenas 4,1 por cento do PIB nacional, ficando a 1,1 pontos da meta de 3 por cento do produto que dá acesso a terceira e última fase da União Económica e Monetária (UEM).

## ESTATUTO PARA REFUGIADOS

O conselho dos assuntos internos da União Europeia, reunido quinta-feira em Bruxelas, definiu os estatutos para os refugiados no território da União, bem como para os imigrantes extracomunitários residentes há longo tempo nos Estados-membros.

No primeiro caso, convencionou-se que as autoridades nacionais competentes aplicarão critérios idênticos no reconhecimento dos cidadãos de países terceiros que solicitam o estatuto de refugiado, para o que serão consideradas razões suficientes, entre outras, perseguições políticas, judiciais, policiais, religiosas, étnicas e sociais.

O conselho reconheceu, por outro lado, como residentes extracomunitários de longa duração, os cidadãos que vivem legalmente há pelo menos dez anos num Estado-membro da União, e estabeleceu que as pessoas nessas circunstâncias devem gozar de autorizações de residência por tempo ilimitado ou por dez anos desde que não haja impedimentos de segurança nacional ou de ordem pública.

A resolução preconiza para estes residentes legais tratamento idêntico ao que é dado aos imigrantes oriundos da União Europeia para efeitos de condições de trabalho, filiação em organizações sindicais e de políticas de alojamento, de segurança social, de saúde e de educação. Após a reunião, o ministro da Administração Interna, Alberto Costa, anunciou que o governo português apresentará até final do ano uma iniciativa jurídica destinada aos imigrantes africanos residentes em Portugal. A iniciativa em favor da regularização e integração dos imigrantes das ex-colónias portuguesas justifica-se, segundo o ministro, porque "Portugal tem responsabilidades históricas" para com estas "comunidades com um valor estratégico".

### PAÍSES ACP

A Comissão Europeia vai financiar com 1,1 milhões de ecu (cerca de 210 mil contos) a integração dos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) no sistema mundial de comércio.

Segundo o comissário europeu do Comércio Exterior, Leon Brittan, a ajuda comunitária servirá para financiar, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, sucessora do GATT desde Janeiro de 1995, a cooperação técnica e comercial com esses países. Nesse âmbito, a Comissão Europeia está disposta a colaborar mais estreitamente com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Mundial para encontrar soluções que permitam reduzir o peso da dívida dos países ACP, fundamental para que consigam uma margem de manobra suficiente que lhes permita não só efectuar reformas estruturais, como também integrar-se melhor no sistema mundial de comércio.

### MENOS RUÍDOS NA UE

Normas mais severas contra o ruído das motos vão ser aplicadas a partir de 1 de Janeiro de 1997, decidiram quinta-feira passada os ministros dos "quinze" que têm a seu cargo o mercado interno. Foi fixado o limite de 80 decibéis para as motos com mais de 175 cm<sup>3</sup> e o de 77 decibéis para as motos com uma potência compreendida entre os 80 e 175 cm<sup>3</sup>.

As motos com uma potência inferior ou igual a 80 cm<sup>3</sup> passam a ter o nível do seu ruído fixado em 75 decibéis.

Os ministros adoptaram ainda outras medidas relacionadas com os veículos a motor de duas e três rodas, a fim de se proceder à homologação idêntica e simultânea nos Estados-membros da União Europeia e assim favorecer também a livre circulação no mercado único.

### QUOTA DE TOMATE

O Ministro da Agricultura, Gomes da Silva, esteve anteontem na Comissão de Agricultura para prestar esclarecimentos aos deputados sobre a eventual redução da quota de produção de tomate atribuída a Portugal pela Comissão Europeia.

A reunião com a comissão efectuou-se na sequência de um pedido do PCP, que quer envolver a Assembleia da República na discussão desta matéria, e revestiu-se de particular importância já que a Reforma da Organização Comum de Mercado (OCM) das frutas e legumes vai ser debatida no final do mês pelo Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia. Recordar-se que, em conferência de imprensa no Parlamento, o deputado comunista Lino de Carvalho classificou a proposta da Comissão Europeia como "gravemente lesiva dos interesses portugueses e, em particular, do sector do tomate, dos produtores e da indústria de concentrado".

### CONFERÊNCIA ALTERNATIVA

A "Conferência Alternativa" à Conferência euro-mediterrânea convocada pela União Europeia juntou em Barcelona, de 24 a 28 do corrente mês, cerca de dois mil participantes de 305 Organizações Não-Governamentais (ONG).

A iniciativa abordou, em seis reuniões plenárias, as relações económicas, segurança, ponto de vista das mulheres, ecologia, imigração e cooperação entre países mediterrânicos. Segundo os organizadores, a proposta básica da Conferência Euro-Mediterrânea, destinada a criar um referencial de relações políticas, económicas e sociais na região, é "pouco inovadora, fomentadora das desigualdades e insustentável do ponto de vista do meio ambiente", com a agravante de que o projecto de criação de uma zona de livre comércio no Mediterrâneo "não toma em consideração a desigualdade entre a zona europeia e a mediterrânea".

## Cidades

OS 300 participantes na 5.ª conferência internacional da Associação das Cidades e Portos, que decorreu em Dacar, salientaram a necessidade de valorizar o ambiente das cidades portuárias, alterando as suas estratégias de desenvolvimento. Consagrada ao tema "portos oceânicos e desenvolvimento dos territórios interiores", a reunião, que decorreu durante três dias, preconizou igualmente um "diálogo constante" entre os territórios interiores e as cidades portuárias, de forma a favorecer o seu desenvolvimento harmonioso. As cidades portuárias devem voltar-se para os territórios interiores "para lhes proporem as suas infra-estruturas e as suas capacidades", sublinharam, em síntese, os participantes provenientes de quatro continentes. Sobre as relações Norte/Sul, a conferência pediu a promoção de meios de cooperação, bilateral ou multilateral, destinada a ajudar as cidades e portos dos países em desenvolvimento a combater o seu atraso tecnológico.

## Japão

Centenas de pessoas manifestaram-se no centro de Tóquio, exigindo a retirada completa das tropas norte-americanas do ilha japonesa de Okinawa. Os manifestantes empunhavam cartazes com slogans "Fora com as tropas americanas de Okinawa" e "Rasguem o tratado de segurança EUA/Japão", no âmbito do qual os Estados Unidos estacionaram as suas tropas no Japão. A oposição à presença de militares norte-americanos em Okinawa tem vindo a aumentar desde que no passado dia 4 de Setembro uma estudante japonesa foi violada por três soldados, cujo julgamento está a decorrer.

## Nobel

O centenário do testamento de Alfred Nobel foi comemorado na passada segunda-feira. A 27 de Novembro de 1895, Alfred Nobel assinava em Paris o seu testamento de uma curta página em que decide que a sua fortuna, avaliada em 32,6 milhões de coroas suecas, iria recompensar "os mais dignos que prestarem à humanidade os maiores dos serviços". As cinco disciplinas escolhidas por Alfred Nobel permaneceram inalteradas e os prémios continuam a ser atribuídos pelas instituições que nomeou: a Academia Real das Ciências da Suécia (Física e Química), o Instituto Karolinska de Estocolmo (Medicina), a Academia Sueca (Literatura) e o Comité Nobel do Parlamento norueguês para a Paz ou "fraternidade entre os povos". Alfred Nobel, que nasceu em Estocolmo a 21 de Outubro de 1833, esteve



Pela primeira vez em vinte anos, dezenas de milhar de mulheres e muitos homens manifestaram-se em Paris e outras cidades francesas para defender os direitos da mulher que sentem ameaçados, em especial o aborto e contracepção.

O aborto tem sido legal em França, e é subsidiado ao abrigo do plano nacional de saúde, desde 1975.

Mas com a eleição em Maio de um governo conservador, juntamente com o aumento da militância dos grupos anti-aborto, muitas francesas sentem que os seus direitos há muito adquiridos podem ser postos em causa.

Um governo interino conservador riscou, em 1993, os contraceptivos da lista de medicamentos reembolsados pelo serviços de saúde estatais, fazendo tábua rasa de uma lei de 1971.

"Quando há problemas económicos, as pessoas usam sempre a moralidade ou a religião para dizer às mulheres que têm deveres antes de terem direitos", disse, ao diário francês "Le Parisien", Christine Thomas, presidente das Associações coordenadas para o Direito ao Aborto e Contracepção (CADAC).

"Em França, estudos mostram que nos últimos cinco anos mais raparigas que rapazes obtiveram diplomas, mas ganham em média menos 70 por cento do que os homens. É urgente exigir uma igualdade genuína entre homens e mulheres", sublinhou.

A França tem uma taxa de desemprego de 12 por cento, e as mulheres constituem 53 por cento dos desempregados.

## Brasil

### "Mapa da fome"

Pelo menos 106 mil dos 311.656 indígenas brasileiros estão afectados pela fome por terem sido afastados das suas terras ou obrigados a trabalhar a troco de "salários miseráveis", segundo uma informação oficial publicada domingo passado.

Segundo o "Mapa da fome entre os povos indígenas do Brasil", estudo realizado a nível nacional, as crianças são as maiores vítimas.

Só na reserva de Kaingang, Estado do Paraná, no sul do país, as autoridades constataram cinco mortes por cada 18 nascimentos.

No Estado meridional do Rio Grande do Sul, uma média de 155 crianças com menos de um ano morrem por cada mil que nascem, refere-se no estudo.

Para a antropóloga Iara Pietricovsky, do Instituto de Estudos Socio-Económicos, que coordena o "Mapa da Fome", a situação mais dramática regista-se entre os indígenas da região do nordeste.

A investigação assinala que a fome afecta 51 mil dos 60 mil índios do nordeste, considerada como a região mais pobre do país.

Nas regiões do sul e sudeste pelo menos 30 mil indígenas vivem em condições de miséria absoluta, acrescenta a informação.

"Com as suas terras invadidas por brancos, os índios perderam as suas fontes de alimentação e agora são obrigados a deixar as reservas para trabalhar em fazendas, minas ou engenhos de açúcar a troco de salários miseráveis e insuficientes para manter as suas famílias", sublinhou a especialista.

## França em luta

A França vive a segunda semana de lutas, englobando trabalhadores da função pública e dos mais diversos sectores de actividade e estudantes das universidades e do ensino secundário. Sexta-feira passada, a greve do funcionalismo público, maciçamente seguida, paralisou em grande medida os correios, hospitais, escolas, ligações aéreas e ferroviárias e os serviços de gás e electricidade.

Em causa a política do primeiro-ministro de direita Alain Juppé, fortemente lesiva dos interesses dos trabalhadores e da generalidade da população, e que envolve a liquidação de direitos fundamentais na área da Segurança Social.

## Irlanda

### Sim ao divórcio

O "sim" no referendo sobre a legalização do divórcio na Irlanda venceu com 7.520 votos de avanço, após a contagem final dos votos.

Cerca de 2,6 milhões de eleitores irlandeses pronunciaram-se sexta-feira em referendo sobre uma proposta de emenda à Constituição de 1937, na parte em que esta estipula "não poder ser aprovada nenhuma lei que faculte os meios de conceder a dissolução do matrimónio".

A emenda propõe que os tribunais possam dissolver o casamento no caso de os cônjuges terem vivido separadamente durante pelo menos quatro anos nos cinco anos precedentes e desde que não haja nenhuma hipótese "razoável" de reconciliação.

O referendo teve a participação de 62,15 por cento dos 2,6 milhões de eleitores irlandeses, tendo sido registados um milhão e 628 mil boletins de voto.

A vitória do "sim" foi confirmada por uma segunda contagem dos votos, ordenada devido à escassa maioria do primeiro resultado.

Em 1986, um referendo semelhante deu a vitória ao "não" por 63,5 por cento dos votos.

A Irlanda, onde 93 por cento dos habitantes são católicos, é o último país da União Europeia a manter o divórcio ilegal.

Os resultados agora obtidos indicam que, tal como na Polónia, parte dos católicos votou ao arrepio das indicações da igreja, apesar do clima de grande tensão gerado em torno deste referendo.

A introdução do divórcio civil estava-se a tornar urgente, também por razões de ordem política. Numa perspectiva de unificação da Irlanda, a proibição do divórcio - quando ele é legal na Irlanda do Norte - tendia a tornar-se mais um obstáculo, num processo já de si difícil.

O impedimento do divórcio legal gerou naturalmente, no país, situações pessoais e familiares profundamente dramáticas e uma profunda disparidade entre as realidades sociais e a lei.



Carlos Carvalho, Secretário-Geral do PCP, recebeu na passada terça-feira, na SPG, Bayard Arce, dirigente da Frente Sandinista de Libertação Nacional, que se encontrava acompanhado por Humberto Avilés, representante da FSLN em Espanha. Durante o encontro, que decorreu em ambiente de amizade e camaradagem, foram trocadas informações sobre a situação nos dois países e a actividade dos respectivos partidos e reafirmada a solidariedade recíproca entre o PCP e a FSLN.

## Bósnia Os desacordos do acordo de Dayton

Os actuais acordos de paz para a Bósnia foram assinados numa base aérea norte-americana - Dayton. Um facto que, em si, traduz muito dos vícios que enformam este processo. Pelo que reflecte, quer de imposição externa - e não de acordo entre partes envolvidas -, quer das pretensões de Washington em impor os seus interesses e as suas "soluções" um pouco por todo o mundo.

As múltiplas reacções de protesto e rejeição, em particular por parte dos sérvios da Bósnia, surgem como um primeiro indício dos problemas subjacentes a estes acordos e prenunciam sérios obstáculos na sua aplicação.

"Chegou o momento para nós de prosseguir a luta por meios políticos", declarou o dirigente dos sérvios da Bósnia, Radovan Karadzic, acrescentando que, "daqui até à assinatura (do acordo) em Paris, muitas coisas têm ainda de ser feitas".

Sarajevo está entre as questões que se colocam de imediato. Milhares de sérvios, na sua maioria jovens, manifestaram-se na parte sérvia da capital da Bósnia, afirmando a sua determinação em não cederem a sua zona à federação croato-muçulmana, enquanto o general Ratko Mladic, comandante das forças sérvio-bósniás, garantia que o seu exército "não abandonará Sarajevo".

O acordo de Dayton prevê que toda a área de Sarajevo, incluindo os bairros actualmente ocupados pelos sérvios, passe para o controlo do governo bósnio.

"E se não resolverem a situação que criaram, Sarajevo

vai ser um problema de difícil resolução como o problema do Médio Oriente, porque os sérvios nos bairros sérvios não se sentem em segurança e não aceitam a autoridade muçulmana. Por isso, a comunidade internacional tem de protegê-los", avisou o dirigente sérvio da Bósnia.

"Sarajevo sempre foi uma cidade partilhada por igual entre sérvios e muçulmanos" e os sérvios ali radicados "não estão dispostos a aceitar a autoridade muçulmana", acrescentou, exigindo "uma renegociação do acordo no que toca a Sarajevo ou então um estatuto especial e uma protecção assegurada pela comunidade internacional durante pelo menos os próximos cinco anos".

Entretanto, croatas e muçulmanos da Posavina (no Norte) dizem que jamais aceitarão a ocupação desta zona pelos sérvios.

Outra questão particularmente candente em todo este



A assinatura do acordo de Dayton pelos três presidentes, Milosevic, Izetbegovic e Tudjman, ao lado do secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher

processo é o regresso de milhões de refugiados e pessoas deslocadas pela guerra, que em teoria serão autorizados a regressar às suas casas. Mas em que condições? Com que apoios para se reinstalarem? Com que garantias de que não serão vítimas da cultura de violência alimentada ao longo de 43 meses de guerra?

O acordo de Dayton prevê a preservação da integridade da Bósnia nas suas fronteiras actuais. O Estado será constituído por uma federação croato-muçulmana (entidade política anteriormente criada pelos Estados Unidos) e uma república sérvia da Bósnia. De

facto, há uma partilha do território (ainda com algumas zonas de sombra), com 51% do território atribuído à federação croato-muçulmana e 49% aos sérvios bósnios.

Como pano de fundo de dificuldades futuras - e actuais - a própria imposição, diplomática e militar, desta partilha de território.

Ao anunciar o acordo de paz alcançado em Dayton, o presidente norte-americano, Bill Clinton, foi claro: as tropas da Aliança Atlântica serão "encarregadas de fazer respeitar o acordo". "Só a NATO pode fazer este trabalho e os Estados Unidos,

enquanto líder da NATO, devem desempenhar um papel essencial nesta missão", sublinhou.

Desde o início desta guerra, em Abril de 1992, 250.000 pessoas foram mortas e cerca de quatro milhões tiveram de fugir das suas aldeias, das suas cidades, das suas casas. Um balanço terrível. Resta esperar que as forças da paz na Bósnia consigam superar a fragilidade, os vícios e os graves problemas que enformam todo este processo de paz.

Infelizmente, as lições da história indicam que as condições de paz impostas de fora tendem a gerar futuras guerras.

à frente de um gigantesco império financeiro que incluía poços de petróleo em Baku e mais de 60 fábricas em todo o mundo.

O investigador sueco definia-se como um "humanista que ama a humanidade" e afirmava estar convencido que "a prosperidade do Mundo podia combater todos os males".

Prosseguiu incansavelmente os seus trabalhos e acabou por deter cerca de 355 patentes de invenções. As suas descobertas revolucionaram a construção de estradas e a abertura de túneis, numa Europa em pleno desenvolvimento industrial.

### Curdos

Milhares de curdos manifestaram-se em diversas cidades alemãs contra o "tratamento humilhante" a que são sujeitos os seus compatriotas na Turquia. Na cidade de Ulm (sul do país), onde as manifestações não são autorizadas, registaram-se vários confrontos entre manifestantes e polícias, tendo estes efectuado centenas de detenções.

Centenas de manifestantes empunhavam bandeiras e símbolos do proibido Partido dos Trabalhadores Curdos (PKK). Em Essen, o trânsito foi paralisado devido a uma marcha, contra a política curda do Governo de Ancara, realizada no centro da cidade. A polícia tentou dispersar a manifestação detendo várias pessoas. Também em Hamburgo e Saarbrücken registaram-se marchas e diversos actos de protesto.

### Nuclear

O antigo Primeiro-Ministro francês Michel Rocard e o ex-Secretário da Defesa norte-americano Robert MacNamara aceitaram participar na comissão antinuclear australiana, anunciou o Primeiro-Ministro australiano, Paul Keating.

Esta comissão, com 15 elementos, terá por missão preparar, com a ajuda de especialistas internacionais, um relatório para apresentar à próxima Assembleia Geral das Nações Unidas sobre os efeitos do armamento nuclear.

Dirigida pelo embaixador australiano junto da ONU, Richard Butler, a comissão deverá elaborar uma estratégia para contrapor ao "argumento absurdo", nas palavras de Paul Keating, de que o mundo precisa de 50 mil ogivas nucleares.

Keating, forte opositor aos ensaios nucleares franceses no Pacífico Sul, acrescentou que a comissão trabalhará num programa "concreto e realista" para eliminar completamente o armamento nuclear. O chefe do executivo australiano propusera, no mês passado, a criação desta comissão, no âmbito dos protestos levantados, nomeadamente no Pacífico sul, contra o reinício dos ensaios nucleares franceses.

## África em notícias

### Cabo Verde

A taxa de mortalidade da epidemia de cólera em Cabo Verde é actualmente de 2 por cento, de acordo com os dados distribuídos à imprensa pelo Ministério da Saúde.

Após um ano de epidemia, foram contabilizados 12.542 casos, de que resultaram 249 óbitos. O concelho de Santa Catarina, com 77 mortes, continua a ser o município com a taxa de mortalidade mais elevada.

Quanto ao número de casos, a capital, Cidade da Praia, regista o maior número, com 5.508.

O Ministério da Saúde destaca, por outro lado, que a área afectada pela epidemia é agora constituída pelas ilhas de Santiago, São Vicente, São Nicolau, Sal, Santo Antão e Boa Vista.

### Zaire

O presidente zaireense, marechal Mobutu Sese Seko, assinalou os 30 anos no poder, num país mergulhado

numa profunda degradação social e económica.

Os sectores de oposição liderados por Etienne Tshisekedi apelaram a uma "jornada de luto", pelos "30 anos de ditadura", continuando a reclamar a destituição do Governo de Kengo Wa Dondo.

### Nigéria

Dezanove nigerianos de etnia ogoni correm o risco de pena de morte pelas mesmas acusações que levaram à execução do escritor Ken Saro-Wiwa e de oito membros da mesma etnia ocorrida no passado dia 10, revelou o jornal "The Guardian".

Segundo o jornal, que cita fontes ligadas ao Ministério da Defesa, 19 pessoas são acusadas de terem participado no assassinio de quatro chefes tribais ogonis no ano passado, assassinio esse utilizado para a condenação à morte de Ken Saro-Wiwa, dirigente do Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP), juntamente com oito membros do movimento.

O julgamento destes 19 novos acusados será realizado em Janeiro, escreve o "The Guardian".

Entretanto, o presidente da Associação de Advogados da Nigéria (NBA) para o Estado de Kaduna, Malam Aliyu Umaru, anunciou que a sua organização irá contestar judicialmente a "legalidade" destas execuções.

O representante da associação de juristas nigerianos reprovou a existência de "tribunais especiais" criados pelo regime, para julgamento de casos que poderiam e deveriam ser instruídos por instâncias judiciais civis.

Aliyu Umaru acusou o regime do general Sani Abacha de ter sido "juiz e parte" no julgamento dos dirigentes ogonis.

### Mandela

O presidente sul-africano, Nelson Mandela, lançou um violento ataque contra o homem forte do regime militar nigeriano, general Sani Abacha, qualificando a sua ditadura de "bárbara, corrupta, irresponsável e arrogante".

Numa entrevista publicada pelo jornal "Sunday Independent", Mandela revela que ameaçou os responsáveis sul-

-africanos da companhia petrolífera Shell com medidas que serão tomadas contra os mesmos por a companhia multinacional se ter recusado a suspender um projecto de exploração de gás liquefificado na Nigéria, com impacto negativo em termos de ambiente.

Mandela está a liderar uma campanha internacional visando isolar a Nigéria após a execução de nove defensores dos direitos do povo ogoni, entre os quais o escritor Ken Saro-Wiwa, ocorrida no passado dia 10.

No passado dia 20, Mandela exigiu à Shell que suspendesse o seu projecto de exploração de gás na Nigéria, cujo investimento está avaliado em cerca de 3,9 mil milhões de dólares. "Como eles hesitaram, nós avisamos que iríamos tomar medidas contra a empresa no nosso país", concluiu o presidente sul-africano.

A Shell, principal empresa petrolífera estrangeira na Nigéria, foi acusada por diversos organismos internacionais de não ter utilizado suficientemente a sua influência junto das autoridades nigerianas para evitar as execuções.

■ Henrique Custódio

# SAÚDE: Uma «paixão» esquecida...

A Saúde foi um dos sectores de serviço público particularmente defenestrados pela política do PSD/Cavaco Silva. O Serviço Nacional de Saúde (SNS) construído pelo Portugal de Abril e o direito constitucionalmente consagrado de assistência universal e gratuita estiveram na mira atenta e minuciosa do cavaquismo, que também aqui procurou aplicar em profundidade a sua visão neoliberal do mundo. Os resultados estão à vista: serviços hospitalares desarticulados ou encerrados, urgências fechadas, subaproveitamento de meios e recursos, degradação da assistência médico-hospitalar, amesquinhamento das carreiras dos diversos profissionais envolvidos, autoritarismo, incompetência e corrupção à solta, a par dum febre de construção de equipamentos com destinatário preciso: os negociantes privados do sector, com extensão às multinacionais «especialistas» em enriquecer à custa da doença. O escândalo do Hospital Amadora/Sintra (ver peça ao lado) é uma ilustração exemplar deste direccionamento da política cavaquista.

O Governo do Partido Socialista, que se apresentou ao eleitorado sob o signo da «paixão», tem aqui muito onde exercer essa pulsão transformadora. Só que, para já, os primeiros indícios da sua actuação neste sector são pouco animadores...

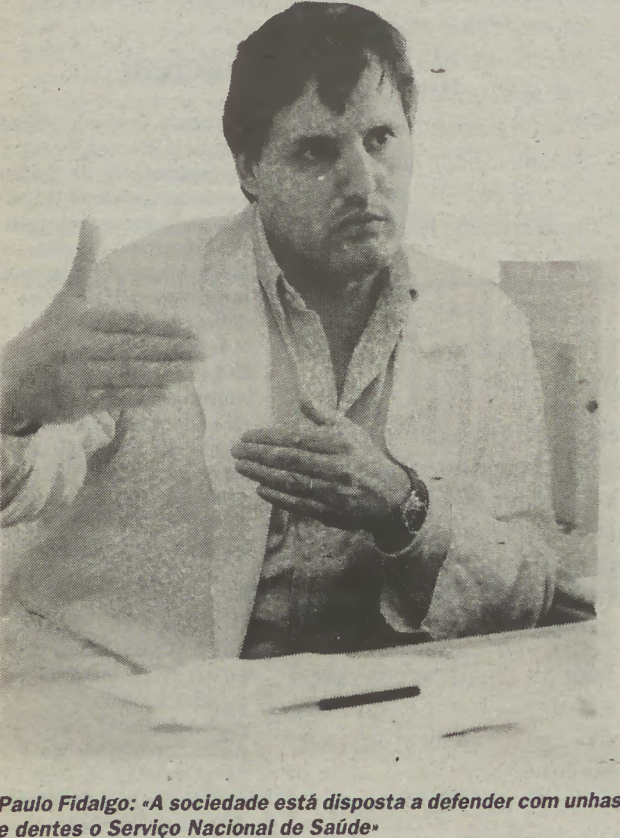
Foi exactamente essa apreensão sobre a política de Saúde a realisar pelo actual Governo do Partido Socialista que nos manifestou o camarada Paulo Fidalgo, médico no Instituto Português de Oncologia e membro da Comissão Para as Questões de Saúde junto do CC do PCP. «Não há nada», disse-nos, «tanto no que está escrito [no programa do Governo] como no que está a fazer-se, que indique haver qualquer interrupção na ofensiva neoliberal durante anos prosseguida pelos governos do PSD.»

Assinalando que na campanha eleitoral, e à excepção do PCP, «todos os partidos desprezaram, silenciaram ou omitiram as questões da Saúde», Paulo Fidalgo recordou que «nos defendemos um projecto em que a comunidade passe a ter um papel activo nas questões da Saúde e defendemos, nomeadamente, que a responsabilidade da tutela da generalidade dos serviços passe para as regiões, como ficou claro no Programa Eleitoral do PCP» (ver também texto ao lado sobre o assunto).

Atacando frontalmente o problema, cujo cerne identifica com clareza na política executada no sector durante os últimos 10 anos, Paulo Fidalgo foi taxativo: «Será bom que se compreenda de uma vez por todas que as iniciativas neoliberais na Saúde em Portugal já duram há tempo de mais. As consequências nefastas, apesar de não estarem ainda devidamente contabilizadas, são tão vastas e sérias que semearam o descontentamento por todo o lado, quer se fale dos utentes, quer se fale de todos os profissionais do sector. Os resultados desta política estão à vista, verificando-se que esta serviu apenas para desorganizar e esburacar o Serviço Nacional de Saúde, que urge recompor e aprofundar.»

Paulo Fidalgo: «A sociedade está disposta a defender com unhas e dentes o Serviço Nacional de Saúde»

«Sem contemplações para a política neoliberal aplicada na Saúde em Portugal, Paulo Fidalgo recorda ainda que «o capitalismo nunca teve responsabilidades na prestação dos cuidados de Saúde no nosso País. Porquê agora esta obsessão pela imposição de um modelo que, ainda por cima, já está a ser abandonado nos próprios países que o criaram e adoptaram, os EUA e a Inglaterra da sra. Thatcher, pelas evidentes e brutais distorções que introduziu nos cuidados de saúde, pela injustiça gritante que semeou e a ineficácia que demonstrou?»

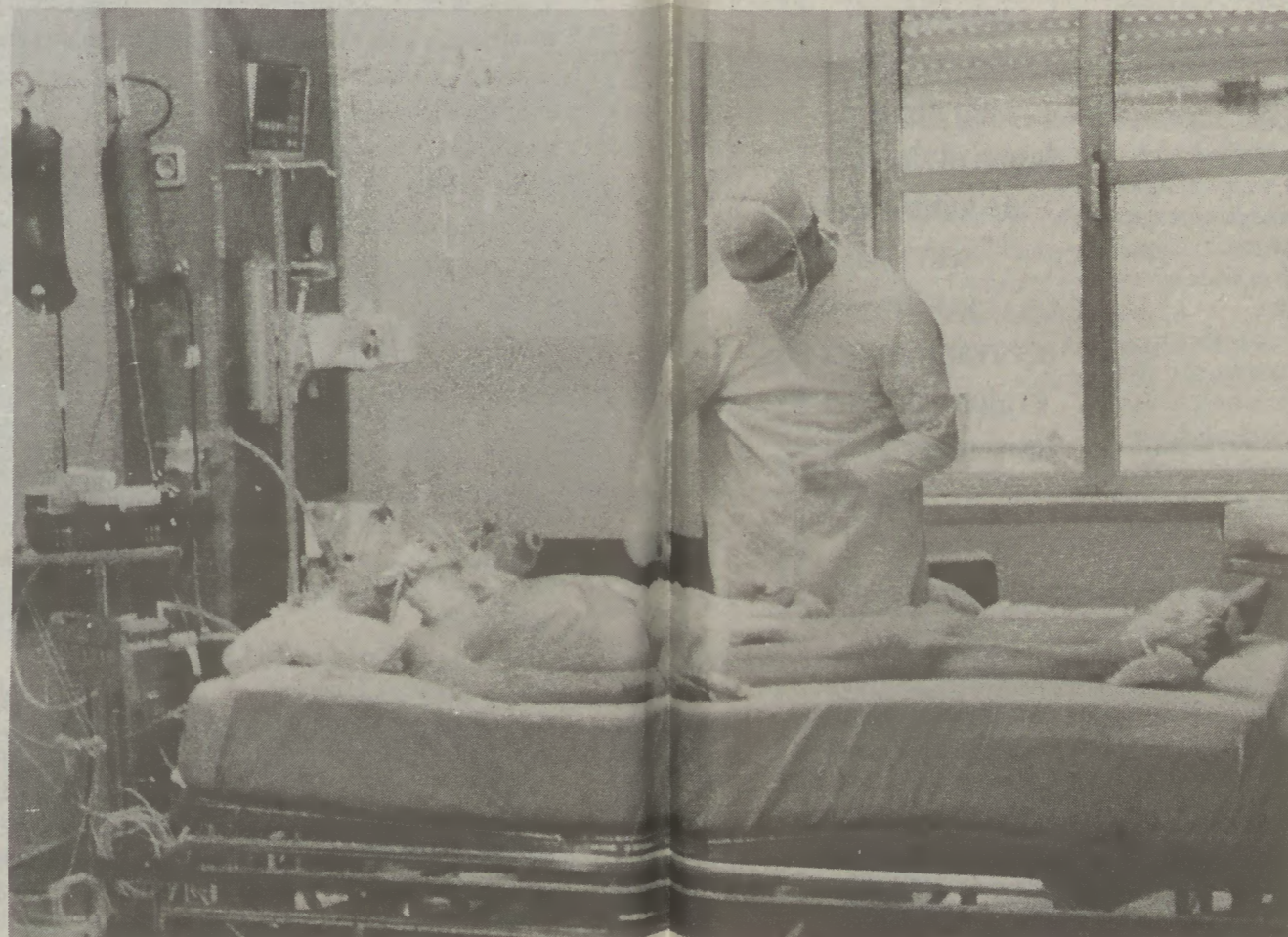


Por que não se gabam de acabar as «listas de espera»?!

Manifestando sérias preocupações que o novo Governo acabe insistindo nas soluções neoliberais, Paulo Fidalgo anotou que «perante um sistema que funciona mal, os políticos burgueses parece só verem duas saídas: ou descartam-se do problema, privatizando, ou fogem para a frente, indo atrás da ilusão que tudo se resolve com a construção de novos equipamentos. Depois gabam-se imenso, sobretudo em anos eleitorais, que construíram muitas estruturas. Não dizem que não as puseram a funcionar ou as mantêm subaproveitadas. Continuamos à espera que haja um político desses que um dia, em vez de se gabar que construiu não sei quantas novas unidades hospitalares, se gabe, por exemplo, de ter conseguido reduzir a lista de espera para os exames da próstata de seis meses para uma semana...»

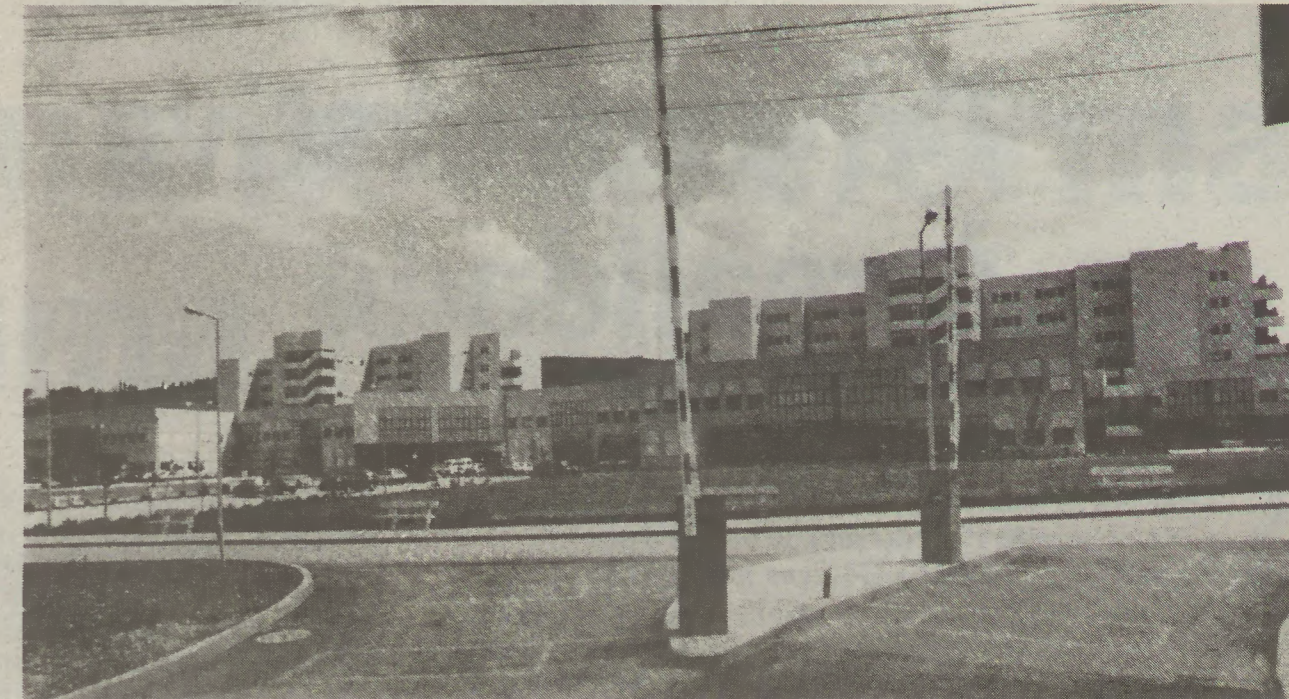
«O que, no essencial, o nosso grupo de trabalho defende é uma redução do peso do Ministério da Saúde na organização do Serviço Nacional de Saúde», diz Paulo Fidalgo, acrescentando ser por isso decisivo haver uma Lei das Finanças da Saúde, que deve fixar a percentagem do rendimento nacional a afectar a este sector, acabando com o centralismo casuístico da atribuição de verbas ao sabor dos interesses políticos de quem governa. Uma Lei da Gestão dos Serviços de Saúde e a Regionalização aplicada ao sector são também medidas fundamentais defendidas pelo PCP.

«A sociedade está disposta a defender com unhas e dentes o Serviço Nacional de Saúde», advertiu Paulo Fidalgo, exemplificando com a luta acesa desenvolvida por muitos milhares de pessoas contra a privatização do Hospital Amadora/Sintra, situação que entende «ir pôr à prova este Governo, confrontando-o com as promessas e as propaladas boas intenções». Outra questão que porá à prova o novo Governo é «a urgente substituição de algumas pessoas da cadeia de



comando laranja da era cavaquista, o que, a não fazer-se, defraudará as expectativas da esmagadora maioria dos profissionais do sector, o que significa médicos, enfermeiros, administrativos, tudo e todos que põem e mantêm os Serviços de Saúde a funcionar».

«Para além – acrescenta ainda a Comissão – de que seria posto em causa o próprio âmbito do Hospital, pois para efeitos lucrativos da empresa que exploraria a gestão ser-lhe-ia, obviamente, indiferente a residência do utente.»



## Hospital Amadora-Sintra põe à prova novo Governo

O Hospital Amadora-Sintra, que custou ao erário público 20 milhões de contos a preços actuais, foi entregue à pressa pelo defunto Governo de Cavaco Silva à exploração privada, que tem como «testa de ferro» a companhia de seguros Império e, por trás, a multinacional francesa *Compagnie Générale des Eaux*, um polvo gigantesco actualmente a contos com a Justiça francesa.

É um escândalo colossal, a que o novo Governo tem obrigação de travar imediatamente o passo. Em Amadora e Sintra há uma população de meio milhão de pessoas indignadas e à espera do que o novo Executivo vai fazer. Aqui, o novo Governo está claramente posto à prova.

O Hospital foi construído com dinheiros públicos, ultrapassando os seus custos 20 milhões de contos a preços actuais. Está desde há muito inserido no Serviço Nacional de Saúde e destina-se a servir populações dos concelhos de Amadora e Sintra, ou seja, cerca de meio milhão de pessoas. A actual tentativa de privatização da gestão do Hospital, a concretizar-se, anularia as legítimas aspirações das populações e agravaria ainda mais o seu direito à saúde.

Como assinala a Comissão de Utentes – formada espontaneamente logo que se soube da intenção do executivo cavaquista em entregar esta nova unidade hospitalar aos negócios privados – «a entrada do Hospital de Amadora/Sintra na lógica do lucro viria limitar o acesso ao mesmo, apenas para os que têm condições para pagar os altos preços que seguramente seriam praticados, deixando assim sem recurso aos serviços do Hospital os mais carenciados, na prática, a maioria da população.»

Seria a instituição das chamadas «duas velocidades» no acesso aos cuidados de saúde no Hospital Amadora/Sintra: uma – lenta e eficaz – para os que se dispusessem a pagar, com entrada pela porta grande; outra – lenta e desinteressada – para os utentes sem recursos, remetidos para longas listas de espera e provável entrada pela porta dos fundos.

Isto num hospital público, construído com dinheiros públicos, integrado no sistema público de saúde e subvencionado por dinheiros públicos. É «público» a mais para tão descarado aproveitamento privado.

### Dar tudo a troco de nada

O estranho «caso» do Hospital Amadora/Sintra é um exemplo paradigmático da política do PSD/Cavaco Silva para a Saúde. Construído inteiramente com dinheiros públicos (num total de 20 milhões de contos a preços actuais, como já dissemos), o executivo cavaquista futurou para esta unidade hospitalar uma «gestão privada» em nome da «eficácia», que consistia no seguinte: o Estado passava para uma entidade privada (neste caso a Companhia de Seguros Império) a gestão do Hospital, sem receber qualquer contrapartida que se conheça, e obrigava-se ainda a pagar anualmente qualquer coisa como sete milhões e 800.000 contos à entidade privada para que esta satisfizesse a vocação para que foi construída esta unidade hospitalar (integrada no Sistema Nacional de Saúde), ou seja, atender as necessidades dos cuidados de saúde de uma população de meio milhão de pessoas, as que vivem nos Concelhos de Amadora e Sintra.

É o que se chama dar tudo a troco de nada. Mas dar tudo a quem?

Teoricamente, ou «tecnicamente», se preferirem, a empresa privada com que o Governo cavaquista cozinhou este negócio é a Companhia de Seguros Império. Todavia é sabido (e a Comissão de Utentes não se cansa de o assinalar) que por trás deste negócio está uma

multinacional francesa, a *Compagnie Générale des Eaux*, um polvo gigantesco com interesses em vários continentes e que negocia no que calha: Saúde ou petróleo, saneamento ou águas, construção civil ou o que quer que dê lucros. Lucros, curiosamente, nunca declarados por esta bizarras de exploração capitalista, que, por isso mesmo, está neste momento sob a alçada da Justiça francesa, com responsáveis perseguidos ou procurados.

É a gente e a interesses destes que o Governo de Cavaco Silva entregou uma unidade hospitalar paga pelos portugueses para servir uma população de meio milhão de pessoas.

Temos assim, com meridiano descaimento, a concretização da filosofia cavaquista segundo a qual «quem quer saúde, paga-a».

### Há que desfazer o mal

Os protestos generalizados contra a privatização do Hospital Amadora/Sintra forçaram, entretanto, o Governo de Cavaco Silva a adiar tanto a abertura desta unidade, como a oficialização do negócio. Apenas em 21 de Junho passado, e de forma inesperada, alguns serviços começaram a funcionar de forma passada, o que teve como anúncio público uma mera declaração da direcção à agência Lusa. Curiosamente, o Hospital abriu sem serviço de urgência, continuando a sobrecarga dos hospitais centrais de Lisboa... De qualquer modo o hospital Amadora/Sintra começou a funcionar sob regime de gestão pública, o que indicava um recuo do Governo de Cavaco Silva.

Daí a surpresa de, já à beira de cessar funções, o executivo cavaquista ter consumado o negócio da privatização do Hospital Amadora/Sintra, entregando-o à pressa à exploração privada, sem que se saibam os contornos do «negócio».

Indignada, a Comissão de Utentes considerou de imediato que «o governo a cessar funções não tem legitimidade para um acto desta natureza. O governo PSD ignorou os resultados eleitorais do passado dia 1 de Outubro; ignorou o abaixo-assinado com 15 mil assinaturas entregue por esta Comissão de Utentes; ignorou as muitas chamadas de atenção e protestos de diversas e importantes entidades, nomeadamente Câmara Municipal da Amadora, Câmara Municipal de Sintra, Juftas de Freguesia, Associações de Bombeiros, que de forma clara manifestaram não aceitar a privatização de um hospital construído com dinheiros públicos e tão necessário à saúde da população dos Concelhos da Amadora e Sintra.»

Parante isto, a Comissão de Utentes declarou já que «continuará a lutar para que o novo Hospital Amadora/Sintra seja inserido em toda a sua plenitude no SNS», afirmando-se confiantes que «o governo, saído das eleições de 1 de Outubro, reveja estas decisões e que seja reposta a legalidade que aos utentes e aos dinheiros públicos pertence», que o Hospital «seja inserido no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e posto ao serviço das populações de Amadora e Sintra.»

Toda a gente aguarda a iniciativa do novo Governo nesta questão, esperando-se que tome a decisão certa na defesa dos interesses públicos, desfazendo este negócio vergonhoso e devolvendo o Hospital Amadora/Sintra às funções de serviço público para que foi pago e construído.

## Três linhas de força para reanimar a Saúde

As propostas do PCP para as questões da Saúde assentam em três grandes linhas (aliás bem expressas no seu programa eleitoral): a criação da Lei das Finanças da Saúde, da Lei de Gestão dos Serviços de Saúde e a Regionalização. E explica porquê. Em resumo, o PCP assume como orientações estratégicas, articuladas, para uma nova política de saúde a reforma democrática do Serviço Nacional de Saúde, estabelecendo a sua autonomia e regionalização, um novo quadro regulador do financiamento do SNS (a «lei das finanças» da Saúde), e a gestão democrática das unidades de saúde e políticas prioritárias, nos domínios da concretização do direito à saúde, da qualidade dos serviços, da valorização dos cuidados de saúde primários, dos medicamentos, da promoção dos direitos dos utentes, da saúde mental, da toxicod dependência, e da SIDA.

Considera o PCP que o Serviço Nacional de Saúde – apesar do subfinanciamento crónico e da incoerência das políticas de que foi alvo por parte de sucessivos governos – é indiscutível que conseguiu elevar de forma significativa, depois do 25 de Abril, o nível dos cuidados de saúde do conjunto da população portuguesa, Mas as suas potencialidades não foram plenamente aproveitadas e desenvolvidas.

### Autonomia e regionalização do SNS

A centralização e a gestão antidemocrática do SNS tem constituído o principal obstáculo à capacidade de planeamento, de gestão, de financiamento, de avaliação, de monitorização e de formação profissional. Tem desencorajado as iniciativas na periferia, impedido a avaliação do impacto dos programas e a correcção de erros de orientação.

Neste quadro, o PCP preconiza:

■ A autonomia do SNS estatutária, administrativa, técnica, financeira, disciplinar – assente na articulação dinâmica dos vários poderes que intervêm no sector e da sua regulação e controlo através de processos democráticos;

■ A institucionalização de órgãos de nível nacional: a Administração Nacional do SNS, nomeadamente pelo Ministro da Saúde, integrando técnicos de carreira de administração, médicos e enfermeiros, a quem compete dirigir o SNS e elaborar o Plano Nacional de Saúde; e o Conselho Nacional do SNS, constituído entre outros por representantes de sectores sociais e profissionais, a quem incumbem dar parecer em relação ao Plano Nacional de Saúde;

■ A regionalização do sistema de saúde, que deverá acompanhar a instalação das Regiões Administrativas e dos seus órgãos, tal como estão previstos na Constituição.

### Financiamento do Serviço Nacional de Saúde

Portugal é o país da União Europeia que menos gasta proporcionalmente com a saúde, e ao mesmo tempo, aquele em que é percentualmente mais elevado o encargo financeiro suportado directamente e a título individual com as despesas com a saúde.

Contra o subfinanciamento crónico do SNS e o economicismo predominante, importa evidenciar que a recuperação dos investimentos e das despesas com os serviços de saúde é feita sob a forma do aumento da esperança de vida, diminuição da mortalidade prematura, alívio da dor e do sofrimento físico e psicológico, recuperação da autonomia, mais dias de bem-estar individual, familiar e social. E o facto de muitos destes bens não serem imediatamente quantificáveis, pelo menos da mesma maneira como se medem outros bens, nem por isso deixam de ser mais importantes do que eles.

Assim sendo, o PCP preconiza:

■ O aumento dos recursos atribuídos à área da saúde;

■ A melhor utilização dos meios públicos disponibilizados para a saúde;

■ O estabelecimento por lei de um quadro regulador do financiamento do SNS («lei das finanças»), que garanta os recursos financeiros suficientes para o seu bom e regular funcionamento, e

tendente a aumentar o peso global das despesas de saúde no PIB; a definição da parte do orçamento a destinar a cada Região deve baseadamente assentar no cruzamento de critérios objectivos de base institucional (produção e utilização) com critérios de base populacional (padrões demográfico e epidemiológico).

### Gestão democrática das unidades de Saúde

Aqui, o PCP defende:

■ A escolha por concurso das equipas gestoras dos hospitais e centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde; o júri será nomeado pela Assembleia Regional sob proposta da Administração Regional de Saúde, dele fazendo parte, designadamente, elementos escolhidos pela Escola Nacional de Saúde Pública e pela Ordem dos Médicos e outras organizações profissionais de técnicos da saúde; as equipas gestoras deverão pertencer preferencialmente ao estabelecimento de saúde a que concorrem, e serão avaliadas na base de um plano técnico e financeiro conjugado com os elementos curriculares dos seus elementos; por forma a obter-se uma forte coesão na aplicação do plano técnico e financeiro aprovado, caberá à equipa gestora nomear os directores de serviço entre os médicos com a categoria mais elevada, reunindo parecer das direcções médica e de enfermagem;

■ A eleição das Direcções Médica e de Enfermagem pelos profissionais da carreira médica, de enfermagem e outros técnicos que trabalham no respectivo estabelecimento de saúde do SNS; cada um destes órgãos é composto por profissionais das diversas categorias das carreiras, é eleito mediante a apresentação de um programa de acção e por votação secreta; as suas competências estão sobretudo relacionadas com o reforço da autonomia técnica das carreiras, com a capacidade de emitir pareceres sobre a observância de normas de qualidade, e com a garantia do respeito pelas normas de progressão nas carreiras em bases técnico-científicas.



# Da expectativa à realidade

## (face ao Governo PS)

**A**s eleições legislativas de 1 de Outubro foram marcadas por uma significativa derrota da direita e pelo afastamento do PSD do Governo penalizando uma política que não deu resposta às necessidades do país e agravou substancialmente os problemas dos trabalhadores e de Portugal. As eleições em que o povo português manifestou um profundo desejo de mudança, criaram grandes expectativas sobre a resposta aos problemas essenciais com que o país se confronta. Passados quase dois meses, a situação começa a clarificar-se, quanto à realidade das linhas essenciais da acção governamental.

**1.** A política praticada pelo PSD submeteu o aparelho produtivo nacional ao rolo compressor dos critérios e orientações de Maastricht e criou uma situação social e económica que continua a agravar-se sem que sejam avançadas pelo novo Governo perspectivas de respostas efectivas à situação existente.

As aspirações de melhoria dos salários dos trabalhadores portugueses, o Governo PS está a responder com a teorização das dificuldades, a avançar com metas de inflação irrealistas como fez o Ministro das Finanças para justificar aumentos salariais que não permitiriam uma real melhoria do poder de compra.

A reivindicação da redução do horário de trabalho máximo semanal para 40 horas, responde a Ministra da Qualificação e Emprego remetendo-a para a negociação colectiva e ligando-a a uma flexibilização do horário de trabalho, que entendida como o patronato deseja, significaria que cada trabalhador saberia a hora a que entraria no seu emprego, mas não saberia a hora a que sairia, sem receber horas extraordinárias pelo trabalho após o seu horário diário e podendo trabalhar 50 ou mais horas por semana, uma vez que a média das 40 horas só seria apurada numa base anual.

Ao desejo de um trabalho estável e com direitos responde a mesma Ministra «com maior polivalência, flexibilidade na gestão do tempo de trabalho, desenho de carreiras que permitam outra mobilidade interna dentro da empresa...», numa linha de estado de sítio permanente dos direitos e das relações de trabalho.

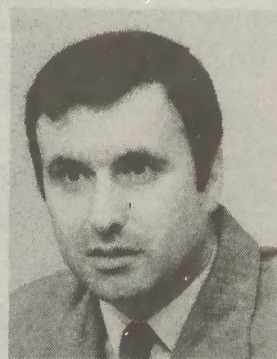
Aos muitos milhares de desempregados e de trabalhadores que vêm os seus postos de trabalho ameaçados e as suas empresas em vias de encerrar como acontece com a Torralta e a Renault, o Governo ainda pelas palavras da Ministra da Qualificação e Emprego diz que «adiar reestruturações é criar problemas de emprego ainda mais graves» e que «há algumas formas de flexibilida-

de externa que se traduzem numa facilitação do afastamento dos trabalhadores, incluindo o despedimento» e salienta que «essa é uma área de actuação...», disponibilizando-se assim para convergir com as exigências patronais de alteração da legislação laboral e favorecendo os despedimentos e o aumento do emprego.

As expectativas dos reformados e pensionistas a uma vida mais digna, responde com aumentos de pensões que embrulhados em novas roupagens, não se diferenciam dos aumentos cavauquistas dos últimos anos, aumentos miseráveis que não chegam a 50\$00 diários para a maioria dos beneficiários e que perpetuam para milhões de portugueses uma situação insustentável.

As pessoas que não têm meios de subsistência, depois de ter criado grandes expectativas com o rendimento mínimo garantido vem, pelas afirmações do Ministro da Solidariedade Social, dizer que em 1996 afinal o rendimento mínimo é só para quatro freguesias do concelho do Porto, à experiência, no 2º semestre e gerido de forma a levantar desde já sérias interrogações.

As necessidades de desenvolvimento do país, de defesa do aparelho produtivo nacional e da produção nacional, com criação de novos empregos que dêem oportunidade, de emprego e realização profissional, nomeadamente aos jovens portugueses, responde com a aceleração do processo de privatizações, a continuação da aplicação das receitas de Maastricht e a falta de firmeza na negociação dos interesses de Portugal na União Europeia de que a cedência no Acordo de Associação com Marrocos é um primeiro exemplo.



**FRANCISCO LOPES**  
Membro da Comissão Política

**A campanha dos sacrifícios de hoje em nome do desenvolvimento de amanhã só serve para justificar o agravamento da exploração e da concentração da riqueza**

À exigência da anulação das portagens nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, pretende responder mantendo a portagem na Ponte 25 de Abril o que constituiria uma situação discriminatória para muitos milhares de cidadãos que diariamente a têm que atravessar, sem alternativa para se deslocarem para o trabalho.

Depois da expectativa, começa a levantar-se o véu sobre a concretização das propostas políticas do Governo do PS e em muitos aspectos o que se vê é a realidade de velhas receitas e de uma política há muito conhecida, mesmo que disfarçada por alguns enfeites e um estilo diferente.

**2.** Os problemas do país exigem uma resposta urgente e concreta, uma nova política e não apenas diálogo, diálogo e nada mais que diálogo, ou a concertação concebida «como método de organização da sociedade», seja de «curto prazo» ou «estratégica», para co-responsabilizar, para recolher apoios ou neutralizar obstáculos à continuação ou mesmo em certas áreas ao aprofundamento da política que tão maus resultados provocou no país.

A resolução dos problemas, não dispensa o aproveitamento de todas as possibilidades de diálogo para soluções concretas, mas exige, acima de tudo, um amplo esclarecimento sobre a situação, os problemas e as suas causas, sobre as reivindicações e soluções e coloca na ordem do dia o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e da população.

Há interesses e direitos a defender. Há direitos e melhores condições de vida para conquistar. A campanha dos sacrifícios de hoje em nome do desenvolvimento de amanhã só serve para justificar o agravamento da exploração e da concentração da riqueza. O desenvolvimento económico só tem sentido ao serviço do bem-estar dos trabalhadores e do povo português.

**3.** O desenvolvimento do país, a melhoria das condições de vida exigem a realização de uma política oposta à que o PSD concretizou nos últimos anos, uma nova política, uma política de esquerda.

No novo quadro político que resulta das eleições de 1 de Outubro, com um governo sem base de apoio parlamentar maioritária, com uma orientação que em aspectos fundamentais prossegue a política de direita do PSD, o PCP intervém, como está sublinhado pelas múltiplas e qualificadas iniciativas já tomadas na Assembleia da República, para aproveitar todas as possibilidades de fazer passar medidas positivas que dêem resposta a problemas e materializem aspectos da nova política que o país precisa. Fá-lo como a oposição de esquerda ao Governo do PS e como única grande força política que se opõe à política ao serviço do grande capital, de submissão dos interesses nacionais às orientações da União Europeia, de agravamento da exploração dos trabalhadores e de concentração da riqueza, como grande força política que afirma as suas propostas e valores e o seu projecto próprio de uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural.



■ Octávio Teixeira

# Uma nova reforma para uma justiça fiscal

Há 10 anos atrás, a fiscalidade em Portugal encontrava-se num estado lastimável, caótico, ultrapassado: éramos o único país da OCDE com uma tributação parcelar dos rendimentos, a tributação do património era insignificante, a descentralização fiscal era praticamente nula, a injustiça fiscal relativa era enorme em desfavor dos rendimentos do trabalho.

Impunha-se por isso uma reforma fiscal profunda, que alargasse a base de tributação, que simplificasse o sistema fiscal, que mais justamente redistribuísse o peso da carga fiscal entre as diversas naturezas de rendimentos – designadamente entre os rendimentos de capital e os rendimentos do trabalho – mas também entre os níveis de rendimentos pessoais ou familiares. Isto é, impunha-se uma reforma fiscal que tornasse o sistema fiscal mais eficiente e, fundamentalmente, mais justo.

Foi esse o objectivo teórico subjacente à reforma fiscal iniciada em 1986, com a entrada em vigor do código do IVA, e depois continuada em 1988-89, com os códigos do IRS, IRC e Contribuição Autárquica.

– nos restantes rendimentos, a fuga e a evasão fiscais são generalizadas, sem que os Governos do PSD tenham ao longo destes dez anos manifestado qualquer vontade política e criado condições para que a Administração Fiscal intervesse com eficácia para as combater; quer no âmbito do IRS, quer no do IRC quer ainda no IVA.

Para que conste, as estimativas mais prudentes apontam para um valor da fuga e evasão fiscais da ordem dos 2,5% do PIB, isto é, cerca de 400 milhões de contos anuais;

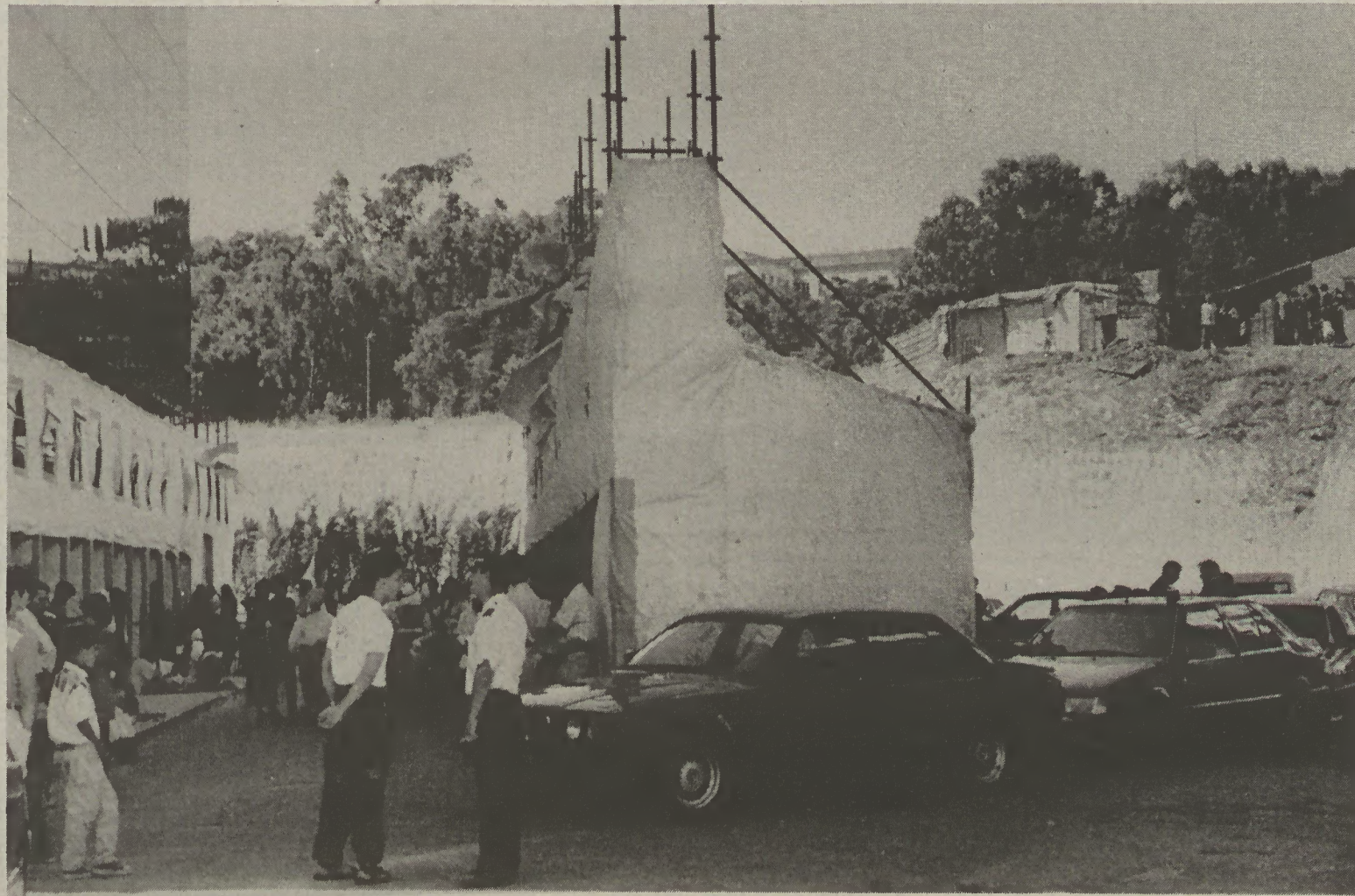
– o regime dos benefícios fiscais, ou melhor, a política de «favores fiscais», para além de constituir um factor de instabilidade dos regimes legais e da sua falta de coerência, tem afectado de modo muito relevante o princípio da igualdade, tem acentuado distorções nas regras de funcionamento normal da vida económica e tem originado vultuosas perdas de receita fiscal sem cabal justificação ou eficácia económico-fiscal.

Como exemplos significativos desta política de «favores fiscais», diga-se que os benefícios concedidos aos rendi-

29%, cerca de 7 pontos percentuais abaixo da taxa nominal de 36%.

Acresce que a taxa efectiva paga pelas maiores empresas, as que têm um volume de negócios superior a 50 milhões de contos por ano, é ainda menor, de apenas 24%; para cúmulo do despudor, Portugal deve ser o único país em que a grande maioria das empresas existe apenas por razões altuístas para com a sociedade e, em particular, para com os trabalhadores, pois que as estatísticas da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos mostram que, ano após ano, cerca de dois terços das empresas sujeitas a IRC declaram prejuízos, montando esse volume de prejuízos a um valor superior ao dos lucros declarados pelo restante terço das empresas existentes...

Enfim, o IRS, que deveria ser um imposto único sobre os rendimentos pessoais e familiares, está transformado numa nova manta de retalhos, com múltiplas isenções e taxas liberatórias beneficiando os rendimentos de capital.



Os «benefícios» aos rendimentos de capital e às aplicações financeiras somam, por ano, 100 milhões de contos, quase tanto como aquilo que o Estado cobra por todo o Imposto Automóvel. Ao mesmo tempo, o IRS cobrado quase chega aos 900 milhões de contos (foto de arquivo, no dia da inauguração do novo edifício da Bolsa de Lisboa)

## Grandes linhas da «nova reforma»

Face a esta realidade, que só pode pecar por defeito, parece-me imprescindível e urgente que se realize uma «nova reforma fiscal», que vise com eficiência uma maior justiça fiscal assente na eliminação das discriminações e na baixa das taxas dos impostos que incidem sobre o trabalho, que actue efectivamente como elemento de redução das desigualdades e gira as receitas necessárias e suficientes para que o Estado possa cumprir integralmente as suas funções sociais.

De modo igualmente sintético, explicitarei de seguida aquilo que no meu entender devem ser as principais linhas de orientação dessa «nova reforma fiscal».

Essencialmente, deverá basear-se num alargamento da base tributária –

Há todas as razões para questionarmos hoje se esses objectivos teóricos e consensualmente desejáveis foram, de facto, prosseguidos.

Não tenho qualquer dúvida em afirmar que com essa reforma fiscal se deram importantes passos no sentido de aperfeiçoar e modernizar o sistema fiscal português.

O que, aliás, não era difícil, face ao ponto em que nos encontrávamos.

Mas, com a mesma frontalidade e ausência de dúvidas, também não tenho qualquer pejo em afirmar que as expectativas geradas pela reforma têm vindo a ser, progressivamente, profundamente defraudadas.

## O sistema fiscal que temos

Numa síntese muito sintética, julgo serem inquestionáveis as seguintes características actuais do sistema fiscal português:

– só os trabalhadores por conta de outrem, e com contrato permanente, pagam integralmente os seus impostos;

mentos de capitais e às aplicações financeiras, quer em sede do IRS quer do IRC, atingem cerca de 100 milhões de contos anuais; que a taxa de imposto que incide sobre as mais-valias resultantes da especulação bolsista (10%) é inferior à taxa nominal mais baixa aplicável aos rendimentos do trabalho (15%); e que as mais-valias obtidas na alienação de acções estão, na prática, totalmente isentas de imposto;

– a riqueza e o património quase não são tributados, se exceptuarmos o património consubstanciado em habitações construídas nos anos mais recentes.

Por exemplo, uma fortuna, por maior que seja, representada em barras de ouro ou em quadros de pintores célebres, na prática nada paga de imposto; enquanto que as poupanças conseguidas por um trabalhador, com muito sacrifício e esforço, aplicadas na aquisição de uma habitação própria, estão anualmente sujeitas à tributação em Contribuição Autárquica (para além da enormidade de impostos, desde a SISA ao IVA, que são incorporados no preço da habitação adquirida);

– no âmbito do imposto sobre os lucros, a realidade oficial mostra que a taxa média efectiva do IRC é inferior a

quer tributando os rendimentos e patrimónios actualmente isentos ou beneficiando de privilégios fiscais injustificados, quer combatendo efectivamente as insustentáveis evasão e fraudes fiscais – e na redução das taxas que incidem sobre os rendimentos do trabalho.

No que respeita à estrutura fiscal, impõe-se um aumento do peso relativo dos impostos sobre a riqueza e o património e sobre os rendimentos das sociedades e pessoais, e um decréscimo do peso, igualmente relativo, dos impostos indirectos, quer em termos do IVA, quer dos múltiplos impostos específicos sobre a despesa.

Isto é, importa contrariar a evolução recente de privilegiar a tributação da despesa, porque, sendo esta reputada de mais eficiente (embora a enormidade da evasão e fraude fiscais registadas no IVA no nosso país possa pôr em causa essa eficiência), a verdade é que ela torna indiscutivelmente o sistema fiscal mais regressivo e injusto. Basta ter em

# Uma nova reforma para uma justiça fiscal

atenção, para o provar, que enquanto o rendimento salarial da generalidade dos trabalhadores portugueses é utilizado no consumo e, por isso, sujeito aos impostos sobre a despesa, só uma parcela dos mais elevados rendimentos é aplicada no mesmo fim e, por isso, tendencialmente só essa parcela de rendimento é tributada.

Quanto à **tributação do património** deverá ser encarada a substituição da tributação hoje existente em sede de imposto de sisa, contribuição autárquica e imposto de sucessões e doações por um outro imposto, global, que, com taxas mais baixas, integre a generalidade do património.

Isto impõe, desde logo, um processo de reavaliação progressiva dos valores matriciais do património imobiliário, rústico e urbano. Mas exige, igualmente, a tributação efectiva do património e da riqueza, as reformas que sugiro devem ser feitas numa perspectiva integrada, de forma rápida mas gradualista de modo a que seja aceitável pela sociedade portuguesa sem grandes convulsões sociais.

No que respeita à **tributação dos lucros**, a primeira linha de orientação da desejável «nova reforma» visa o combate à fraude fiscal substanciada no facto mais do que anómalo de cerca de 2/3 das empresas portuguesas declararem prejuízos para efeitos fiscais, facto que se mantém praticamente inalterado nas fases altas e baixas do ciclo económico.

Mas exige-se igualmente a eliminação tendencial do actual quadro de benefícios fiscais, de modo a aproximar a taxa efectiva do IRC da sua taxa nominal. E sem negar, à priori, a possibilidade desta taxa nominal poder vir a ter alguma redução, não me parece justificado que alguém possa brandir contra o seu alegado valor elevado, pois não perde em competição com as taxas existentes, por exemplo, na generalidade dos países da União Europeia.

No domínio da **tributação do rendimento das pessoas singulares**, do IRS, dois devem ser os vectores determinantes das «nova reforma»:

— por um lado, a eliminação dos privilégios concedidos aos rendimentos provenientes de dividendos, juros, mais-valias e outros rendimentos de capital, acabando com isenções e taxas liberatórias, isto é, transformando o IRS, de facto, num imposto único sobre os rendimentos pessoais, qualquer que seja a sua natureza;

— por outro lado, também aqui combatendo eficazmente a evasão fiscal, designadamente no que respeita aos rendimentos referentes a empresários em nome individual e a profissionais livres.

Não é, política e socialmente, aceitável e suportável que os cerca de 184 mil empresários em nome individual paguem um imposto médio de apenas 30 contos por ano, ou que os arquitectos, engenheiros, economistas, etc., que exercem a profissão por conta própria paguem um imposto correspondente a um trabalhador por conta de outrem com rendimentos brutos da ordem dos 2500 contos anuais (menos de 180 contos mensais);

— finalmente, uma outra grande linha de orientação deverá ser a da redução das taxas nominais do IRS, e em particular as dos escalões mais baixos.

## Quatro comentários sobre o IRS

Mas no âmbito do IRS gostaria de fazer ainda mais quatro comentários.

Primeiro, impõe-se combater a mitificação do que hoje se chama a busca da eliminação da **dupla tributação** económica dos dividendos. Como se sabe, a tese da dupla tributação assenta na ideia de que não é justo tributar os lucros das sociedades em IRC e depois tributar em IRS ou em IRC os dividendos distribuídos aos sócios (consoante estes sócios sejam pessoas singulares ou colectivas).

## Importância dos principais grupos de impostos em Portugal e na Europa (Peso em % no PIB, em 1993).

	Portugal	Europa
Sobre o rend. pessoal	6,2	10,9
Sobre as sociedades	2,3	2,5
Segurança social	8,5	12,1
Sobre o património	0,8	1,8
Sobre bens e serviços	13,4	13,0
Outros	0,1	0,3

Fonte: Ministério das Finanças, Setembro de 1995

Chamo-lhe mitificação, desde logo, porque se pretende fazer crer que as sociedades e os sócios não são entidades distintas. Mas são-no de facto. A não ser que nos pretendam fazer crer, por exemplo, que os milhares de modestos titulares de acções que, dispersamente, compram acções de grandes empresas assumem a qualidade de efectivos «proprietários» dessas empresas, quando a verdade cristalina e incontestável é a de que eles compram essas acções como mera forma de aplicação de poupanças, ou de colocação de capi-

## A estrutura dos principais impostos (Valores em milhões de contos)

	1993	1994	1995	1995 (%)
IRS	826	872	895	27,5
IRC	279	287	311	9,6
<b>Directos:</b>	<b>1105</b>	<b>1159</b>	<b>1206</b>	<b>37,1</b>
Petrolíf.	370	399	433	13,3
IVA	797	1033	1124	34,5
Automóv.	100	125	140	4,3
Tabaco	132	142	150	4,6
Selo	230	205	170	5,2
Isaba	25	29	31	1,0
<b>Indirectos:</b>	<b>1654</b>	<b>1933</b>	<b>2048</b>	<b>62,9</b>
<b>Total:</b>	<b>2794</b>	<b>3129</b>	<b>3314</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Ministério das Finanças, Setembro de 1995

tais, para concretamente usufruírem rendimentos (tal como o fazem quando colocam o seu dinheiro num depósito a prazo, em títulos de dívida pública ou em outras formas de aplicações financeiras).

A verdade é a de que as empresas são, e devem ser, tribuadas enquanto entidade produtora pelos seus ganhos, e os seus sócios devem ser tributados pelos dividendos que recebem como remuneração do capital aplicado.

Aliás, aceitando como boa a tese da dupla tributação, não se compreende que os seus defensores a não apliquem identicamente a outras situações. Como, por exemplo, a dos rendimentos salariais, que primeiramente são tributados em IRS e em descontos para a Segurança Social e, depois, os rendi-

mentos líquidos que restam são tributados em IVA e noutros impostos específicos sobre o consumo...

Um segundo comentário tem a ver com as **deduções e abatimentos** aos rendimentos brutos para efeitos de IRS. Exceptuando a dedução específica pelos rendimentos do trabalho, tenho neste momento a opinião de que a generalidade dos abatimentos introduz um forte elemento regressivo no imposto, beneficiando relativamente mais os mais elevados rendimentos.

Um exemplo simples: consideremos dois casais que gastam com a educação dos filhos os mesmos 200 contos por ano; mas um dos casais, por ter rendimentos baixos, está sujeito à taxa do IRS de 15%, e o outro casal, por ter rendimentos elevados está sujeito à taxa de 40%. Ora bem, embora tendo a mesma despesa com a educação dos filhos, o casal de rendimentos mais baixos poupa de IRS 30 contos, enquanto que o outro casal poupa 80 contos!

Há pois que alterar esta situação injusta, por exemplo, através da substituição do abatimento aos rendimentos por deduções à colecta.

O terceiro comentário prende-se com a **dedução específica** pelos rendimentos do trabalho. Não é aceitável que o princípio da dedução com base numa percentagem (actualmente de 65%) do salário mínimo nacional seja deturpado com a imposição de limites inferiores a quem tem rendimentos inferiores a esse salário mínimo.

Quarto comentário: é inadmissível que continue a discriminação negativa contra as famílias com apenas **um titular** de rendimentos, através do chamado coeficiente conjugal, e bem assim contra as famílias monoparentais.

## Ganhos especulativos

No âmbito ainda da «nova reforma fiscal», parece-me ética e socialmente justificável a criação de uma taxa ou imposto, de valor nominalmente muito baixo mas com elevado rendimento fiscal, que incida sobre os movimentos especulativos nos mercados monetário e cambial e sobre as operações de Bolsa. Considero inaceitável que os movimentos de milhares de milhões de contos anuais, que geram ganhos especulativos de dezenas ou centenas de milhões de contos anuais, pura e simplesmente não estejam sujeitos a qualquer tributação, enquanto que os rendimentos do trabalho são pesadamente tributados em IRS e em múltiplos impostos sobre a despesa.

## Modernização necessária

Mas a «nova reforma» tem de assentar, necessariamente, se se pretende uma maior justiça e equidade fiscal do sistema, numa melhoria da eficiência da Administração Fiscal no combate à fraude e evasão fiscais, através da sua modernização técnica, da atribuição dos recursos humanos necessários em termos quantitativos e qualitativos, e da fiscalização efectiva.

Designadamente com:

— clara atribuição das competências dos Serviços centrais, distritais e locais da DGCI;

— apetrechamento dos Serviços industriais e locais da DGCI com terminais que possibilitem o acesso aos dados informáticos centrais;

— efectivo cruzamento da informação fiscal relevante para combater a fuga fiscal, sem prejuízo das garantias legais sobre a privacidade dos cidadãos;

— implementação de um eficaz controlo interno, de formação profissional orientada e eficiente e da motivação adequada para os trabalhadores da Administração Fiscal;

— garantia da fiscalização efectiva e permanente sobre as operações desenvolvidas nas Zonas Francas.

Tudo isto deve ser feito em paralelo com o reforço das garantias da defesa dos contribuintes e da clareza da legislação fiscal, de forma a impedir eventuais actuações discricionárias da Administração Fiscal.

# Os impostos cobrados pelas Alfândegas

As atribuições das Alfândegas Portuguesas desenvolvem-se hoje em duas vertentes igualmente importantes.

Uma vertente clássica, ou seja, a vertente aduaneira, cuja missão se consubstancia na defesa da fronteira externa comum, através da aplicação dos normativos próprios do ordenamento jurídico da União Aduaneira.

Uma vertente fiscal, na qual as alfândegas são responsáveis pela administração dos impostos especiais sobre o consumo: Imposto sobre o álcool e sobre as bebidas alcoólicas; imposto sobre o petróleo, imposto sobre o tabaco, imposto automóvel e ainda o IVA na importação. Parte destes impostos, recentemente incluídos nas competências das alfândegas, vieram compensar a diminuição de actividades verificadas na vertente aduaneira por motivo da eliminação das fronteiras fiscais intracomunitárias.

## Nem só de números

Na vertente aduaneira, compete às alfândegas aplicar e fazer aplicar através da fiscalização dos operadores, quer a legislação referente a importação e exportação e circulação de mercadorias, quer a legislação referente ao controlo de mercadorias sensíveis, drogas, armas, mercadorias duais, espécies de fauna e de flora em vias de extinção, quer a legislação referente a outros domínios, como a defesa da saúde pública, a defesa do ambiente, o controlo da segurança das mercadorias, a defesa da propriedade industrial, etc., etc.

Assim, a importância da vertente aduaneira na defesa da fronteira externa não se mede pelo volume de impostos aduaneiros cobrados, apenas cerca de 25 milhões de contos em 1994, mas sim por uma multiplicidade de funções em vários domínios relacionados com a importação, exportação e circulação das mercadorias.

Como se sabe, os impostos aduaneiros constituem receita comunitária, sendo por isso transferido para o orçamento comunitário.

Com referência ao ano de 1994, as alfândegas arrecadaram um total de cerca de 920 milhões de contos. Uma verba que, embora seja um pouco inferior à cobrança anterior à adesão — cerca de 1150 milhões de contos —, representa uma frota considerável da receita fiscal e que, dado o elevado nível da fraude existente, poderia ser acrescida com a aplicação de políticas concertadas de combate à evasão e fraudes aos impostos aduaneiros e fiscais.

Em 1993, a receita total cobrada foi de 772 milhões de contos, verificando-se um acréscimo de cobrança, em 1994, de cerca de 20%. No ano corrente, o total acumulado Janeiro/Outubro é de 815 milhões de contos.

Dos impostos internos cobrados pela alfândega, em 1994, o ISP é o mais importante, com cerca de 431 milhões de contos (46%), seguido do IST, com cerca de 145 milhões de contos (15%), IVA 137 milhões (14%), imposto automóvel 124 milhões (13%), cerveja 15 milhões (1,6%), ISBA 15 milhões (1,6%) e o ISA 264 mil contos (0,03%)\*.

A responsabilidade das alfândegas na administração e cobrança destes impostos é, na verdade, grande. Ela estende-se desde a produção da legislação-base dos vários impostos até à fiscalização dos milhares de operadores no território nacional, sejam eles nacionais ou estrangeiros, produtores ou comerciantes.

Podemos afirmar que os meios disponíveis e particularmente os métodos de trabalho, não estão à altura destas responsabilidades.

Os chamados IEC's, ou seja, o ISP, o ISA, o ISBA e o IST estão sujeitos a processos de harmonização fiscal comunitária, no âmbito dos quais foram já aplicadas, através de Decretos-leis nacionais, directivas que harmonizam as estruturas dos impostos, as taxas e a circulação dos produtos sujeitos a IEC's.

Precisamente esta semana, decorreu em Lisboa uma conferência dos países comunitários, cujos trabalhos visaram precisamente o avanço da harmonização dos IEC's. As conclusões apontam para uma maior aproximação das taxas a aplicar, para a eliminação do regime especial de circulação das mercadorias sujeitas a IEC's e para fixação de uma taxa positiva para o vinho.

## Travar a evasão e a fraude

Não conhecemos com rigor o nível de evasão e fraude fiscal que se verifica nos impostos cobrados pelas alfândegas. Mas podemos afirmar que é elevado e com tendência para o crescimento, caso não sejam tomadas medidas de controlo adequadas.

No ISP, o que proporciona maior receita a evasão e fraude são relativamente baixas devido à existência de um número reduzido de operadores; contudo, mesmo, com o SR, a fraude vem a subir através de entradas irregulares de gasolinas e gasóleos pela fronteira espanhola. Também neste imposto se impõem medidas de controlo.

**A injustiça fiscal resultante da fraude e evasão nos impostos cobrados pelas alfândegas é bem evidente.** Trata-se de impostos que atingem consumos supérfluos ou prejudiciais à saúde — caso do ISA, ISBA, IST —, ou que atingem rendimentos médios e elevados — caso do IA e ISP —, sendo certo que todos eles atingem essencialmente mercadorias importadas ou compradas a países comunitários.

A fraude nestes impostos vem desequilibrar ainda mais o balanço fiscal contra o trabalho dependente e tem efeitos perversos sobre a produção nacional.

Todos sabemos que os whiskies, os conhaques ou as aguardentes estrangeiras ao subtraírem-se aos impostos, estão a dominar o nosso mercado, expulsando os produtos nacionais, agora encarecidos com os IEC's sobre o álcool e bebidas alcoólicas, criados a nível comunitário. Particularmente o imposto sobre os vinhos, se vier a ser aplicada

uma taxa positiva, acabará por desequilibrar o comércio a favor da cerveja, com prejuízo dos produtores de vinho do Sul, agravando ainda mais a difícil situação do sector agrícola.

Portugal, perante este panorama, terá que fazer um grande esforço de fiscalização destes impostos, sob pena de as produções genuinamente portuguesas e os operadores portugueses virem a encontrar-se em situações ainda mais difíceis.

Contudo, a fuga a estes impostos tem, em primeiro lugar, consequências graves na violação das regras de concorrência e, conseqüentemente, sobre as estruturas empresariais, protegendo os operadores paralelos e desrespeitadores das leis, levando à falência os cumpridores, o que acaba sempre por ter consequências graves ao nível da actividade económica e no nível de desemprego.

Também a fraude aos impostos tem consequências sociais graves, ao proteger e banalizar o funcionamento de circuitos sociais clandestinos, geradores de marginalidade e criminalidade, cujas vítimas são a população em geral e em especial os operadores cumpridores das leis e os agentes que insistem em efectuar os controlos.

Saber quais são as causas da fraude que todos constatamos e conceber os meios de a combater, é hoje uma tarefa fundamental para a defesa da capacidade financeira do Estado, para o regular funcionamento da economia e para a estabilidade e justiça social.

## Para lá da liberalização

Sabemos que a desregulação e liberalização crescentes do comércio mundial e a livre circulação de mercadorias no seio do mercado interno é o pano de fundo sobre o qual crescem as práticas fraudulentas. Contudo, devemos ter a coragem de afirmar que as causas fundamentais do crescimento das práticas fraudulentas devem procurar-se, quer na falta de vontade política, quer nas práticas de gestão reinantes na administração fiscal, as quais, no essencial, são as do passado, muitas vezes desfiguradas com medidas não integradas.

Senão, vejamos:

As carreiras técnicas foram na prática esvaziadas de conteúdo funcional e órgãos importantes no exercício das competências técnicas foram pura e simplesmente eliminados.

As decisões de carácter técnico e operacional são tomadas a nível da hierarquia administrativa, sem a devida sensibilidade para a decisão técnica.

Os órgãos de gestão extravazam as suas competências, alargando-as à gestão corrente das áreas operacionais, ficando assim anulado o funcionamento autónomo das áreas de competência técnica.

O pessoal dirigente tem sido escolhido por critérios quase exclusivos de afinidade política, compadrio ou ligação aos lobbies que actuam junto da administração.

As estruturas organizacionais encontram-se totalmente des-

daptadas à realidade que a administração enfrenta; falta a coragem para aplicar novos princípios de gestão e eliminar órgãos e procedimentos que se tornaram obsoletos.

A fiscalização dos impostos está hoje praticamente reduzida aos controlos "a posteriori", sabido que é não poderem estes controlos substituir os controlos atempados, de que são pelo contrário, um complemento.

A fiscalização preventiva, ou seja, aquela que é exercida enquanto decorre a fraude, tem vindo a ser sistematicamente abandonada, quando o que se impõe é revolucionar os seus métodos de adaptação à dinâmica dos infractores.

Não se encontram definidos currículos de qualificação dos funcionários, que sirvam de base ao recrutamento e evolução nas carreiras, de modo a garantir os níveis de conhecimento adequados à cobrança e fiscalização dos impostos

## É preciso mudar

A revolução necessária da administração fiscal deve começar pelo aproveitamento das potencialidades em termos de recursos humanos, estabelecendo critérios de avaliação dos quadros que permitam escolher os melhores para as posições de maior responsabilidade.

As estruturas devem ser simplificadas e aligeiradas, de modo a permitirem a transferência de meios humanos para as áreas operacionais, pois é nestas que se joga o essencial do combate à fraude.

As actividades operacionais devem ser concebidas e desenvolvidas em função das práticas de fraude existentes, adaptando-se-lhes, e abandonar as estruturas burocratizadas que dominam a administração e que são a principal causa da paralisia em serviços.

A administração fiscal deve ligar-se à sociedade, actuar no seio dela, abandonar os gabinetes e tomar conhecimento directo dos ambientes sociais e dos circuitos através dos quais a fraude se materializa.

A cobrança dos impostos é uma questão vital para o nosso país. Alterar a situação de fuga generalizada exigem em primeiro lugar vontade política para tomar as medidas adequadas.

As medidas adequadas passam, à partida, pelo aproveitamento, motivação e valorização dos recursos humanos e pela criação de estruturas funcionais adequadas a um efectivo combate às práticas fraudulentas.

Comunicação apresentada pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública no debate promovido pela CGTP, no dia 18 de Novembro. Subtítulos da Redacção.

\* ISP - Imposto sobre produtos petrolíferos; IST - Imposto sobre tabaco; IVA - Imposto sobre o valor acrescentado; ISBA - Imposto sobre bebidas alcoólicas; IA - Imposto sobre veículos automóveis; ISA - Imposto sobre o álcool.

**A fraude e a evasão nas Alfândegas desequilibram ainda mais a balança dos impostos cobrados, em desfavor dos rendimentos dos trabalhadores**

## O «estado de graça»

Ao que para aí se diz, vai para dois meses, anda o PS, o Engenheiro Guterres e respectivo Governo, em "estado de graça".

E esta coisa de dizer e saber se é Governo de Guterres ou Governo do PS não é despienda. No PS, há quem releve o facto de o Governo estar cheio de "tecnocratas", "Opus Dei" e "oportunistas" e no Governo, ou lá próximo, quem lhe louve a "independência" e o desapego do "aparelho" e dos "pedreiros livres".

Deixá-los dirimir intramuros essa "contrariedade" entre "históricos" e "guterristas". Quanto a nós, até para que amanhã não se venha a juntar mais essa desculpa às muitas expectáveis ou que se adivinham, parece justo e vai sendo avisado, para o melhor e para o pior, falar de Governo PS/Guterres.

Mas voltemos ao assunto. O "estado de graça" constitui assim como que uma espécie de limbo, onde se movem os "justos" e "inocentes" que, desde que são "nova maioria" e estão no Governo, já não são deste mundo e em que tudo o que fazem e dizem, por muito mau que seja, lhes está perdoado por axioma, por dispor de uma espécie de atestado de inocência, passado com prazo de validade indefinido pelo voto dos portugueses nas eleições legislativas.

O "estado de graça" é uma criação do marketing político do Largo do Rato (transferido agora para a Gomes Teixeira), com o objectivo claro de, cavalgando os sentimentos de esperança e a expectativa de mudança que o nosso povo depositou nas urnas em 1 de Outubro e aproveitando o indispensável período de transferência de responsabilidades, gabinetes e "dossiers", prolongar desmedidamente a fase em que o Governo PS/Guterres pode preterir medidas prometidas, continuar impunemente a deixar andar as mesmas políticas promovidas pelo PSD e mesmo tomar medidas negativas, cujo efeito seja desconhecido ou menos claro para a generalidade dos portugueses.

O "estado de graça" é uma manobra dilatória de Guterres e companhia, da família das muitas com que se tem pintado e promovido nos últimos anos e com tradução em duas linhas de força importantes da actividade/propaganda deste Governo: o "diálogo" e o "no jobs for the boys".

O "diálogo", instrumento essencial na actividade política e na governação em particular, constitui uma novidade relativamente ao estilo autoritário do anterior executivo, mas corre o risco de desvirtuamento se for instrumentalizado para manietar a discussão, enganar os intervenientes ou preterir as decisões.

O "no jobs for the boys", se entendido como expressão duma atitude anticlientelar, de recusa do compadrio e nepotismo, que o anterior Governo promoveu, engordando a corrupção, é uma louvável intenção, mas corre o risco de não passar de conivência e expressão de aliança objectiva com a direita e de continuidade das mesmas políticas pela manutenção em lugares-chave do aparelho decisório e executor deste Governo dos comissários políticos do cavaquismo.

E há de facto indícios contraditórios e mesmo claramente negativos quer numa quer noutra destas linhas de orientação do Governo PS/Guterres.

Tal como há muitos e graves sinais negativos no programa de Governo apresentado e não recusado no Parlamento.

E trata-se aqui não do formal e acessório mas do núcleo duro das políticas do Governo.

As políticas económicas decalcadas do neoliberalismo cavaquista e dos critérios da convergência nominal de Maastricht, deflação da economia, privatizações aceleradas, moderação salarial, flexibilidade, desregulamentação e desemprego.

A "reforma do Estado", revisão da legislação eleitoral subvertendo a proporcionalidade e pluralidade da nossa democracia, legislação controleirista sobre os partidos políticos, revisão da legislação autárquica no sentido da desresponsabilização do Governo, inconsistências e ambiguidades quanto à regionalização, ou quanto à fiscalização dos serviços de informações.

São estas as razões de fundo que justificam a promoção do tal "estado de graça" e só acessoriamente quaisquer considerações que tenham a ver com as presidenciais e por isso o dito cujo "estado de graça" conta com poderosos aliados.

A familiaridade mais ou menos clara com a "prelatura Papal" da "Obra", apoios "maçónicos" circunstanciais ou nem tanto (que a tradição já não é o que era!), respectivos instrumentos e influências nos meios económicos, políticos e mediáticos (e seria muito!) e ainda os grupos financeiros que, em rotura com o cavaquismo, se aproximaram do PS, ou se aproximam do respectivo poder.

Visam estes correlegionários, aliados e respectivos meios instrumentais, que o PS continue, com maestro, orquestra e instrumentos novos, a tocar a mesma música, das mesmas partituras, da mesma política que o PSD e procuram por isso prolongar-lhe o "estado de graça".

Mas vai sendo tempo de o Governo PS/Guterres assumir as suas responsabilidades e deixar cair os mecanismos dilatatórios. Pelo caminho traçado não pode contar com um futuro brilhante mas pode contar com a oposição de esquerda.

■ Carlos Gonçalves

## Um «submarino»?

Da entrevista ao Diário de Notícias, de 13 de Novembro de 1995, dada por Frans Candel, administrador da Lusosider, joint venture das empresas siderúrgicas francesa Sollac e holandesa Hoogovens, a quem o Governo de Cavaco/PSD decidiu entregar há dois meses a parte da Siderurgia Nacional de laminagem a frio de chapa, vale a pena ler pelo menos o seguinte excerto:

«DN — A compra é um bom negócio?

FC — Há um importante mercado ibérico para os produtos da empresa. Esperamos o aumento da procura e teremos de satisfazê-la melhor. Até agora isso não tem sido feito...

DN — Porquê?

FC — A primeira ambição da SN Planos é servir os seus clientes. E aqui perdeu bastante reputação, devido às entregas atrasadas, mau serviço... Queremos recuperar.

DN — Como gestor do sector, como explica a débil situação da empresa?

FC — Pela pequena dimensão. Não tem recursos de investigação e desenvolvimento para fornecer sectores. Outra razão é a dificuldade provocada pelas companhias espanholas que estão a reestruturar-se e concorrerem em

Mas, afinal, vem agora Frans Candel informar de que para a SN há um importante mercado ibérico.

Em relação à gestão conduzida na SN, quantas as vezes o PCP se interessou pela prática de boa gestão, por exemplo na frente comercial — cumprimento de prazos de entrega, apoio ao cliente, etc.? Quantas vezes o PCP apontou para que essa boa gestão passava pela valorização do quadro de trabalhadores, a começar pelos técnicos de que dispunha (sem os quais obviamente não podia haver I&D), e não pela autêntica sangria decidida em 1989 pela administração presidida por José de Almeida Serra, membro do PS a seguir promovido para funcionário da CEE, e depois levada a cabo pelo «capataz» do PSD, Silva Carneiro?

Afinal, vem agora Frans Candel observar que a SN perdeu bastante reputação. Pudera, não era mesmo isso que se pretendia, a fim de se mostrar a inevitabilidade da privatização em face da assim, mesmo que manipulada, incapacidade de uma empresa de capital público para gerir bem?

Acerca da dimensão da empresa, quantas vezes o PCP chamou a atenção para a delicadeza do problema? Ao opor-se ao «desmantelamento» da SN, não foi o PCP acusado de o fazer só por estar, alegadamente,

sempre contra as privatizações? Feitas as contas, Frans Candel vem agora dizer que mesmo bem gerida uma empresa de pequena dimensão não poderia sobreviver sozinha.

Elementar, é caso para dizer. Enquanto o PCP sempre defendeu que a SN, no seu conjunto, tem uma dimensão relativamente pequena no panorama europeu, o governo PSD promoveu o desmantelamento da SN para assim melhor se certificar da inevitabilidade da privatização também em resultado da pequena dimensão das unidades desmanteladas.

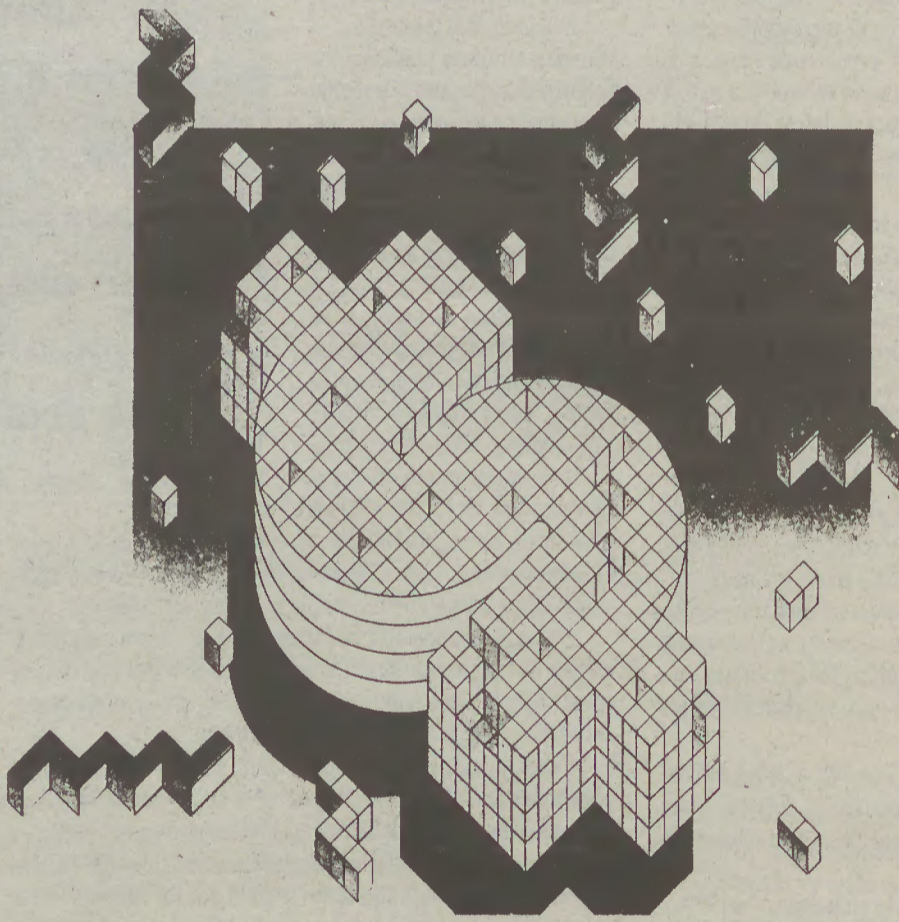
Daqui pensarmos que o que este caso da SN mostra, uma vez mais, é que, pequena, verdadeiramente pequena, é a mentalidade

da burguesia que nos tem (des)governado. tão pequena quanto grande é a sua disponibilidade para se vergar provincianamente a tudo o que venha, não importa se razoável ou não, dos lados de Bruxelas, ou, melhor dizendo, de Bona.

Mas, como não temos o monopólio da verdade, talvez continuemos a errar na apreciação do caso da SN. Só que, se assim for, ninguém estranhará a ironia de levantarmos a hipótese de que o que acaba de acontecer é que o PCP, pelas suas artes mágicas, introduziu um «submarino» seu na administração da Lusosider e que dá pelo nome de Frans Candel.

Quanto às promessas da Lusosider de mais emprego, de aumento de produção, ficamos a aguardar. Para já, um comentário breve: seis anos não será prazo demasiadamente folgado para cumprir tais promessas?

■ José Ferrer



Portugal no preço. A SN não pode competir com os baixos preços espanhóis e acaba por ser vítima.

DN — Houve erros de gestão?

FC — A unidade está em boas condições. Possivelmente houve atrasos burocráticos na tomada de decisões. Mas mesmo bem gerida uma empresa de pequena dimensão não poderia sobreviver sozinha. Sempre tivemos boa colaboração do presidente, que defendeu a rápida privatização.

Em caixa: Aumentaremos o quadro dos trabalhadores (para 460) e reforçaremos a produção para 300 mil toneladas dentro de seis anos.»

«Siderurgia rumo ao automóvel», Diário de Notícias, 13/11/95, Suplemento Negócios, pág. 5.

Contra os pontos de vista há muito defendidos pelo PCP, tem-se dito que a SN nada valia, além do mais até por se tratar de uma indústria da 2ª revolução industrial.

## Viagens em Inglaterra

# O impensável pode acontecer

É normal os falidos aperceberem-se da sua dramática situação, antes dos próprios credores. E os Estados Unidos, que devem dinheiro ao mundo inteiro, tiveram medo desse instinto avassalador que os perseguiu nas últimas semanas. As dívidas trepam. O orçamento federal já não pode contê-las. Há duas semanas, «vencia-se uma letra» no valor de 31,5 mil milhões de dólares. Foi isso que precipitou a crise entre os fundamentalistas de Capitol Hill, os republicanos no controlo do Congresso, e o Presidente Clinton, na Casa Branca

Mas, uma vez ainda, os credores da América viram satisfeitos os seus direitos - ficaram alerta, porém. O que acontecerá a seguir? Disse o Secretário de Estado da Tesouraria:

«Desde que se falhe uma só vez aos compromissos assumidos, nasce uma indelével marca na santidade do nosso crédito e das nossas possibilidades financeiras.» Ou, por outras palavras e utilizando a fossilizada fraseologia de certos banqueiros portugueses:

«Desde que se deixe ir uma letra a protesto, a ficha bancária de qualquer comerciante ou pessoa individual fica riscada a vermelho para todo o sempre».

As dívidas líquidas dos Estados Unidos ao estrangeiro ascendem a mais de 700 biliões de dólares. Apesar disso, continuam a procurar atrair investimento que lhes proporcionem o financiamento de 1/5 daquilo que gastam acima das suas posses normais. Os investidores japoneses já começaram a perder o apetite pelo papel comercial subscrito pelo governo americano e fogem, fogem do impensável. A falência dos Estados Unidos seria coisa tão catastrófica que, simplesmente, não pode acontecer. O que pode verificar-se, entretanto, é a falência de toda a banca nipónica que já mal consegue aguentar o peso das dívidas incobráveis do seus clientes - 500 mil milhões de dólares. E, depois? O dilúvio? A revolução?

### Malditos!

Terry Launce, operário da construção naval, em Plymouth, encontra-se desempregado desde Maio. Como se tal infelicidade não bastasse para tornar-lhe a vida num inferno, contraiu uma doença cardíaca. O Estado paga-lhe 93 libras (22 contos) semanais, como subsídio de desemprego e invalidez - mas, com mulher e dois filhos e sustentar, esse subsídio tornou-se precário. E Terry, por causa de uma pequena disputa familiar, devia custas ao tribunal no valor de 22 libras (5 contos). Os serviços do Cofre Judicial de South Devon intimaram-no a pagar, imediatamente, as 22 libras em questão devendo a não terem recebido, pontualmente, as prestações semanais de 5 libras (1.200 Escudos) a que Terry se comprometera - «or else», o que equivale a dizer, ou sofreria as consequências. As ameaças e a capacidade para executá-las sempre foram as grandes armas da Justiça do capitalismo contra o povo simples.

E as referidas consequências produziram-se com incredi-

tável rapidez. Apesar de Terry ter logo de seguida remetido a importância de 10 libras por conta do seu débito, o tribunal apressou-se a informá-lo de que o assunto havia já passado para outras mãos, as dos

oficiais de diligências da empresa de leiloeiros e sequestradores, Churchill, D.C., de Exeter. Uns cães, obviamente. Como era de esperar, portanto, os sequestradores apresentaram-se à porta de Mr. Launce, numa segunda-feira, acompanhados pela polícia. Perguntaram: «Que tem, em casa, que possa ser penhorado?»

Começaram a seleccionar objectos: o aparelho de TV, o

sa firma de confiscadores, lá tinham as suas próprias razões que tentaram explicar:

«Já chega? E, então, as nossas despesas? E o custo da deslocação da nossa carrinha para transporte desta tralha? Elas 40 libras a que temos direito por cada hora do nosso trabalho? Já chega?...» E riam-se na cara dos polícias.

Mr. Terry Launce, acaba de ser notificado de que poderá levantar os seus sequestrados haveres no armazém da Churchill, D.C. contra a entrega da importância de 75 contos. Mas, a questão da apreensão do mealheiro da criança não passou despercebida entre a vizinhança que entendeu não poder permanecer calada perante uma medida tão indigna, tão desumana, tão hedionda. E o caso foi entregue à apreciação do deputado da região que prometeu referi-lo ao ministro da Justiça.

Quem poderá, entretanto, riscar do espírito daquela criança o acto depravado do confisco do seu mealheiro? Não estamos certos de que o deputado ou o ministro consigam fazer justiça num terreno em que ela já se afundou tão lamentavelmente. A estrutura do poder das leis no capitalismo não vai ser alterada para reparar as brutalidades e as violências que se cometem todos os dias em seu nome. Neste caso específico, como influenciar a consciência do ministro? Ele não a possui.

### Em França

Estamos em pleno centenário do nascimento do grande poeta comunista, Paul Eluard (Eugène Emile Paul Grindel) que nasceu a 14 de Dezembro de 1895, em Saint-Denis (região parisiense) e morreu no ano de 1952, em Charenton-le-Pont. Eluard era filho de um contabilista e de uma costureira. Desempenhou um importante papel nas fileiras dos intelectuais partidários durante o período da Resistência à ocupação nazi.

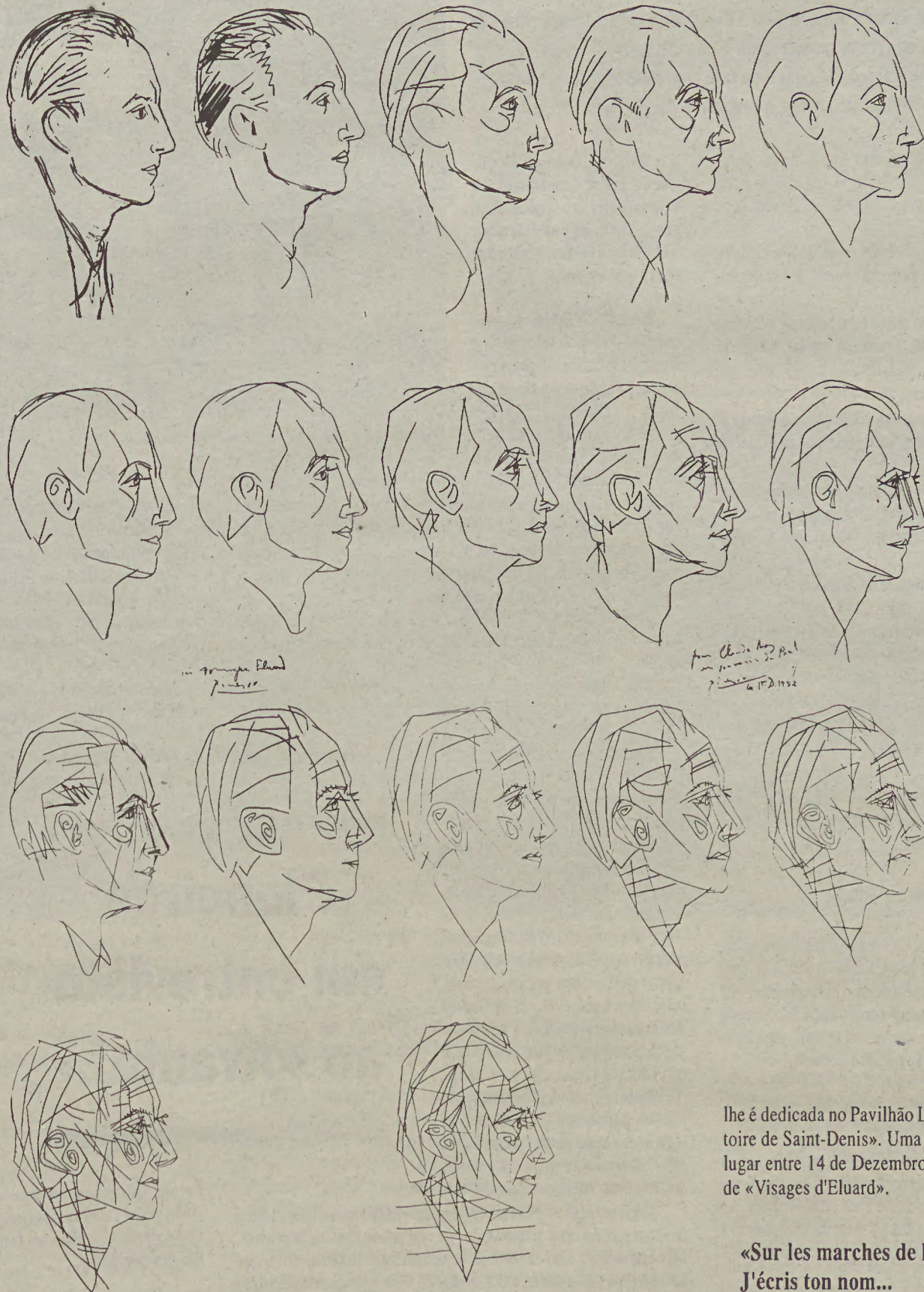
Em comemoração deste centenário, estão organizadas muitas sessões de estudo e de glorificação da obra do autor de «Liberté» em toda a França e, evidentemente, na

exposição permanente que lhe é dedicada no Pavilhão Luís XV do «Musée d'Art et d'Histoire de Saint-Denis». Uma outra exposição, temporária, terá lugar entre 14 de Dezembro e 18 de Março sob a designação de «Visages d'Eluard».

«Sur les marches de la mort,  
J'écris ton nom...»

Je suis né pour te connaître,  
Pour te nommer,  
Liberté!»

Notamos que se realizou de 20 a 25 de Novembro, em Lyon (Vila Gillet, 25, rue Chazière) uma «Semana Europeia do Romance» para que estava anunciada a participação da escritora portuguesa Lídia Jorge. O tema daquele encontro: «Sobre a invenção romanesca e literária.»



Homenagem de Pablo Picasso a Paul Eluard em 1941

gravador-vídeo, o micro-ondas, alguns quadros reproduzindo paisagens agradáveis, o secador do cabelo e diversas outras coisas entre as quais o mealheiro de um dos filhos do devedor, uma criança de seis anos. Nesse mealheiro, continham-se 3.500 Escudos para compras de Natal. Disseram os polícias: «Já chega!» Tinham compreendido, evidentemente, que o valor dos bens apreendidos excedia em muito o montante da dívida por custas ao tribunal. Mas, os funcionários da honro-

# CUBA

## Uma grande humanidade no olhar sobre os problemas

Regressaram de Cuba com uma grande vontade de solidariedade, uma grande indignação contra o bloqueio, a convicção de que o mais importante neste país, no meio das suas múltiplas dificuldades e carências, é o olhar de humanidade com que se encaram os problemas.

São oito monitores da Associação "Os Pioneiros de Portugal" - Alexandre Neto, Célia Matos, Diana Catalina, Dilar Pelica, Filipa Silva, Nuno Gonçalves, Pedro Guerreiro, Suzana Matos. A conversa que tiveram com o "Avante!" insere-se na grande preocupação de solidariedade com o povo e com as crianças cubanas, e que passa também pela divulgação do que é a realidade da sua vida.

**Célia** - Esta nossa visita a Cuba partiu da curiosidade que tínhamos aqui, na Associação Os Pioneiros de Portugal, em relação à realidade das crianças cubanas, às dificuldades que hoje se vivem neste país.

Fizemos então alguns contactos. A organização de Pioneiros de Cuba também se mostrou interessada na nossa visita. E assim organizamos a nossa viagem.

Procurámos levar alguma coisa da nossa parte, para os pioneiros e para as crianças cubanas. Em particular material escolar, de que há lá muita falta.

**Pedro** - No fundo, o que queríamos era conhecer a realidade da vida das crianças em Cuba e a actividade da Organização de Pioneiros "José Martí".

Na nossa estadia lá (quinze dias), estivemos essencialmente em dois locais - no Palácio Central de Pioneiros "Ernesto Guevara", perto de Havana, e num acampamento de Pioneiros, "Maravilhas da Infância", em Varadero.

Em todos locais tivemos a oportunidade de conhecer algo da realidade da vida das crianças em Cuba.

Na primeira semana, o nosso programa visava essencialmente conhecermos o funcionamento do Palácio de Pioneiros "Ernesto Guevara". Também incluía visitas a Havana, onde estivemos numa escola primária, num infantário, num orfanato, num hospital cardiovascular.

Em Cardenas, estivemos no Palácio dos Pioneiros. Visitámos uma escola e contactámos com um Comité de Defesa da Revolução (CDR).

**Dilar** - Aí mantivemos um contacto directo com as pessoas. Fomos às suas casas, ver como elas viviam e conversar um bocadinho mais pessoalmente com elas.

**Qual é a impressão que trazem dessa visita?**

**Dilar** - Essa visita tocou-me muito. O contacto directo com aquelas pessoas foi muito importante para mim. Estive em casa de uma família, e eles falaram-me da força de que precisam para combater este bloqueio e as dificuldades da actual situação económica. São pessoas de luta. Mas ao mesmo tempo são pessoas muito afáveis. Para além disso, impressionou-me a própria função que os CDR têm.

**E quais são as funções dos CDR?**

**Dina** - Cada rua tem um CDR, que na prática engloba toda a gente, reúne semanalmente e tem uma direcção eleita. É como se fosse uma comissão de moradores, mas com muito mais competências. As suas funções são, nomeadamente, a segurança. Mas há muitas outras funções. Limpeza, por exemplo. A organização de comemorações e festas.

**Nuno** - E há outras. A dádiva de sangue. A procura de resolução de problemas dos cidadãos daquela rua. Se há uma pessoa que está desamparada, se há alguém que fica desempregado, ou uma doença, falta de medicamentos. Tudo depende da capacidade do CDR em dar resposta aos vários problemas. E a partir da união daquelas pessoas, tenta-se dar resposta a este tipo de situações. Num espírito de comunidade.

**Diana** - Foi esta força que eu também lá senti. Estive em casa de uma família. Conversamos muito tempo, e eles falaram-nos abertamente das suas dificuldades, das suas faltas. Mas há neles muita força, para dar resposta a essas dificuldades.

**Temos estado a falar de questões gerais, mas penso que o vosso objectivo fundamental era a situação das crianças. Talvez pudéssemos abordar agora esse assunto.**

**Célia** - Pois é. Mas até nesse trabalho a nível comunitário, o que mais se salienta é que a preocupação número um são as crianças.

Nota-se que é feito um grande investimento nas crianças. Ao nível da educação, de ocupação de tempos livres, da saúde. E também, na família, é dado particular relevo à ligação dos pais com as crianças. Por exemplo, ao tempo que têm a possibilidade de estar juntos. Isto num contexto muito difícil, em que se perde muito tempo nos transportes - porque uns vão a pé para o trabalho, outros vão de bicicleta, outros à boleia, e isso faz perder tempo.

Também pudemos observar, nas visitas que fizemos a instalações infantis, que tudo era planeado, ao pormenor, para o bem-estar das crianças.

Nas escolas, apesar de olharmos para as carteiras e as vermos um bocadinho nuas - há muita falta de material - arranjam-se alternativas.

**Pedro** - Há uma coisa que eu gostaria de dizer. É muito difícil estarmos a generalizar, a partir do pouco que vimos. Mas o que vimos neste pouco tempo foi muito significativo para nós. E denota o grande esforço da parte dos cubanos para enfrentar as muitas dificuldades que têm. Porque essas dificuldades existem. E são assumidas.

Por exemplo, só há condições para dar seis cadernos, daqueles fininhos, a cada criança, por ano. E vimos os miúdos a escrever nos cantinhos das folhas, a aproveitar ao máximo o papel. Mas são seis para cada um. E não vinte para uns e zero para outros.

Outro exemplo. Há muita falta de leite. E para quem vai o leite? Vai para as crianças, para as mais pequenas - até aos seis anos. Uma criança, aos sete anos, deixa de ter acesso fácil ao leite.

Ainda outro exemplo. Nós entramos numa escola, ou num palácio de Pioneiros, e vemos falta de tudo - de canetas, de lápis, de borrachas. Mas está sempre tudo em actividade. E isso é que impressiona. É que há a carência, mas não há a desistência da vida. Entramos numa escola, e tudo está a mexer. Uns miúdos estão a tratar de uma horta de plantas medicinais, outros com actividades desportivas, outros com jogos, outros nas aulas com os professores - mas toda a escola está em actividade. Embora falem coisas essenciais, como livros.

Uma outra falta grave - o combustível. Mas mesmo assim os miúdos de Matanzas vão todos os fins-de-semana ao acampamento de pioneiros.

**Nuno** - Uma outra grande preocupação, é em relação à saúde. E aí os cubanos apostam muito na medicina alternativa.

É em parte uma consequência da grande falta de medicamentos. Das grandes dificuldades que eles têm para adquirir medicamentos básicos, como por exemplo uma aspirina.



O grupo de monitores de Pioneiros, em Cuba

**Dilar** - Para os cubanos, uma aspirina custa mais 40% do que para os restantes países. E não é só as aspirinas. Isto é apenas um exemplo. São todos os produtos importados. Porque há o bloqueio e os riscos comerciais que lhe estão ligados.

Mas a medicina verde não é apenas consequência das dificuldades do período especial. Pudemos mesmo contactar que, através dos círculos de interesses, também é transmitida às crianças.

**Falemos então do que são círculos de interesses, e em geral da actividade do Palácio de Pioneiros.**

**Diana** - Durante dois ou três meses, as crianças das escolas vão ao Palácio duas vezes por semana. Ao longo deste período, as crianças passam pelos vários círculos de interesses e dedicam-se às actividades para que se inscrevem. É mais que um centro de ocupação de tempos livres - tem uma forte componente de formação.

**Célia** - O Palácio de Pioneiros divulga anualmente nas escolas o seu programa de actividades. Porque os círculos de interesses também vão variando. E as crianças inscrevem-se nas actividades que pretendem.

**As dificuldades de que vocês têm falado inserem-se na situação vivida neste período especial.**

**Foram, entretanto, tomadas uma série de medidas que, em princípio, terão repercussões negativas no plano social. O que é que vocês viram - ou não - em termos de resposta ao aprofundamento das desigualdades.**

**Célia** - Nós sentimos que há diversas situações que nos parecem muito injustas. E que para o povo cubano também o serão, certamente. E se o povo cubano não reage, penso que é porque está bem esclarecido sobre as causas desses problemas.

Por exemplo, uma criança que ande a pedir dólares aos turistas (e haverá várias, tanto mais que as faltas são muitas), ganha bastante mais que um trabalhador, mesmo que um trabalhador licenciado. Porque recebe divisas.

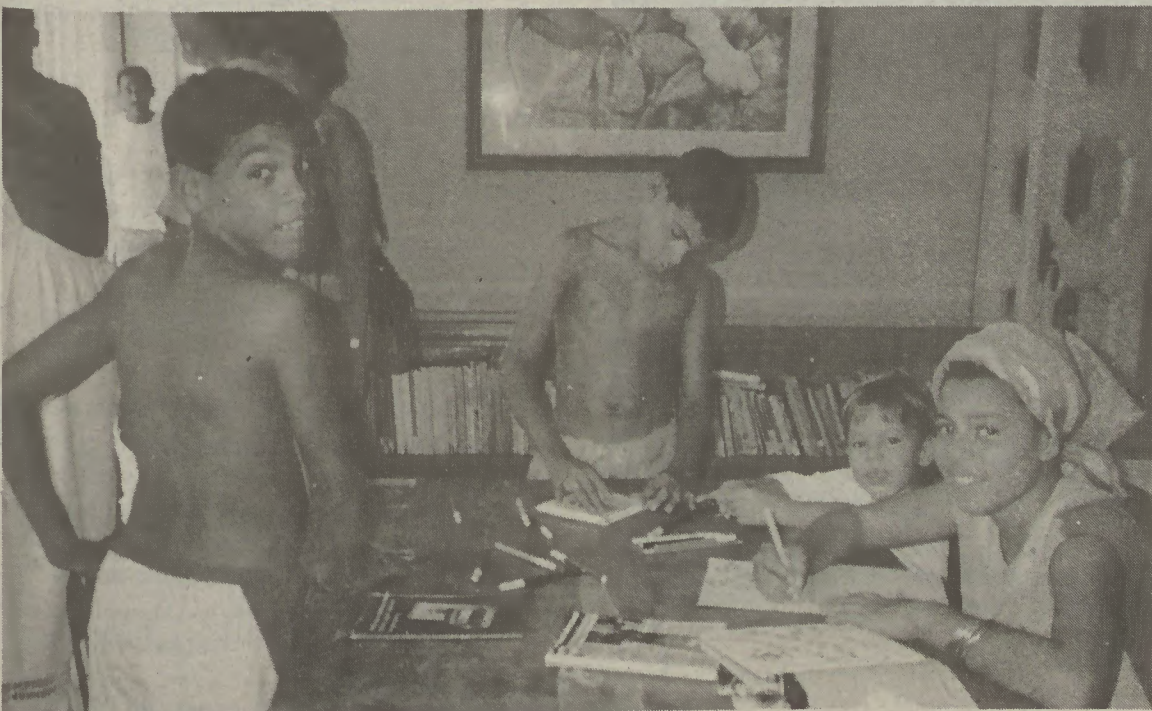
E tal como estas crianças, as pessoas que exercem a sua actividade no mercado paralelo.

**Pedro** - Com a introdução do turismo essa questão tornou-se mais sensível. E eles têm consciência disso. As desigualdades são uma rea-

## Pioneiros em entrevista ao «Avante!»



As crianças são a preocupação maior de todos



lidade. Nota-se, por exemplo, em Varadero. O poder de compra dos cubanos que trabalham nessa zona turística é superior à média. Porque têm acesso aos dólares, e quem tem dólares tem um poder de compra maior.

Claro que isto cria desigualdades. E discordâncias.

Nem todas as pessoas com quem contactamos estavam satisfeitas com a sua vida. Mas na sua maioria estão conscientes da sua realidade. E lutadoras.

Têm consciência do valor dos esforços que fazem. E há muita criatividade e muita procura de soluções.

Por exemplo - face às grandes dificuldades existentes nos transportes, inventaram o camelo. E o que é o camelo? É um grande tractor que puxa um enorme camião que pode levar até 300 pessoas.

E há muita discussão. Vimos por exemplo um programa de televisão com um debate em torno do ensino da história. E havia opiniões completamente diferentes.

Entretanto tudo isto se faz com um grande sentido prático - para resolver problemas, para tomar medidas. Não se ficam pela discussão.

**Temos estado a falar do Palácio de Pioneiros e de Havana. E fora destas zonas mais centrais, como é?**

**Alexandre** - Eu acho que cada Palácio de Pioneiros tem a sua própria função. É ligar a criança às realidades e tarefas da sua região. Assim as actividades dos pioneiros estão também ligadas às actividades desenvolvidas na sua zona.

Claro que não têm as condições que tem um Palácio Nacional.

Mas têm as condições mínimas, de higiene e de espaço. E os círculos de interesse estão adaptados às diferentes realidades, às necessidades práticas de cada região.

**A concluir, gostaria que cada um falasse do que de mais importante trazem da experiência que viveram em Cuba.**

**Dilar** - Para mim isto foi muito importante para o meu trabalho com o meu núcleo de crianças, da Associação de Pioneiros. Aprendi lá muita coisa que se pode fazer cá. Por exemplo, a experiência dos círculos de interesses. Nós aqui não poderemos fazer o mesmo. Mas conhecemos pessoas que exercem várias profissões, que poderão dar às nossas crianças ideias concretas sobre diferentes actividades.

**Célia** - O que eu pensava lá muitas vezes, é o que sentiriam as crianças cubanas, se vissem as nossas montras de Natal, a nossa cidade iluminada. Tantas coisas à venda... E o sentimento com que fico, é que nos será muito difícil explicar a nossa admiração pelo trabalho deles, pela realidade da vida das crianças cubanas, apesar de todas as dificuldades e carências. Porque nós temos as coisas, mas nem todos têm dinheiro para adquiri-las. Apesar de mais crianças no nosso país podem ter coisas que muitas crianças cubanas não têm - como por exemplo o leite.

Outro sentimento com que ficamos, é uma grande revolta contra o bloqueio que está a sufocar aquele país.

**Alexandre** - Uma coisa que me marcou muito é que - apesar do bloqueio - há um apoio a cem por cento à saúde e à educação. É ver-

dade que a educação é grátis e é verdade que a saúde é para todas as pessoas. E apesar de eles gastarem metade do orçamento, só em combustível, uma boa parte do restante vai para a educação, que consideram como fundamental.

**Pedro** - Acima de tudo, o que me pareceu a maior das riquezas de Cuba, é a humanidade com que as crianças são tratadas. Há uma grande humanidade na forma como se olha para os problemas.

E apesar destes cinco anos tão difíceis do período especial, o país continua empenhado num projecto.

**Filipa** - Sente-se em Cuba que as conquistas da revolução - em particular na educação e saúde - estão bem presentes, também nas pessoas, no dia-a-dia. Elas têm consciência da sua importância, e não querem abdicar. E a partir daí há uma força crescente na defesa e consolidação destas conquistas.

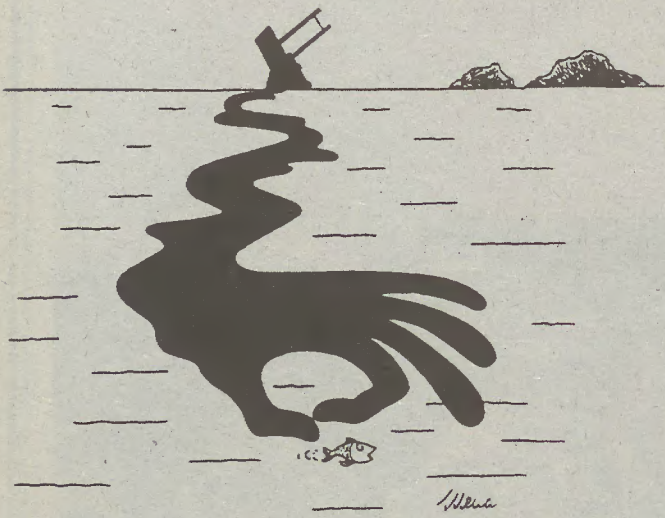
Nós fomos para lá, também tentando transmitir a nossa solidariedade, e fomos nós quem recebeu mais força.

No nosso regresso decidimos que uma das orientações de trabalho para a nossa Associação, para além do contacto reforçado com os pioneiros cubanos, é desenvolver uma campanha de solidariedade com as crianças cubanas, com a recolha de materiais que elas realmente necessitem, desde os escolares às roupas e calçado.

**Célia** - Pretendemos realizar uma exposição sobre o que vimos em Cuba e fazer um dossier, que também possa circular facilmente. Para que esta viagem tenha uma continuidade.



# PONTOS CARDEAIS



## A oposição do Governo

Alguns ministros do actual Governo parecem-se com aquela gente a quem saiu a

sorte grande e leva muito tempo a acreditar. Ou, pelo menos, mostra que continua pobrezinha, embora vá fazendo planos para os sonhos que faz acordada.

Ainda no outro dia, quando se debatia Foz Côa, o Ministro Cravinho, dirigindo-se a Mira Amaral - que decerto não esquece ter sido apeado, tomando lugar na bancada dos deputados - chamava-lhe Sr. Ministro.

Dias depois, o Ministro Adjunto Jorge Coelho, que fora à televisão "explicar" como se iria deixar de pagar a portagem da CREL - deixando a jornalista e os telespectadores insatisfeitos com as explicações que deu - também falava do "Governo" referindo-se não ao seu, mas àquele que deixou funções.

Será que a vocação do PS é ser sempre oposição? Ou será que

lhe convém que os portugueses não dêem ainda conta de que a responsabilidade das coisas pouco claras lhe pertencem?

## A meter água

Toda a gente deu conta da aparente incongruência de João Cravinho, quando, a propósito do Alqueva, se mostrou decidido a avançar na sua tão esperada construção mas, ao mesmo tempo, fazendo depender esse avanço de haver ou não haver água.

Claro que tem havido seca. De vez em quando acontece. Claro que a Espanha se arvorou no papel de mata-borrão dos rios

ibéricos. Claro que é problemático o financiamento da obra. Mas a atitude de Cravinho tresanda a desculpa. O Governo do PS até agora nada mais fez do que proceder ao "diálogo". Um dia destes, quem o elegeu há-de pensar que afinal era só para conversar com ele.

Claro que o PSD de Cavaco deixou mais do que um buraco, mas o PS não tem desculpa de se não ter precavido contra eles. Bem razão tinham os comunistas quando advertiam de que não era possível realizar outra política com a mesma política. As promessas do PS esbarram com os buracos ou com a incapacidade de proceder à melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das populações mantendo os mesmos compromissos que Maastricht impõe?

De qualquer modo, desatou a chover. O país está molhado.

Lá se vai mais uma desculpa...

## Perfis e ideias

Chêgou-se ao ponto em que, verdadeiramente, na campanha para as presidenciais, existem apenas três candidatos. O folclore dos outros durou pouco. Mas apenas um, e não o dizemos por se tratar de um comunista, trata de ideias, de questões que os portugueses gostariam de ver debatidas. Em poucos dias, percorrendo o país - e apesar de a

Comunicação social lhe prestar pouca atenção às palavras - Jerónimo de Sousa deixa mensagens, trata de ideias, procura o debate. De Cavaco já falámos abundantemente, denunciando-lhe o processo *travesti* de se transformar em democrata. De Sampaio não lhe questionamos essa identidade.

O certo é que ambos, em entrevistas, falam se si próprios, dos seus passados, em desfavor das traves mestras que devem orientar a acção de um Presidente da República. Quanto ao futuro, falam de atitudes, de consensos, de cordialidades, de sonhos, não de problemas fundamentais da sociedade portuguesa e do papel que o primeiro magistrado da Nação deve desenvolver posicionando-se face a eles.

A intervenção de Jerónimo de Sousa já provou que era necessária.

## FRASES da SEMANA

"(...) algumas medidas de orientação fundamental (do Governo PS) mostram que, infelizmente, no essencial, sobretudo no plano económico, vai continuar a política que foi derrotada nas urnas nas últimas eleições legislativas."

(Carlos Carvalhas, citado em «Público», 26.11.95)

"(...) à RTP tudo acontece: tiram-lhe os meios de financiamento, fica sem a sua rede de emissão, submetem-na às leis de mercado, quando se sabia que as receitas publicitárias não eram elásticas, deixam degradar a sua produção própria e cair, agora e logo, numa programação bimba e "pimba", permitem que 500 mil horas de programas fiquem em arquivo, em vez de criar canais de televisão para as redes de cabo que outros exploram, em boa parte, à sua custa. Só faltava um diagnóstico à "João Semana" - e ainda por cima pago "à americana"!"

(João Soares Louro - «Público», 24.11.95)

"Alguma coisa tem de mudar no PP"

(Manuel Queiró - «Público», 25.11.95)

"O PSD perdeu a alma e caminhou arrastadamente sem saber o que é e para onde é que vai."

(Ángelo Correia, citado em «Público», 26.11.95)

"O PSD é (...) um deserto onde nada acontece, e praticamente tudo o que é relevante na sociedade portuguesa nessa área política e ideológica lhe passa ao lado."

(José Miguel Júdice - «O Independente», 24.11.95)

"A cúpula do PSD ainda não interiorizou a perda do poder."

(Vitor Cunha Rego - «Diário de Notícias», 28.11.95)

"Estamos a construir o céu."

(Cardoso e Cunha, comissário da "Expo '98" - «Semanário», 25.11.95)

"Mais do que nunca é preciso que a Europa abra as portas à Polónia. Pelo sim, pelo não."

(de um artigo sobre os resultados das eleições presidenciais polacas - «Semanário», 25.11.95)

"E, para me consolar, depois da tragédia de Munique, vou acender finalmente o Monte-Cristo nº. 3 que não fumei na Luz."

(António Pedro Vasconcelos - «O Independente», 24.11.95)

## PONTOS NATURAIS

### Apontamentos

#### Memória

Quando fugiu de Caxias foi preciso arranjar-lhe um casaco. O meu, no caso. Eu, na altura, um funha ele, um costado honesto de sobreiro.

— *Que diabo (dizias) se houver sarilho a polícia há-de de compreender que ainda não tive tempo de ir ao alfaiate...*

E rias, enquanto os tambores suavam.

#### Actual

Márx não inventou a luta de classes (leiam Ricardo, por favor). Marx apenas viu na luta de classes o motor da História.

Isso não lhe perdoam principalmente aqueles que não apreciam desportos motorizados.

#### Pessoal

Já sei que vais chegar para Dezembro

quando o dia se faz mais de cristal entre os laivos das árvores

virás

acabo de saber pelo fax que os deuses me enviaram



#### Guerra

Anúncios luminosos nas praças, avenidas.

Cidade: imenso ring de pugilistas a néon.

Guerra de luz à margem da Convenção de Genebra.

Anúncios.

«Dão mais vida à cidade» dizemos, encadeados.

#### Jesus

Até ao Natal (segundo o INE) dezenas de milhares vão ficar sem trabalho.

Diz-me Jesus:

— *Se tu soubesses o que me custa nascer assim... Desisto.*

Eu, com a mão pousada em seus cabelos:

— *Não sejas trouxa, pá. Vens na hora de dar uma mãozinha pra pôr isto nos eixos.*

Então Maria às suas ordens caminhou para a Maternidade Alfredo da Costa.

*mário castro*

## Reuniões e plenários das organizações do PCP

### ALHANDRA

Plenário de militantes da freguesia sobre a situação política e as eleições presidenciais, com a participação do camarada António Abreu: sábado, 2, às 16h, no centro de Trabalho de Alhandra

### LISBOA

Plenário de militantes do Sector de Transportes da ORL para discussão da situação política e social e eleições para a Presidência da República: terça-feira, dia 5, às 18h30, no CT Vitória, com a participação do camarada José Casanova.

### VENDAS NOVAS

Plenário da célula dos Reformados sobre: 1. Política do governo para os reformados; 2. As eleições presidenciais; 3. Questões da Organização. Quinta-feira, dia 7, às 15h, no CT do PCP.

### FUNCHAL

#### DEBATES COM A ORGANIZAÇÃO

Tema: "O PCP e a 3ª Idade"

Sexta-feira, 1, às 15h, no CT do PCP,

com a participação do camarada Jaime Félix

### PORTO

Sexta-feira, 1, às 15h, no CT da Boavista  
 «Tempo de Marx - Anos 90»  
 - debate promovido pela Org. Novos Quadros do Sector Intelectual do Porto com a participação de Guilhermino Monteiro

### SETÚBAL

Quinta-feira, 30, às 21h, no Círculo Cultural de Setúbal  
 «O papel do cidadão na defesa da democracia»  
 - debate promovido pela URAP com a participação da deputada Odete Santos  
 Conversa com jovens comunistas do concelho de Sintra  
 No CT do PCP de Cacém  
 hoje, dia 30, a partir das 21h30

### MONTIJO

Jantar-convívio - Noite de Fados promovido pela Com. Concelhia do PCP no Refeitório da CM, quinta-feira, 30, a partir das 20h

### BAIXA DA BANHEIRA

Almoço-convívio no Centro de Trabalho do PCP domingo, dia 3

### FEIJÓ

Almoço-convívio de Natal promovido pela Com. de Freg. do PCP. No Clube Recreativo do Feijó, sexta-feira, dia 8  
 (inscrições: tel. 2590820 depois das 21h)

### CDU Matosinhos

Sábado, 2, a partir das 10h  
 Acção de contacto e esclarecimento da CDU junto dos Comerciantes da R. Brito Capelo com a participação de eleitos e dirigentes locais da CDU

### SETÚBAL

PASSAGEM DE ANO PCPI/JCP no Pavilhão do Comércio e Indústria  
 Música ao vivo pelo Grupo "Contágio"

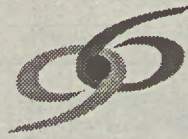
Informações:

CT do PCP no Ed. Arrábida - Tel. 065.522273

### Exposição evocativa de Timor-Leste

O Colectivo do Ensino Superior da JCP promove a realização de uma «Exposição Evocativa de Timor-Leste e dos 20 anos da sua ocupação pela Indonésia». Esta exposição estará patente ao público, nos dias 6 e 7 de Dezembro, no Instituto Português da Juventude, na R. de Sª. Margarida. No dia 6, pelas 21.30 horas, realizar-se-á um debate sobre o mesmo tema na Casa dos Crivos, na R. de S. Marcos.

### PRESIDENCIAIS



## Jerónimo de Sousa

O candidato do PCP às eleições presidenciais participa nos próximos dias nas seguintes iniciativas da candidatura

Quinta-feira, dia 30

### DISTRITO DO PORTO

Encontro/debate na Fac. Direito da Univ. Católica do Porto, às 11h, a convite da respectiva Associação de Estudantes.

Encontro com ORT's do Porto, às 18h, na Junta de Freguesia de Sto. Ildefonso

Sexta-feira, dia 1

### DISTRITO DE FARO

Almoço-convívio em Vila Real de Santo António no restaurante "O Escondidinho", às 13h

Encontro com Jovens, em Faro no Instituto da Juventude, às 17h

Jantar-convívio em Portimão

no restaurante "Retiro do Peixe Assado", às 20h

Sábado, dia 2

### PORTALEGRE

Debate na Escola Superior de Educação

Tema: "Órgão de Soberania Presidência da República". Às 10h30.

Sábado, dia 2

### DISTRITO DE ÉVORA

Sessão-debate em Montemor-o-Novo na Biblioteca Municipal, às 16h

Encontro-convívio em Estremoz no restaurante "Ramalho", às 19h30

Domingo, dia 3

### DISTRITO DE BEJA

Almoço-convívio em Beja no salão dos Bombeiros Voluntários, às 13h

Visita à Feira do Artesanato Beja, às 15h

Sessão pública em Serpa no Cine-teatro, às 16h30

Encontro com Trabalhadores em Aljustrel

no Cine-teatro Oriental, às 21h

Terça-feira, dia 5

### REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

No decurso da sua estada na Madeira,

Jerónimo de Sousa será recebido em audiência pelo

Presidente da Assembleia Legislativa Regional

e pela União dos Sindicatos da Madeira.

Às 19h, no Hotel Madeira,

participa numa sessão pública sobre a sua candidatura

\*\*\*

Na próxima quarta-feira, dia 6 de Dezembro, Jerónimo de Sousa será entrevistado no programa "Prova Oral" - RTP | Canal 1

### Lopes-Graça

A Comissão de Freguesia da Parede do PCP vai organizar no próximo dia 3 de Dezembro uma romagem ao cemitério de Trajouce para homenagear o maestro Fernando Lopes-Graça. A concentração terá lugar às 11h30, à entrada do cemitério de Trajouce. Brevemente terá lugar uma exposição sobre o maestro Fernando Lopes-Graça na Escola Secundária da Parede.





## Por isto e por aquilo...

### Quando uma Mulher sobe as Escadas (Quinta, 22.50, TV2)

A atraente proprietária de um bar apaixonada-se por um cliente que, entretanto, vem a descobrir ser casado. Esta contrariedade, aliada a problemas ligados a seus pais cuja velhice se sente na obrigação de apoiar, levam-na a suportar um quotidiano frustrante, sempre traduzido no subir das escadas em direcção ao bar e à infinita paciência para resistir, sempre com um sorriso, aos constantes acessos dos seus clientes. Um filme de Mikio Naruse que trata com fontalidade - e em imagens admiráveis - a situação de opressão da mulher na sociedade japonesa, com uma grande interpretação de Hideko Takamine na personagem principal.

### Oliver (Sexta, 16.50, TVI)

Dirigido com mão de mestre por Carol Reed, *Oliver* é a transposição para o musical da conhecida obra de Charles Dickens *Oliver Twist* - mas a sua relação com o original é bem mais poderosa nesta versão filmada do que na sua versão para o teatro (uma espécie de espectáculo «sub-Broadway») sobretudo porque o realizador conseguiu manter inalterável o lado macabro da fábula e toda a arte melodramática do seu autor. A partitura é extremamente interessante e Carol Reed demonstra saber o que está a fazer - mesmo neste campo - sendo de realçar uma das cenas mais conseguidas do filme, quando *Oliver* cantarola as primeiras notas da canção que momentos antes ouvira à gente do mercado de Bloomsbury, uma das melhores sequências de todo o cinema musical.

### Tombstone (Sexta, 22.00, TVI)

Embora, aparentemente, *Tombstone* seja uma reavistação crítica do clássico *western*, os vários e constantes clichés em que acaba por cair tornam este filme, mais uma vez inspirado nas personagens lendárias dos irmãos *Earp* - em particular o seu último terço -, uma obra cinematográfica interessante mas relativamente falhada. Talvez o problema se tenha ficado a dever aos problemas que afligiram a sua produção, o menor dos quais não foi, certamente, a substituição à última hora do realizador Kevin Jarre por um realizador especializado na acção e no espectáculo - George P. Cosmatos (o tarimbeiro dos *Rambos*). Mas o principal problema do filme é a completa desadequação da composição das suas personagens principais, cujo imaginário conhecemos de grandes clássicos do género.

### Shogun, O Senhor da Guerra

(Sábado, 16.10, Canal 1)

Constituindo uma brilhante e vistosa produção - premiada com o *Emmy* (o *Oscar* para a televisão) - este telefilme é a condensação e remontagem de uma série de excelente qualidade e dez episódios (já



Um fotograma de *Tombstone*, um western de George Pan Cosmatos

transmitida em tempos no nosso país) e que nos contava a saga de um navegador inglês por terras do Japão feudal, sem que praticamente nada do sabor essencial do original se perca, embora por vezes se arrisque a confundir-se com um longo *trailer* de um filme...

### Duas Vezes numa Vida

(Sábado, 00.35, TV 2)

Um homem de meia-idade é atraído por uma jovem que surge na sua vida e a paixão avassaladora leva-o a abandonar a rotina do lar, deixando só a sua mulher e os filhos. Um *melodrama* de contornos mais do que banais mas ao qual as referências apontam, como principal qualidade, a fuga aos habituais clichés. Parece entretanto que o resultado final, para além de dois bons papéis de Gene Hackman e, sobretudo, Amy Madigan, é prejudicado pelo tom demasiado exagerado que Ellen Burstyn dá à sua interpretação - o que se arrisca a levar o espectador masculino à (paradoxal e certamente não desejada) conclusão de que seria mesmo impossível viver com uma mulher assim...

### As Girls (Sábado, 01.10, TVI)

Uma das melhores comédias musicais de sempre: não porque o trabalho de Gene Kelly, primoroso que não deixa de ser, esteja ao nível dos melhores que lhe conhecemos; não porque a partitura de Cole Porter atinja os cumes da sua arte de autor de canções; não porque a encenação do próprio mestre George Cukor nos desiluda; mas,

MANOEL DE OLIVEIRA

A CAIXA



*A Caixa*, um dos últimos filmes do cineasta português Manoel de Oliveira, em estrela na SIC

sobretudo porque, num dos papéis principais, deparamos com a presença irradiante de uma comediente de excepção - a britânica Kay Kendall, que uma trágica leucemia prematuramente roubou aos palcos e aos plateaux - aqui numa das suas incontornáveis interpretações, em particular na sequência em que canta, embriagada, *La Habanera*. A não perder!

### Perdidos em África

(Domingo, 19.15, TV 2)

Primeiro filme de um cineasta dinamarquês - Mikael Salomon - realizado nos EUA, este filme produzido pela Disney conta-nos a história de dois adolescentes e uma nativa envolvidos na pista dos caçadores de elefantes para o roubo do marfim. Embora aparentemente constituindo uma aventura cinematográfica dedicada a um público juvenil, as referências alertam (apontando reservas) para as violentas cenas do início, com uma matança de elefantes extremamente cruel. Independentemente da desenvoltura das filmagens e da correcção das principais interpretações, o desenvolvimento irregular do argumento parece também prejudicar em elevado grau as potencialidades iniciais do filme.

### A Caixa

(Domingo, 23.00, SIC)

Debruçando-se sobre o ambiente e as personagens típicas de um velho bairro de Lisboa (a Madragoa), o cineasta Manoel de Oliveira adapta neste filme uma peça teatral de Prista Monteiro na qual nos é contada a história do itinerário de uma «caixa» pertencente a um cego odiado pela família e que pede à porta de sua casa para poder sobreviver. No papel principal, é de destacar uma grande interpretação de Luís Miguel Cintra, tendo a seu lado Beatriz Batarda, Diogo Dória, Isabel Ruth, Ruy de Carvalho e Glicínia Quartim.

### Inglaterra, Minha Inglaterra

(Domingo, 00.30, TV 2)

Percorrendo a última metade do século XVII e fazendo-nos reviver a época da restauração da monarquia em Inglaterra, o realizador Tony Palmer debruça-se também sobre a vida e a obra de um dos maiores compositores ingleses - Henry Purcell - mas, ao mesmo tempo, analisa os anos 70 ingleses, situando-se ao lado do quotidiano do actor que elabora uma pesquisa para escrever uma peça teatral sobre o compositor.

### Os Bravos do Pelotão (Segunda, 22.50, SIC)

Filme claramente posicionado contra o reaganismo da década de 80, *Platoon*, para além do tremendo êxito de público que alcançou, fica como exemplo dos mais impressionantes de um cinema que remava contra as cíclicas vagas do militarismo reaccionário, também ele omnipresente nessa mesma década no cinema americano. Logo no seu início, quando em imagens e sons de grande e penetrante cinema os jovens soldados chegam ao teatro de guerra no Vietname para substituírem os seus camaradas mortos - cujos restos mortais são transportados de volta para a pátria e com os quais eles se cruzam em meio de pleno espanto - logo nesse momento, o tom está dado: estamos perante um filme fortemente antibelicista, em profundo contraste com os vários *Rambos* que profusamente tentavam manipular, na época, a consciência dos espectadores americanos. Contando na primeira pessoa do singular, através da dramática e traumatizante experiência de um jovem soldado - personagem brilhantemente interpretada por



Uma cena de *As Girls*, uma comédia musical realizada por mestre George Cukor



William Dafoe, Charlie Sheen e Tom Berenger, intérpretes principais de *Os Bravos do Pelotão*, de Oliver Stone

Charlie Sheen - a sua própria vivência de um conflito terrível, inútil e absurdo, o realizador Oliver Stone dá-nos uma visão fortemente crítica da guerra. E fá-lo quer através das imagens extremamente cruas e violentas da destruição e da mortandade quer sobretudo através de uma atmosfera de paranóia que, com raro domínio dos mecanismos do cinema, ele sabe criar a partir de um outro tipo de sequências (talvez ainda mais terríveis e eficazes) onde o pavor da guerra está «presente» apenas de forma implícita, nos estranhos ruídos da floresta a ferver e nas movimentações do imprevisível «inimigo», sempre pressentidas mas insuportavelmente «ausentes» dos planos da câmara *subjectiva* em que todos nós nos transformamos. *Platoon* é, assim, um filme que impressiona fortemente pela sua desmontagem do significado da guerra e do qual apenas se desejaria que Oliver Stone tivesse expurgado, por pleonásticas e demasiado explicativas face à clareza do que nos é dado ver, as considerações que a personagem principal faz *em off* - como é patente na leitura das cartas que envia para o lar. Embora já conhecido dos espectadores de televisão - só a TVI já o transmitiu por duas vezes, em Outubro de 93 e em Janeiro deste ano - *Platoon* é, de novo, um filme a não perder.

### Verdadeiro Amor (Segunda, 01.10, Canal 1)

Realizado com extrema sensibilidade pela cineasta Nancy Savoca, *Verdadeiro Amor* dá-nos a conhecer, mais uma vez, o ambiente tão especial da comunidade italo-americana do bairro de Bronx, em Nova Iorque, a propósito dos preparativos para o casamento de dois jovens. Mas o que mais impressiona positivamente nesta obra de ficção é o seu carácter quase-documental - que nos transmite as idiosincrasias de um meio fechado como é o dessa comunidade - reforçado pelas belas interpretações de Annabella Sciorra e Ron Eldard, acompanhados de irresistíveis secundários.

### «Tina: What's Love

Got to do With It» (Terça, 22.30, Canal 1)

Um filme biográfico que traça o percurso acidentado de uma das maiores estrelas da música *pop* negra: Tina Turner. Mas não só. Como filme também musical, dois aspectos sobressaem sobre todos os outros: em primeiro lugar, a excelente e adequada encenação de Brian Gibson, um realizador britânico, desenvolto q.b. nos números de palco; e depois a brilhante actuação (distinguida, aliás, com duas nomeações para os *Oscars*) dos dois actores que desempenham as personagens de Ike e Tina Turner - Laurence Fishburne e Angela Bassett, esta dobrada pela própria Tina. Quanto ao resto, sem dúvida que êxitos musicais como *Make Me Over*, *Think It's Gonna Work Out Fine*, *A Fool in Love* ou *Proud Mary*, entre tantos outros, nos são devolvidos com a maior das intensidades e verosimilhança. O filme já esteve programado para o mesmo *Canal 1* (e também para *Lotação Esgotada*) há menos de mês e meio, pelo que a sua nova programação só se justificará por então não ter sido transmitido.

# Quando o escritor acontece

■ Correia da Fonseca

Não sou um espectador assíduo, indefectível e eventualmente devoto da rubrica «Grande Plano», onde Fernanda Mestrinho vem entrevistando desde há semanas figuras recrutadas sempre ou quase sempre nas primeiras linhas do nosso minimundo político. Creio, aliás, que a minha falta de assiduidade decorre disso mesmo: dos convidados da rubrica serem quase sempre interlocutores «de reprise», passe a irreverência.

O facto de no passado sábado a entrevista ser com um escritor e, para mais, de o escritor ser Mário de Carvalho, que não é um dos raros autores que andam habitualmente nas bocas dos *media*, foi decisivo: decidi que aquela entrevista não me escaparia. Decidi lindamente, mas tive de pagar o preço de uma longa espera. Ao contrário do habitual, «Grande Plano» não foi para o ar logo a seguir ao Telejornal da TVI, cerca das 20 horas, mas sim três horas e meia mais tarde. Por um motivo de inepugnável robustez: a transmissão de um jogo de futebol.

## A outra questão

Esperei, pois, e valeu a pena. Infelizmente, suspeito de que não terão sido muitos os telespectadores que fizeram o mesmo e puderam ouvir o diálogo entre Fernanda Mestrinho e Mário de Carvalho. Quando «Grande Plano» entrou no ar, ficou ensanduichado entre a brejeirice desatinada do Herman Zap e o frenesim inenarrável de João Baião, um e outro reis do telebasbaquismo nacional, com tudo o que isso representa de limitações à livre escolha dos que no seio das famílias portuguesas ainda tentam resistir aos clorofórmios dominantes. Terão escapado relativamente poucos. Esses, espero que lhes tenha aproveitado verem e ouvirem a humanidade tranquila de Mário de Carvalho (a serenidade de espírito é, como se viu, perfeitamente compatível com uma perceptível tensão nervosa decorrente da falta de intimidade com a TV), a transparente ternura com que

se referiu ao Partido a que pertence, a fidelidade com que o escritor tem vindo a desaporar muitas expectativas venenosas.

De tudo quanto lhe ouvimos, quero apenas referir dois momentos. Um deles quando, já perto do final, Mário de Carvalho preveniu contra as frequentíssimas rajadas de críticas disparadas de uma forma global e indiscriminada contra a chamada classe política, os magistrados, a comunicação social. Não porque sejam sempre injustificadas mas sim porque, como ele lembrou e quase toda a gente faz por esquecer, «o fascismo ronda por aqui». O outro momento que retive foi o da já habitual pergunta formulada a (ou contra) homens como ele: «- O que é ser comunista hoje?». Neste caso, e sem menosprezo para a resposta do escritor, ocorreu-me o que porventura é uma questão mais crucial, mais significativa, mais virtualmente esclarecedora: a que corresponde a uma outra fórmula que, contudo, nunca vi usada nas TV's ou seus arredores: «- O que é não ser comunista, hoje?» Por mim, acho que sei a resposta e quase a tenho na ponta da língua. E estou convencido de que a generalidade dos leitores, com ou sem um momento de reflexão, também a conhece.

A iniciativa de Fernanda Mestrinho ao entrevistar Mário de Carvalho, ainda que com a motivação próxima de atribuição ao escritor do Grande Prémio da Associação Portuguesa de Escritores, veio trazer à tona da memória o permanente desinteresse das estações portuguesas de TV por prosadores, poetas, compositores, instrumentistas, ainda que com prestígio internacional, o que, como se sabe, contrasta brutalmente com a avidez que têm pelas palavras, tantas vezes lamentáveis, de vedetas de outras áreas. No caso da TVI, bem se pode dizer que este «Grande Plano» foi notável acontecimento, pois nem mesmo a inspiração cristã de que ainda se reclama, embora já só vagamente, a inspira a conceder mais tempos de antena às letras e artes.

## O verdadeiro prémio

A abordagem deste tema impõe, contudo, uma alongada referência à exceção verdadeiramente espectacular que é a rubrica «Acontece», que Carlos Pinto Coelho mantém, noite após noite, com uma persistência que muito se aproxima da heroicidade, na TV2. Mas «Acontece» não é apenas um acto de tenacidade e coragem, o que já seria admirável; é também um acontecimento à escala transnacional: calcule-se que é, em toda a Europa, a única rubrica diária exclusivamente consagrada à vida cultural! Significa isto que «Acontece» é um título de honra para o País que, desconhecido e estovado, o ignora. E vem a propósito lembrar uma verdade que a muitos parece inacreditável: sendo duvidosa e precária a grandeza europeia do nosso país na área do futebol, que aliás tanto nos faz sofrer, está fora de dúvida a grandeza da poesia portuguesa na Europa e no Mundo. Quer isto dizer que, sendo certo que Eusébio é muito conhecido lá fora, Pessoa também o é. Talvez não por tanta gente, admito, mas decerto que com outro padrão. É como se um e outro «jogassem» em diferentes divisões. Passando para a prosa, lembraria que, por exemplo, em Itália continuará decerto Saramago a ser lido quando já ninguém se lembrar de que Futre jogou no Reggiana.

Mas «Acontece» tem ainda o mérito, de modo nenhum irrelevante, de ser uma rubrica cuidada e inteligentemente construída por uma equipa que consegue o milagre quotidiano de uma emissão saborosa, desvolta, eficaz, concisa, onde cada página é adequadamente breve e, quando necessário e sempre que possível, imaginativa. A presença de Carlos Pinto Coelho, um dos pouquíssimos homens de TV que tem um estilo e o impôs sem incorrer no risco da caricatura de si próprio, funciona ali quase como o símbolo de uma manifesta diferença para melhor. Não garanto que «Acontece» chegue a tudo quanto

seria preciso, que seja omnisciente e omnipresente com os meios de que dispõe e que adivinho escassíssimos. Mas estou convencidíssimo de que não pratica discriminações (e, quando o escrevo aqui, neste jornal, facilmente se adivinha como isso me surge como fundamental), que não se inscreve em clubismos.

Por último, anote-se que «Acontece» faz o possível por fazer «marketing», como não podia deixar de ser nos tempos que vão correndo; por aliciar interesses, adeptos, seguidores. Até dá prémios, porque hoje rubrica que não dê prémios arriscasse ao mais generalizado dos desprezos fulminantes. Mas os prémios são livros, muitos livros de uma vez só. Receio que poucos se dêem conta de que o verdadeiro e grande prémio que «Acontece» nos entrega é o de existir; de ser, repito, o único programa cultural diário em toda a Europa. A imprensa francesa falou nisso, a da nossa terra não sei. Uma coisa é certa: quando penso em «Acontece» sinto-me orgulhoso por ser português. Não é coisa que me aconteça muito. Aproveito, e dou-me bem com isso.



# de FOICE

## As fardas

As fardas, como é sabido, sempre exerceram uma atracção irresistível na sociedade civil. Não vão longe os tempos em que no álbum de família era fatal como o destino a clássica pose para a posteridade em fatinho de marujo; qualquer tia-avó que se preze há-de ter num relicário o retrato do futuro-chefe-de-família-enquanto-jovem com a farpela da tropa; na história clandestina de amores contrariados de toda a cachopa casadoira não falta de certeza a lembrança de um magala; nos mais recônditos anseios de todos os pais perpassou um dia a esperança de ligar a paisana descendência a uma graduação na sociedade castrense.

E quem é que não sonhou com os bailes da escola naval, as compras no casão militar, as tertúlias nas messes dos oficiais, a pompa e circunstância das sessões solenes nos pupilos do exército, as deslocações em carros conduzidos por jovens impedidos, as hipotéticas missões em lugares exóticos, o acesso ao círculo restrito e privilegiado das forças armadas? É bem verdade que a guerra colonial, com a crueza de todas as guerras, veio deitar uns baldes de água fria, gelada até, no imaginário colectivo sobre o braço armado da nação. A morte, a mutilação, os distúrbios de comportamento, o exílio forçado, as famílias destruídas, foram demasiado reais, demasiado brutais, para que o pesadelo não tomasse o lugar dos sonhos edílicos tecidos pelo inconsciente nacional à sombra dos grandes feitos, dos grandes heróis, de que a memória só guardou o esplendor. Foi assim que durante algum tempo as fardas caíram aparentemente em desuso, depois de devidamente saudadas num exorcizar de fantasmas pós-25 de Abril, remetidas aos quartéis como quem regressa à barriga da mãe, silenciosas, invisíveis, num faz-de-conta de estado latente de existência, a dar tempo ao tempo de apagar memórias.

Que à humana natureza agrade mais o sonho que o pesadelo é por de mais natural. Que as dores e as angústias dêem lugar à vida e à esperança é não só legítimo como necessário à sobrevivência. Todos o sabem, mas alguns sabem-no melhor que outros. E para estes, o interregno dos últimos anos não passou de um compasso de espera para que o esquecimento fizesse o seu trabalho. Enquanto isso, no recato das casernas, alimentaram os sonhos das guerras que os haviam de tornar heróis, guerras travadas em computadores, delineadas em maquetes, estruturadas em mapas, figuradas em reproduções miniaturais feitas num qualquer produto inanimado. Nestas guerras não há gente, nem sangue, nem terra, nem sentimento. Só objectivos com que se faz a glória de espíritos mesquinhos.

Pelos vistos, o interregno acabou, e os generais que nunca foram heróis e os heróis que nunca foram generais consideram ter chegado a hora de puxar de novo lustro às fardas. Para isso precisam, naturalmente, de figurantes.

Portugal, diz-se, vai mandar tropas para a Bósnia. A glória das forças armadas exige o seu tributo em nome de todas as coisas que sempre serviram para escamotear a crua realidade das intervenções militares, e cabe às famílias fornecer a matéria-prima com que se transformam sonhos em pesadelos.

Se a memória for curta e o fascínio das fardas fizer esquecer o sabor a sangue de todas as batalhas, mesmo das que não nos pertencem.

■ AF

## Jerónimo de Sousa com juventude e na Amadora

### «Que a esperança se cumpra»

Um Encontro com jovens apoiantes num restaurante de Lisboa e a participação numa sessão-debate realizada na Amadora foram duas iniciativas de campanha realizadas na terça-feira por Jerónimo de Sousa, candidato do PCP às eleições presidenciais, aproveitadas para analisar as questões da Área Metropolitana e da política de juventude.

No encontro com os jovens, depois de explicar as razões e objectivos gerais da sua candidatura, Jerónimo de Sousa disse que o PCP «considera a Juventude como uma importante força social dos nossos dias, e conta com a reflexão, a criatividade, a vontade e a afirmação própria da Juventude para a transformação da vida, a solução dos problemas do presente e a construção do Portugal do futuro».

Caracterizando detalhadamente a política de juventude seguida pela direita nos últimos anos, Jerónimo de Sousa disse que «nós estamos profundamente convictos de que, não só é necessário, como é possível, uma vida melhor para os jovens portugueses. E que essa vida melhor, passa por uma política que promova a criação de emprego estável e com direitos, a concretização do direito à educação e ao ensino em condições de efectiva igualdade de oportunidades, a

garantia do direito à habitação, o apoio à participação, à valorização humana e à realização pessoal dos jovens».

«Foi em nome de uma mudança verdadeira da política nacional que tantos jovens se empenharam na derrota da direita nas eleições de 1 de Outubro. Essa derrota foi conseguida e trouxe consigo uma enorme esperança de que os direitos dos jovens passassem a ser respeitados e de que as grandes aspirações juvenis fossem correspondidas. A nossa luta, caros amigos, é para que a esperança se cumpra e não seja defraudada. E é por isso que, nestas eleições presidenciais, erguemos como grandes objectivos, vencer a direita, lutar pela mudança, com a confiança de que os vamos atingir», concluiu.

#### Delimitar competências

No debate da Amadora, Jerónimo de Sousa fez uma

intervenção onde se referiu à Área Metropolitana de Lisboa, zona onde se concentram mais de 2,5 milhões de habitantes, ou seja, um quarto da população portuguesa.

«Foi o trabalho de municípios, em particular de maioria CDU, que permitiu dar vida própria a municípios da área metropolitana, no plano cultural, recreativo e desportivo, rejeitando o seu destino de periferia e construindo novas centralidades», sublinhou Jerónimo de Sousa que, no entanto passou a referir os sérios problemas da região: «ao mesmo tempo que se consolidavam desequilíbrios profundos no País, também se projectavam no interior da própria área metropolitana. Centenas de milhares de trabalhadores, em geral os que menos têm, foram expulsos para a periferia, cada vez para mais longe. Lisboa desertifica-se à noite».

«Anarquia do processo de crescimento», «especulação de terrenos e prédios», «degradação do tecido produtivo», «bolsas de pobreza, a imprimirem ao quotidiano a marca vergonhosa da injustiça e marginalidade», foram alguns dos aspectos apontados.

## É urgente travar o desemprego — reclama a CGTP

A Comissão Executiva da CGTP exigiu do Governo medidas urgentes para pôr termo ao aumento do desemprego. Na reunião de segunda-feira, a executiva analisou os mais recentes números divulgados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, que registou 436 565 desempregados no final de Outubro, o que significa um aumento de 2,6 por cento, em relação a Setembro, e de 8,4 por cento, relativamente a Outubro do ano passado, com um agravamento mais acentuado no Norte e na região de Lisboa e Vale do Tejo.

É particularmente dramática a situação dos desempregados de longa duração (53 por cento dos registados pelo IEFP), o que leva a central a exigir que o subsídio social de desemprego seja alargado».

Em conferência de imprensa, José Ernesto Cartaxo revelou que a CGTP elaborou, para enviar ao primeiro-ministro, uma lista de empresas onde estão ameaçados muitas dezenas de milhares de postos de trabalho (400 firmas encerradas, paradas ou com processos de redução da mão-de-obra, e quase 200 com salários em atraso). A central

defende que o primeiro passo para parar o desemprego é evitar a destruição de mais empregos, e reclama também medidas concretas de criação de postos de trabalho.

A lista identifica ainda quase centena e meia de empresas onde não são respeitados os direitos dos trabalhadores, situação que merece da *Inter* a reafirmação da disponibilidade para o diálogo, no pressuposto de levar efectivamente a prática desse diálogo até aos locais de trabalho.

A CGTP mantém a reivindicação de aumentos salari-

ais de 8 por cento em 1996, com a actualização do salário mínimo nacional para 57 contos a partir de 1 de Janeiro. O horário máximo legal de 40 horas semanais deve entrar imediatamente em vigor, conforme os compromissos nesse sentido assumidos.

Declarações recentes do secretário de Estado da Segurança Social, acerca da possibilidade de redução das pensões de reforma, deverão ser esclarecidas numa audiência pedida pela CGTP, com carácter de urgência.

## Professores contra prova de acesso ao 8.º escalão

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa anunciou segunda-feira à tarde que vai lançar um abaixo-assinado contra a continuação da prova de acesso ao 8º escalão. Reagindo a declarações de Marçal Grilo na primeira reunião do novo ministro com as organizações sindicais dos docentes, o SPGL expressa «um claro repúdio e uma veemente rejeição» face à intenção de «prolongar até uma data indefinida um absurdo como o exame de candidatura ao 8º escalão, sobretudo quando o próprio Governo tudo fez para que os professores anteviessem a

sua abolição como um *facto consumado*».

No comunicado de imprensa distribuído pelo SPGL, recorda-se que, no dia 31 de Outubro, o próprio ministro considerou «não ser defensável» aquela prova. Para o sindicato, «a posição anunciada pelo ME no dia 24 de Novembro deve considerar-se como uma derrota política que o Governo impõe a si mesmo», já que «corrói o espírito de confiança que o Governo parecia pretender obter dos cidadãos» e «mantém nas escolas um espírito de descrença e de desconfiança face ao poder político».

Ao mesmo tempo que afirma «abertura total para negociar com rigor e reconhecido sentido de responsabilidade», o SPGL «recusa-se a admitir que questões de princípio, diversas vezes assumidas, sejam abandonadas pelo cálculo de eventuais custos orçamentais ou possam ser usadas como moeda de troca para negociações futuras».

Na mesma data, divulgaram posições de condenação desta atitude do Governo os sindicatos dos professores da Região Centro e do Norte. Para o SPRC, o ME «não quer abolir a candidatura antes da revisão do Estatuto da Carreira Docente, porque

nesse processo pretende manter as regras e mecanismos que dêem continuidade aos princípios que em 1990 levaram o Governo PSD a instituir a mal-fadada candidatura».

O SPN acusa o Governo de não estar a cumprir o programa eleitoral do PS, documento que apontava para a «revisão negociada, no prazo da legislatura», do ECD, «sem prejuízo da revisão imediata dos principais bloqueamentos ao desenvolvimento da carreira, designadamente quanto à relevância da formação contínua e ao acesso ao oitavo escalão». (Ver também *pág. 12.*)

